

ASSEMBLEIA NACIONAL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

I

Lei n.º 28/VIII/2013
de 10 de Abril

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea *b*) do artigo 175º da Constituição o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

1. É aprovada a Directiva Nacional de Ordenamento do Território, abreviadamente designada por DNOT.

2. Nos termos do artigo 40º do Decreto-lei nº 43/2010, de 27 de Setembro, são publicados e fazem parte integrante da DNOT o relatório e as peças gráficas ilustrativas, em anexo à presente lei.

Artigo 2.º

Âmbito Territorial

A DNOT abrange a totalidade do território cabo-verdiano, conforme o definido na lei e nas Convenções internacionais.

Artigo 3.º

Hierarquia

A DNOT prevalece sobre todos os demais instrumentos de gestão territorial em vigor.

Artigo 4.º

Vigência e Revisão

A DNOT tem um prazo de vigência de 15 (quinze) anos.

Até o fim do prazo previsto no número anterior, a DNOT deve ser avaliada e, caso se revelar necessário, revista.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 30 de Janeiro de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*.

Promulgada em 6 de Março de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, *JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA*.

Assinada em 11 de Março de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*.

A Constituição da República de Cabo Verde, no artigo 71 parágrafo 2, alínea *a*), define como responsabilidade das autoridades públicas promover a criação de políticas económicas, jurídicas, institucionais e de infra-estruturas adequadas, aliada a uma política de ordenamento do território e urbanismo. Por sua vez, o artigo 72 da lei suprema estabelece que, para garantir o direito ao ambiente, é responsabilidade das autoridades públicas, desenvolver e implementar políticas adequadas para o ordenamento do território, à defesa e à preservação do meio ambiente e à promoção do uso racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica.

Nesta linha, a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1/2006, de 13 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo nº 6/2010, de 21 de Junho, define os instrumentos de ordenamento e desenvolvimento do território de natureza estratégica, como aqueles que articulam as grandes opções relevantes para a organização do território, e estabelece directrizes genéricas sobre o uso do mesmo, consubstanciando o quadro de referência a considerar na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial. No mesmo sentido, o Regulamento da Lei de Bases, aprovado pelo Decreto-Lei nº 43/2010, de 27 de Setembro, contempla no artigo nº 25 a regulação e o conteúdo da Directiva Nacional do Ordenamento do Território.

II

A preservação da identidade natural e cultural do arquipélago de Cabo Verde constitui um dos fundamentos mais sólidos da sustentabilidade do seu desenvolvimento económico e social. Havendo coerência dos objectivos territoriais, ambientais e económicos, novas áreas de oportunidade para as actividades produtivas e residenciais serão planeadas, assentes no princípio da sustentabilidade e com o máximo respeito pelo meio ambiente. A protecção da paisagem e do património cultural será o suporte básico da política territorial, com objectivos compatíveis e complementares de crescimento e de conservação.

Intimamente relacionado com a sua beleza e recursos naturais, para além das tradicionais atracções de ordem cultural e as relativas às actividades de lazer, o fenómeno do turismo em Cabo Verde tem um elevado potencial de crescimento, trazendo benefícios para a recuperação económica. Num contexto internacional de forte abrandamento económico e do aumento esperado nos preços do petróleo, resultando no encarecimento dos transportes aéreos, é preciso diferenciar ainda mais os valores que Cabo Verde pode oferecer para reforçar as vantagens comparativas neste mercado competitivo, programando o seu posicionamento no mercado turístico com perspectivas realistas. Por razões diferentes, mas com resultados semelhantes, o desenvolvimento de um produto turístico específico baseado na apropriação e transformação contínua dos aspectos naturais, nomeadamente na orla costeira,

podem comprometer a médio prazo, o que o mesmo processo poderia gerar. É por esta razão que a DNOT aposta num turismo responsável, entendido como um processo de evolução conjunta e conjugada entre os factores económicos, ambientais e qualidade de vida da população. É impossível estabelecer uma poderosa indústria do turismo sem, ao mesmo tempo, criar as infra-estruturas de transportes, energia, água ou resíduos, sem que a população seja provida de alojamento, escolas e saúde; sem que a pesca, a agricultura e a pecuária locais forneçam o grosso de produtos alimentares básicos de facto à população, ou sem formação profissional para atender a demanda do emprego gerado.

Visualizando todo este cenário, o factor energético está presente nestes momentos, como um dos factores limitativos mais decisivos e neste particular os problemas de Cabo Verde não são diferentes dos do resto do mundo. Sem energia barata e acessível é impossível obter água suficiente para beber ou cobrir o custo da iluminação ou de depuração. Portanto, os modelos energéticos do mundo estão sendo redireccionados para as energias renováveis. Neste sentido, Cabo Verde, aproveitando o seu enorme potencial de vento e sol, pode oferecer uma quantidade significativa de poupança canalizada para outros investimentos públicos.

Por conseguinte, é necessário responder ao objectivo prioritário de desenvolvimento e bem-estar para toda a população, procurando ao mesmo tempo alcançar um território competitivo no novo contexto internacional dos espaços económicos em competição para atrair investimentos inovadores; um território atractivo para vida quotidiana das pessoas; e um território solidário na divisão dos benefícios do desenvolvimento económico sobre toda a população e as diferentes partes do nosso país.

Fornecer a base para a transformação territorial, assinalando a compatibilidade das políticas governamentais e municipais num esforço comum e definindo a base comum do modelo territorial que Cabo Verde escolhe, totalmente integrada com a política de desenvolvimento económico, exige a formulação de umas directivas claras e concretas, expressão de um Modelo Nacional de Ordenamento do Território, cujas directrizes e critérios se subordinam ao exercício dos vários poderes administrativos.

Esta Directiva Nacional do Ordenamento do Território tem que ser o instrumento adequado para alcançar os objectivos estabelecidos pela Lei de Bases, constituindo a base comum de referência para o desenvolvimento harmonioso e coordenado do nosso país e são baseadas em critérios de interconexão e integração, para que os programas e actividades, bem como o planeamento municipal e detalhado, não sejam processados de forma independente entre si, mas que tenham objectivos coerentes com uma visão global que abrange todos os territórios do Estado.

O Arquipélago de Cabo Verde é constituído por ilhas de grande diversidade em termos de dimensão e condições naturais. Esta diversidade tem determinado as características da ocupação e aproveitamento de cada uma delas pelo homem ao longo da história. Isso faz com que as ilhas tenham hoje diferentes níveis de projecção

do futuro, tanto pelas condições física, social e de infra-estrutura, como por sua vocação no contexto do sistema económico internacional. No entanto, os desequilíbrios regionais que criam esta situação de desequilíbrio actual podem e devem ser compensados por medidas que visem o pleno aproveitamento do potencial territorial e uma apropriada distribuição de usos, equipamentos e infra-estruturas no território, procurando o melhor equilíbrio entre as diferentes partes do território nacional de acordo com critérios de equidade.

A Directiva Nacional do Ordenamento do Território tem como objectivo final o fortalecimento das respectivas potencialidades económicas das ilhas de maneira que a soma dos esforços promova sinergias, complementaridade e intercâmbios mutuamente vantajosas para toda a nação. Torna-se assim na ferramenta superior de progresso para alcançar um modelo territorial mais equilibrado e atractivo, em consonância com a nova etapa de desenvolvimento voltado para o povo de Cabo Verde.

III

A presente Directiva Nacional do Ordenamento do Território de Cabo Verde é composta das seguintes partes:

a) Relatório: Onde se apresenta a análise e o diagnóstico dos problemas, as oportunidades e as perspectivas do território de Cabo Verde.

b) A identificação dos grandes desafios e prioridades supra-insulares, formulando uma visão para o desenvolvimento do país a médio e longo prazos. Estas prioridades territoriais são desenvolvidas através de três Opções Estratégicas, que por sua vez são implantados através de sete Linhas Estratégicas. Estas Linhas Estratégicas são:

I. Valorização da identidade natural, cultural e paisagística de Cabo Verde como um factor de desenvolvimento.

II. Posicionar Cabo Verde como referência de qualidade turística.

III. Avançar para a auto-suficiência energética e para a gestão integrada de resíduos.

IV. Reforçar o sistema de comunicação como um factor de coesão e desenvolvimento socioeconómico.

V. Fomento do sector primário.

VI. Transformar os aglomerados urbanos em cidades modernas.

VII. Fortalecer a coordenação sectorial e ambiental no contexto do planeamento territorial e urbanístico.

Por sua vez, os objectivos e critérios contidos nestas Linhas Estratégicas são especificados por 33 directivas, que contêm a regulação propriamente dita.

c) A descrição do Modelo Territorial Nacional, que traça a configuração territorial de Cabo Verde através dos seguintes elementos:

- As operações estratégicas de interesse supra-insular

- O sistema de transportes e comunicações
 - A estrutura dos aglomerados urbanos
 - A distribuição do modelo turístico
 - As áreas logísticas
 - A definição do modelo ambiental
 - As estratégias territoriais insulares.
- d) O Programa de Acção, onde se identificam e se sistematizam as grandes actuações sectoriais do Estado, os compromissos do Governo em matéria de medidas legislativas e regulamentares assim como as acções e projectos de execução;
- e) As peças gráficas, onde se expressam cartograficamente o Modelo Territorial Nacional e os Modelos Insulares de cada uma das ilhas.

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Em Cabo Verde, o Ordenamento do Território é tarefa fundamental do Estado. A Constituição da República atribui ao Estado as funções de proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural e artístico nacional e criar as condições necessárias para a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais, inseridas no quadro de uma política de ordenamento do território e do urbanismo.

O país, pelas suas características – insularidade, fragmentação territorial, fragilidade dos ecossistemas, desertificação, rápido crescimento demográfico, escassez de recursos – enfrenta enormes desafios e problemas no que diz respeito ao ordenamento do território, nomeadamente: o crescimento acelerado e anárquico de alguns centros urbanos, as deficiências habitacionais e de equipamentos públicos, a grande dificuldade de gestão do solo/da urbanização, o êxodo rural, a ocupação e desenvolvimento de actividades na orla costeira em zonas desaconselháveis e o desequilíbrio na distribuição da população e dos equipamentos colectivos.

Ciente desses problemas, o Governo de Cabo Verde vem assumindo os compromissos de incrementar políticas de ordenamento do território com vista a contrariar as tendências negativas que, ainda, persistem, com os objectivos estratégicos de, com o pleno aproveitamento do potencial territorial, promover a organização territorial, o desenvolvimento equilibrado e harmonioso e coesão territorial, a salvaguarda dos recursos, bem como a melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos, tendo como base a coordenação das actuações dos organismos e entidades da administração directa e indirecta do Estado com impacto territorial significativo, e a criação de espaços de participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil na preparação das decisões de desenvolvimento territorial e na implementação das políticas de ordenamento do território.

A articulação das estratégias de ordenamento territorial determinadas pela prossecução dos interesses públicos com expressão territorial impõe o dever de coordenação das intervenções. No entanto, o sistema de gestão territorial, ainda não se conseguiu afirmar, como um âmbito de intervenção horizontal, abrangente e articulador.

A integração de acções e investimentos entre os níveis de administração constitui um dos aspectos fundamentais a ter em conta na Directiva Nacional de Ordenamento do Território que, como reza a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (Decreto-Legislativo nº 1/2006, de 13 de Fevereiro), é o instrumento de Ordenamento e Desenvolvimento Territorial, de natureza estratégica, que exprime as grandes opções do Estado cabo-verdiano e do seu Governo em matéria de desenvolvimento territorial do país a médio/longo prazo.

Sendo a “magna carta” do ordenamento do território de Cabo Verde, a DNOT é o único instrumento do sistema de gestão territorial cabo-verdiano que aborda o território nacional como um todo e constitui uma referência para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

A DNOT identifica os interesses públicos de nível nacional por ele protegidos, e define directrizes de actuações para o desenvolvimento sustentável, estabelecendo critérios básicos de ordenamento e de gestão de recursos naturais, os objectivos para o ordenamento de actividades sociais e económicas de âmbito territorial, visando o equilíbrio interterritorial e a da qualidade de vida das populações.

Assume-se como um instrumento fundamental de articulação entre as políticas sectoriais e a sua elaboração é determinada mediante: Resolução do Conselho de Ministros, que igualmente faz a sua aprovação prévia. O Parlamento faz a aprovação final da DNOT.

1.2 Cabo Verde no Mundo

Desde o povoamento, iniciado pouco depois do achingamento do arquipélago na segunda metade do século XV, os habitantes das ilhas e seus governantes directos foram, como continuam sendo, protagonistas de uma epopeia que tem como motivo a busca de ancoragens continentais e parcerias estratégicas com os seus vizinhos próximos (África), periféricos (Europa) e longínquos (Estados Unidos da América), no contexto fronteiriço do Atlântico.

Entre os séculos XV e XVIII, Cabo Verde subsistiu em grande medida devido ao que se poderá considerar uma ancoragem repartida entre a África ocidental (designadamente a costa da Guiné ocupada pelos portugueses), as Américas e a Europa ibérica, sendo placa giratória do comércio de escravos entre esses pontos.

De meados do século XIX ao final do primeiro quartel do século XX, os cabo-verdianos procuraram a ancoragem na América do Norte, mais especificamente nos Estados Unidos, por meio da emigração. A partir do segundo quartel do século XX, procurara a África, primeiro por meio da emigração para o Senegal, São Tomé e Príncipe e Angola e depois a Guiné Conakry que apoiou a luta pela independência da Guiné (portuguesa) e de Cabo Verde.

Depois dos anos 60 e até 1975, o caminho foi a Europa e os países de eleição foram Portugal, França, Holanda, Luxemburgo. Apesar da sua pequena dimensão territorial e demográfica, Cabo Verde, desde a independência nacional, tem-se afirmado como um país com enorme potencial geo-estratégico no Atlântico Médio, que deriva da sua condição também cultural de ponte de ligação e intermediação, quer de negócios e quer de gestão de conflitos, entre os três continentes – África, Europa e Américas.

Situando-se no cruzamento das rotas marítimas e aéreas que através do Atlântico Médio ligam aqueles 3 continentes, Cabo Verde ambiciona constituir-se num HUB” (centro de distribuição) da região, seja de tráfegos aéreo e marítimo, seja de centro de controlo e de segurança desses e de outros tráfegos, seja como plataforma logística intercontinental de distribuição de mercadorias ou, ainda, de passageiros, tanto de negócios como de férias e lazer.

Neste contexto, vem assumindo um crescente protagonismo particularmente nas relações entre a África Subsariana, particularmente na sub-região da CEDEAO, as Américas, com destaque para os EUA, Brasil e Cuba, e a União Europeia, onde mantém relações privilegiadas particularmente com Portugal, Espanha, Países Baixos, França, etc.

Desde 1 de Janeiro de 2008 passou a ser país de rendimento médio e a relação tradicional e unilateral de doador-beneficiário com esses países passou para uma relação de interesse mútuo, ou seja, numa base de multipolaridade, destacando-se-lhe parcerias com os EUA, o Brasil, a Índia, a China, a CEDEAO, para além de outros países e organizações.

Com a União Europeia, a parceria especial tem início em 2002, com vista a obter um estatuto particular que pudesse colocar o seu relacionamento com a União europeia para além da relação doador beneficiário do Acordo de Cotonou.

Em 2005, cria-se uma Task Force inter-serviços no seio da Comissão destinada a aprofundar a reflexão e a explorar novas modalidades e no interesse mútuo das partes: um diálogo político mais elevado, abrangente e consequente, com dimensão transversal da convergência normativa e técnica.

Os pilares nos quais se apoia são a boa governança, a segurança cooperativa, o aprofundamento da integração regional de Cabo Verde com as RUP da Macaronésia e com a CEDEAO, a luta contra a pobreza e o crescimento económico e a mobilidade, consoante acordada em Junho de 2008.

A segurança cooperativa, na fronteira entre a segurança interna e a segurança externa, surge naturalmente como uma dimensão da política externa de Cabo Verde face ao recrudescimento de novos fenómenos que ameaçam a segurança global, e em conformidade com a estratégia nacional para o sector.

O interesse de Cabo Verde visa desde logo a segurança do país e da região onde se insere, na perspectiva, tam-

bém, da sustentabilidade da vocação económica da sua posição geoestratégica “construtora de pontes”. Ao mesmo tempo estará contribuindo para que a região deixe de funcionar como trânsito desses tráficos em direção ao norte se, para tal, for ajudado.

Assim se explicam as parcerias bilaterais e multilaterais estabelecidas com esses objectivos, nos domínios da vigilância marítima e de combate aos ilícitos, entre os quais o narcotráfico, e outras ameaças transnacionais, os acordos bilaterais passados com vários países europeus, com os EUA e em perspectiva com outros países (Brasil, China...), o pilar estabilidade e segurança da parceria especial, etc.

A Operação Steadfast Jaguar de Junho de 2006 em Cabo Verde foi, de facto, o ponto alto das relações com a NATO, tendo decorrido em condições de organização e de cooperação com todos os requisitos que mereceram notas de reconhecimento dos Estados participantes e da própria organização.

Foi com base nas trocas de correspondências que se seguiram que o Governo exprimiu-se no sentido de dar continuidade a essa cooperação em modalidades que fossem possíveis, visando incluir também a NATO nos dispositivos da segurança cooperativa de Cabo Verde e visando o interesse mútuo.

No espaço oeste-africano, Cabo Verde aderiu, em 1977, à CEDEAO, um vasto mercado continental de 5 milhões de km² e de 200 milhões de habitantes com uma economia baseada essencialmente em matérias-primas extractivas e agrícolas.

Sendo, actualmente, um membro activo da organização, Cabo Verde propõe-se ser uma ponte entre África e os demais continentes. Passou, por um lado, a integrar mais assiduamente as instâncias políticas da CEDEAO, a pretender maior protagonismo na Governação da instituição e a participar com maior benefício nos programas da região, e continua, por outro lado, a defender uma integração na diferenciação, isto é que tenha em conta as suas especificidades próprias, com base no artigo 68 do Tratado da CEDEAO.

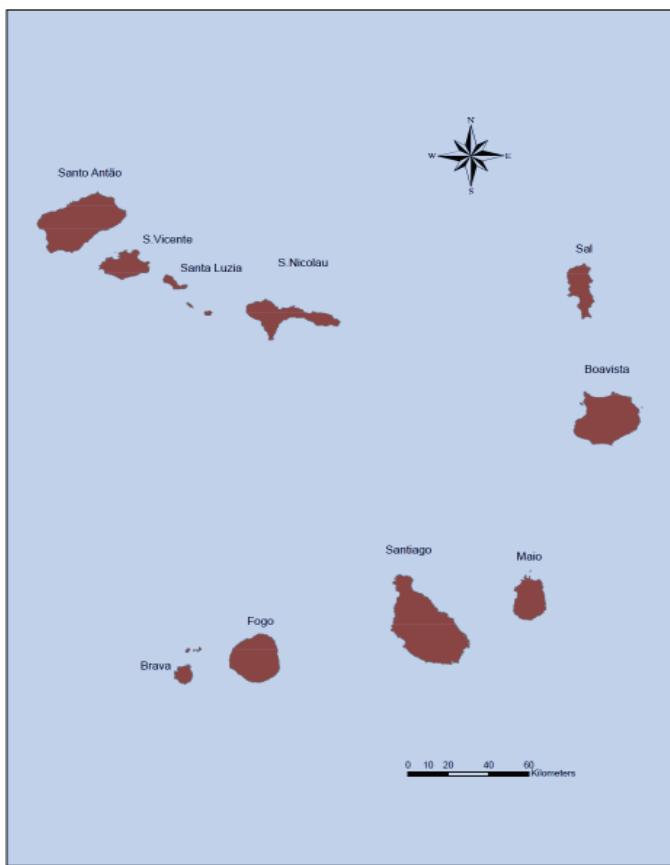
A Cimeira da CEDEAO, no início de Julho passado, na ilha do Sal, foi seguida da Cimeira CEDEAO - Brasil, foi prova dessa vocação já que Cabo Verde, desde os primeiros tempos, serviu de placa giratória às transacções entre Europa/África/Brasil.

1.3 As Ilhas de Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica situado no Oceano Atlântico, que se encontra a 500 milhas da costa do Senegal mesmo em frente do cabo do mesmo nome que forma o extremo ocidental do continente africano.

Com uma superfície total de 4.033 Km², o arquipélago é constituído por dez ilhas e oito ilhéus. Divide-se em dois grupos: Barlavento e Sotavento, de acordo com os ventos dominantes. A norte, as ilhas do Barlavento (ilhas ao vento) integram Santo Antão, São Vicente, Santa

Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista. Ao sul, as ilhas de Sotavento (ilhas sob o vento) são formadas por Maio, Santiago, Fogo e Brava.



As ilhas de Cabo Verde

1.4 Meio Físico

1.4.1 Clima

As características do clima tropical seco do país são partilhadas com as regiões continentais próximas, de modo a que a precipitação ocorra durante os meses de temperaturas mais altas e são de chuvas torrenciais. Anos de seca são frequentes, contribuindo assim para o aumento da aridez do país.

No entanto, o arquipélago é afectado também por alguns factores que causam a diferença ao nível regional e local. Estes incluem a sua localização oceânica, a corrente fria das Canárias, a latitude e o relevo.

O carácter temperador do mar é o responsável pela estabilidade das temperaturas e baixos valores de amplitude térmica, principalmente em relação ao que corresponde à latitude em que está situado. A temperatura média anual é de cerca de 25 ° C, sendo Janeiro o mais frio e Julho o mais quente.

Devido à localização geográfica o clima é afectado principalmente por dois fenómenos: o regime dos ventos alísios de Nordeste e da Convergência Intertropical.

Cabo Verde está situado no limite norte do centro de baixa pressão tropical, que provocam chuvas abundantes. Tendo em conta que as ilhas de Barlavento e Sotavento são separadas cerca de 2 graus de latitude, ou seja, cerca

de 240 km, são as ilhas do sul que beneficiam com mais frequência dessas chuvas, enquanto a seca é mais evidente nas do Norte. Os ventos alísios nesta latitude vem bastante fraca, e a formação de estratocúmulos atinge um menor desenvolvimento em espessura e densidade que nas regiões mais ao norte, como as Ilhas Canárias.

Ao nível local, o relevo condiciona a diferenciação climática em estratos muito acentuados. Nas ilhas mais montanhosas podem ser distinguidos zonas áridas, subhúmidas e húmidas, enquanto as ilhas de baixa altitude só existem zonas áridas e semi-áridas.

A orientação também joga um papel determinante no estabelecimento de climas locais. As áreas orientadas a N e NE recebem uma maior percentagem de humidade e uma menor insolação e evaporação. O vento alísio é responsável pela formação de estratocúmulos que se acumula entre 600 e 1500 metros e permite a existência de vegetação e culturas mais exigentes em humidade.

Finalmente, a proximidade com o continente é um factor que contribui para a diferenciação do clima local, dependendo da maior ou menor intensidade que chegam as massas de ar quente e seco continental para as várias ilhas.

Em geral, a visibilidade não é muito boa e o céu não tem uma cor azul profundo. Isso ocorre porque a atmosfera tem aerossóis e partículas em suspensão nas proximidades do continente Africano. Especialmente durante os meses de Abril a Julho.

Existem três principais massas de ar que atinge o arquipélago. Elas são responsáveis pelos diferentes tipos de clima que aparecem de acordo com a época do ano e as interacções entre os fenómenos atmosféricos. A primeira dessas massas de ar é o vento alísio que circula no hemisfério norte na direcção NE-SW denominado por "tempo brisas", por se manifestar sob a forma de um vento constante. O segundo é chamado de Harmatão, massa de ar continental muito quente e seco, por vezes acompanhado por grande quantidade de partículas suspensas que causam a bruma seca. Vem do Este, principalmente entre Outubro e Junho, com maior incidência nos meses de Janeiro a Abril. Aparece por vezes, reduzindo a humidade do ar até valores próximos a 10%. Isso é especialmente prejudicial para a agricultura, e às vezes leva ao aparecimento de pragas de gafanhotos. Felizmente não é permanente, mas ocorre em episódios de vários dias ou uma semana em quase todo o ano. Finalmente, a terceira massa de ar é o Monção do Atlântico sul que ocorre com menos frequência. Este fenómeno atinge as ilhas desde o S a SW e é responsável pelas chuvas intensas que ocorrem por vezes durante a estação chuvosa. É na zona de convergência entre os ventos alísios e as monções (o oceano), ou entre o Harmatão e a monção (no continente), onde está localizado à frente de convergência inter-tropical (FIT).

Um dos principais problemas das ilhas é a falta de água. A chuva ocorre principalmente no verão, mas não é suficiente para resolver o déficit hídrico. Além disso, o carácter torrencial não facilita a infiltração. Em zonas

áridas do litoral a precipitação média anual é inferior a 100 mm, como é o caso das ilhas de baixo, como Sal, Boa Vista e Maio. A precipitação anual é muito variável, tanto no espaço como no tempo. Geralmente a média considerada para o país é de 100 a 900 mm de precipitação, com uma enorme variabilidade que pode ocorrer entre um ano e outro e entre diferentes localidades, ou no mesmo ano. Como é característico de climas tropicais, a estação chuvosa coincide com os meses em que as temperaturas máximas são registadas. Apesar da escassez e irregularidade das chuvas, a humidade relativa do ar permanece geralmente elevada.

A capacidade do uso do território é determinada pelas condições climáticas, que criam uma série de oportunidades e limitações para o desenvolvimento de determinadas formas de utilização dos recursos. A principal condição imposta pelo ciclo hidrológico das ilhas é o deficit hídrico. É o entrave ao desenvolvimento do país de uma forma sustentável. Este problema vem sendo resolvido através da captação de águas subterrâneas com abertura de furos e poços e da dessalinização da água do mar.

Cabo Verde é pobre em recursos naturais, mas reúne condições adequadas para o turismo como temperatura moderada, elevada insolação, escassez de precipitações, variedades de paisagens, riqueza cultural e a importância da sua biodiversidade. Outro factor limitante para o desenvolvimento de Cabo Verde é a energia.

A poluição ainda não é um problema em Cabo Verde, uma vez que não tem grandes indústrias e da frota de veículos não é excessivo. Quando o vento sopra do continente Africano, a atmosfera aparece carregada de poeiras e partículas em suspensão, e é provavelmente também que transporta poluentes a partir da costa do Senegal.

1.4.2 Geologia e geomorfologia

Cabo Verde está localizado na bacia oceânica, relativamente próximo da margem continental Africano. É uma região de relativa estabilidade geológica. O arquipélago assenta sobre uma elevação do fundo do oceano, em forma de cúpula, chamado “Cabo Verde Rise”, com cerca de 400km de diâmetro.

À excepção do arquipélago dos Açores, os arquipélagos da Macaronésia formam um cinturão vulcânico muito activo. Apesar de Cabo Verde ser um arquipélago eminentemente vulcânico, possui extensas formações sedimentares pré-quaternárias e quaternária, principalmente calcário e areia, sendo as ilhas do Sal, Boa Vista e Maio as mais representativas no arquipélago.

As formas de relevo dependem da acção dos factores externos (biofísicos), da influência de factores de origem endógenos estruturais, das características mineralógicas e físicas das rochas, das disposições de materiais e do grau de fissuração, etc. Os processos erosivos em Cabo Verde têm sido variados, de acordo com o período paleoclimáticos. Somente na última era geológica, o quaternário, foi conhecido intensas variações climáticas a escala de todo o planeta. Essas mudanças climáticas produziram importantes transgressões e regressões marinhas, que explicam as vastas planícies de calcário que se encontram em algumas ilhas.

O vento desempenha um papel morfogenético em quase todas as ilhas, devido à baixa cobertura vegetal, transportando materiais finos, acumulando grande quantidade de areia principalmente nas ilhas do Sal, Boa Vista e Maio.

Uma das características mais notáveis dessas ilhas é a presença de extensas formações arenosas, oriundas das correntes marinhas que com acção do vento formam grandes corredores de areias e extensas praias e dunas de diferentes tamanhos. A origem destas areias é essencialmente organogênica.

É frequente no litoral das ilhas orientais, a formação de um cordão de dunas transversais à praia, onde se encontram terras salinas, devido a processos de infiltração de água salgada do mar durante as marés altas.

1.4.3 Solos. Capacidade agroecológica

Sendo as ilhas de origem vulcânica, os solos apresentam uma composição variada, destacando-se as formas basálticas, fenolitos, escórias, tufo, andesites, traquitos e rochas sedimentares, principalmente calcário.

Em geral, os solos estão muito marcados por factores climáticos e pelas condições topográficas das regiões. São na sua grande maioria esqueléticos e pobres em matéria orgânica. As ilhas do Sal, Boa Vista e Maio apresentam zonas de solo salino, havendo por isso unidades de extração do sal nessas regiões. Essas ilhas são ainda caracterizadas por grandes extensões de dunas, assim como zonas calcárias superficiais de origem aluvial. Na maior parte das ilhas existem solos ricos em húmus e favoráveis à prática da agricultura.

A natureza dos solos e o relevo são factores determinantes na distribuição de zonas agrícolas. Apenas 10% das terras são potencialmente aráveis. Desta parcela, cerca de 95% vem sendo utilizada na agricultura de sequeiro e os restantes 5% na agricultura de regadio.

Os efeitos da grande pressão da população sobre os solos traduzem-se nomeadamente na sua degradação por erosão. Estima-se que a perda de solo por ano se situa à volta de 7,8t/ha, em regime de agricultura tradicional (milho e feijões). Para agravar o cenário, os solos estão ainda sujeitos a forte erosão hídrica e eólica, assim como a uma intensa exploração para o sector das construções. Deste modo, os factores físicos, de natureza essencialmente mecânica, constituem a principal causa de degradação do solo e um dos problemas ambientais preocupantes para o país. Como medidas de minimização destacam-se as acções de florestação, a construção de socalcos, diques e outras formas de protecção física. Assim, mais de 32,2 milhões de espécimes vegetais foram plantadas e milhares de quilómetros de infra-estruturas anti-erosivas foram construídas nas últimas décadas. Complementarmente, foram adoptadas medidas legislativas tendentes a regularizar a utilização e a exploração dos solos.

A instalação de indústrias e o uso de fertilizantes e pesticidas são as principais vias de contaminação química dos solos e ainda o despejo de resíduos sem o devido tratamento. Os contaminantes contidos nesses resíduos incluem materiais plásticos e pneus, produtos corrosivos, metais, óleos pesados e detergentes, entre outros.

1.4.4 Recursos hídricos e a sua disponibilidade

Cabo Verde como um país saheliano, com precipitações reduzidas e irregulares, a problemática da gestão sustentada da água, tem constituído uma preocupação permanente dos sucessivos governos cabo-verdianos, bem como de instituições públicas, privadas e da sociedade que se encontram directamente envolvidos.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o país conseguiu desde 2007, atingir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio em matéria de abastecimento de água, apesar das enormes assimetrias supra-insulares e até mesmo locais. Segundo os dados do Censo de 2010, mais de 90% das famílias cabo-verdianas obtêm água para uso doméstico através de uma fonte de água potável, sendo 50,4 % da rede de pública, 25,1% dos chafarizes, 7,5% autotanques e 8,3 % água de rede pública na casa dos vizinhos.

A água doce em Cabo Verde tem diversas origens: superficiais, subterrâneas e em regiões marítimas de muito baixa pluviosidade – o recurso a água salgada, através de dessalinização. As reservas subterrâneas fornecem em geral uma água de boa qualidade, mas em quantidades limitadas devido a problemas de sobre-exploração e salinização da água causada pela falta de chuvas e intrusão salina. Com as captações de superfície é possível dispor de maiores reservas (através, por exemplo, da construção de barragens), mas a qualidade é menor e não dispensa, em princípio, um tratamento mais completo e tecnicamente exigente.

O abastecimento no meio rural é feito com recurso às águas subterrâneas, através de poços, furos e nascentes em todas as ilhas exceptuando aquelas onde, por razões ligadas a insuficiência natural deste recurso se recorre adicionalmente à água dessalinizada - São Vicente, Sal, Boa Vista, Cidade da Praia e Stª Cruz.

Nas cidades, a taxa de cobertura de acesso à água potável é de aproximadamente 99% em comparação com 76% para as zonas chamadas rurais.

Actualmente existem, ao nível nacional, cerca de 11 categoria de operadores no mercado da produção e distribuição de água envolvendo diferentes fontes de produção como: águas naturais; agua dessalinizada; águas residuais.

A gestão das águas subterrâneas (galerias, nascentes e poços) é da responsabilidade do INGRH sendo a exploração feita por particulares, privados, associações de agricultores e municípios através de serviços autónomos, em regime de concessão. A gestão da água da barragem é da responsabilidade conjunta do Instituto Nacional da Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH) e Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária (DGASP). A Electra lidera ao nível nacional a produção e distribuição de água dessalinizada com capacidade instalada estimada em cerca de 14 Mil m³/dia, entretanto proliferam no mercado operadores privados ligados a projectos de investimento turístico.

Nas Ilhas do Sal - Água de Ponta Preta, e do Porto Novo - Água do Porto Novo, há experiências de produção

conjunta entre os Municípios e Privados, com capacidade instalada estimada em cerca de 3 Mil e Mil m³/dia, respectivamente. Existe ainda Água Brava nas ilhas de Fogo e Brava, Água e Energia da Boa Vista que anteriormente produzia para as instalações hoteleiras, produz atualmente para toda a ilha, através dum contrato de concessão celebrado com a ELETRA. Ao nível nacional as necessidades globais em água potável, em água para a irrigação, para a pecuária, para a indústria e outras actividades ascendem a cerca de 58 Milhões de m³/ano contra uma disponibilidade total de 65 Milhões em períodos médios e de apenas 44 Milhões em períodos secos.

Os recursos em água superficiais são estimados, em média, em 181 milhões de m³/ano. São pouco explorados por falta de dispositivos de armazenagem e de estocagem eficazes. Entretanto já dispõe de uma barragem, na localidade de Poilão – ilha de Santiago, estando em construção a Barragem de Salineiro no Concelho de Ribeira Grande de Santiago, Barragem de Faveta no concelho de São Salvador do Mundo e a Barragem de Saquinho no Concelho de Santa Catarina de Santiago. A construção dessas Barragens pode ser considerada como o primeiro passo para novas obras hidráulicas de vulto. Já existem iniciativas também para a construção das Barragens de Canto Cagarra no Concelho de Ribeira Grande de Santo Antão, Figueira Gorda em Santa Cruz e Banca Furado em Ribeira Brava na ilha de São Nicolau.

O volume global dos recursos em águas subterrâneas explorados é estimado em cerca de 99.409 m³/d ou seja 36,28 milhões de m³/ano. Desse volume as nascentes contribuem com cerca de 61%, os poços com 24% e os furos com 15%.

1.4.5 Biodiversidade Terrestre e Marinha e Endemismos

Os endemismos são muito importantes em termos da biodiversidade em Cabo Verde. Para além dessas espécies se restringirem apenas ao arquipélago, elas podem restringir-se a uma ilha, ilhéu ou nicho ecológico bem preciso. O Arquipélago de Cabo Verde possui uma considerável biodiversidade marinha e terrestre. As ilhas são colonizadas por espécies animais e vegetais, e por ecossistemas que lhe são exclusivos, não estando muitas delas conservadas em qualquer outra parte do mundo.

Em 2005 foi elaborado um Banco de Dados sobre a Biodiversidade de Cabo Verde, em colaboração com o Governo das Canárias, que inventariou 3.251 espécies de fungos, plantas e animais terrestre, sendo 540 espécies identificadas como endémicas do país.

Um dos destaques desta flora é a sua forte relação com a existente em outros arquipélagos da Macaronésia, em especial da Madeira e das Canárias. Cerca de 40% dos endemismos cabo-verdianos estão relacionados com a flora canário - madeirense. Entre as espécies que constituem géneros comuns podemos destacar: *Periploca laevigata* ssp. *chevalieri*, *Artemisia gorgonum*, *Sonchus daltonii*, *Echium* spp., *Erysimum caboverdeanum*, *Helianthemum gorgoneum*, *Aeonium gorgoneum*, *Euphorbia tuckeyana*, *Lotus* spp., *Globularia amygdalifolia*, *Lavandula rotundifolia*, *Micromeria forbesii*, *Limonium* spp., etc.

Existem também duas árvores que se consideram endémicas, o marmolán (*Sideroxylon marginata* e uma subespécie de palmeira (*Phoenix atlantidis*), provavelmente uma forma local da *Phoenix dactylifera*. O resto dos elementos arbóreos presentes nestas ilhas são o dragoeiro macaronésio (*Dracaena draco*), uma acácia (*Acacia albida*), a tamargueira (*Tamarix senegalensis*) e uma figueira selvagem (*Ficus sycomorus* ssp. *gnaphalocarpa*).

Relativamente a outras plantas endémicas, que apresentam relações filogenéticas com espécies de outras regiões (por exemplo, o Paleotropico, o Sahara ou as áreas montanhosas da África), destacam-se pela sua espectacularidade e abundância local, a denominada gestiba (*Sarcostemma daltonii*), uma composta comum nas zonas baixas, *Pulicaria diffusa* e, sobretudo, duas campanulaceas, localmente conhecida como contra-bruxas, (*Campanula bravensis* e *Campanula jacobaea*). A última destas espécies poderia ser considerada o símbolo vegetal de Cabo Verde, e constitui uma das plantas mais marcantes de entre as muitas encontradas neste arquipélago.

Finalmente, é interessante destacar que do conjunto de plantas endémicas de Cabo Verde, o único género exclusivo do arquipélago é a *Tornabenea*, da família das apiaceas ou umbelíferas, das quais pertencem plantas bem conhecidos, tais como erva-doce ou ápio.

Sobre a fauna terrestre em Cabo Verde não se tem muitas informações com exceção das aves, dos répteis e dos insectos (Gomes et al., 1998), sendo pouco comuns os anfíbios e os mamíferos.

Dos grupos de animais mais conhecidos são os vertebrados, sendo mais representativos, as aves e os répteis.

No ano de 2005, registaram-se 41 espécies de aves como nidificantes em Cabo Verde e aproximadamente 150 espécies que passam por Cabo Verde, no seu percurso migratório. Desses, cerca de 16 espécies podem ser consideradas frequentes por serem anualmente registadas no arquipélago e permanecem principalmente nas zonas húmidas das ilhas de Boa Vista, São Vicente, Sal e Maio (INIDA). De acordo com a Lista preliminar de Espécies Silvestres de Cabo Verde, existem apenas cinco espécies endémicas de aves no país e ao nível de subespécie, existem nove endémicas. A reduzida disponibilidade de alimento (pequenos pelágicos e invertebrados) poderá estar na origem da fraca diversidade de aves em geral, principalmente das marinhas, em Cabo Verde (9 espécies). Cerca de 46,3% espécies que reproduzem em Cabo Verde, incluindo as nove espécies endémicas, estão na lista de espécies ameaçadas de extinção e por esta razão, essas espécies devem ser consideradas como prioritárias nas acções de preservação. As populações de aves têm vindo a sofrer uma rápida diminuição.

Os répteis incluem um grande número de endemismos por parte dos saurios (lagartos) e uma grande variedade de espécies que se reproduzem ou alimentam nas águas do país como os quelônios (tartarugas). Existe em Cabo Verde os mamíferos domesticados como os bovinos, caprinos, suínos, equídeos, asininos e muares, introduzidos desde o início do povoamento das ilhas. Dos invertebrados conhecidos no país existem os artrópodes e os moluscos extra-marinhas de água doce e das zonas mais húmidas.

Em relação à biodiversidade marinha, o plataforma muito limitada e de natureza accidentada nas costas, acaba por limitar a zona intermareal. A fraca precipitação é geralmente apontada como uma das causas responsáveis pela baixa densidade populacional de organismos vivos marinhos. Assim a reprodução biológica está particularmente ligada à regeneração local, favorecida sobretudo pela temperatura das águas, que facilita o crescimento e a reprodução das espécies. Ao nível da flora marinha, existem cerca de 80 espécies diferentes de algas epibioticas cujo padrão de distribuição parece depender de factores ecológicos.

A fauna marinha de Cabo Verde é bem diversificada, estando representada em vários grupos: invertebrados marinhos de pequeno porte; invertebrados marinhos de grande porte; recifes coralinos; moluscos; e crustáceos

Sendo a lagosta rosa, a única endémica de Cabo Verde e de grande importância económica, foram definidas medidas de gestão para a sua exploração através do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-2014, tendo a última Resolução nº 10/2009, definido as medidas para o período de 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2010, estabelecendo o período de defeso dessa espécie de 5 meses (Julho à Novembro).

Os répteis marinhos que ocorrem no país são as tartarugas marinhas. Das sete espécies existentes no mundo cinco ocorrem nas águas de Cabo Verde. Cabo Verde representa o segundo maior ponto de desova no Atlântico Norte da tartaruga vermelha ou comum, contribuindo para que o país tenha a terceira maior população da espécie no mundo depois de Oman e Flórida.

A tartaruga marinha vem sendo alvo de consumo desenfreado ao longo de décadas no país, sendo a carne, os ovos e o pénis, muito apreciados. Em Cabo Verde foi estabelecido desde 1987 um Decreto-Lei que proíbe a captura dessa espécie nas épocas de desova e mais tarde foi aprovado o Decreto-Regulamentar nº 7/2002, de 30 de Dezembro, que estabelece a protecção total desse grupo de espécie, proibindo a sua captura ao longo do ano. Com isso o país tem apostado no desenvolvimento das actividades económicas à volta da conservação das tartarugas marinhas e do eco-turismo com a elaboração do Plano Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde em 2008.

A ictiofauna (peixes) de Cabo Verde tem sido alvo de muitos levantamentos faunísticos e estudos sistemáticos, que têm evoluído bastante com o tempo. Encontram-se inventariadas cerca de 570 espécies de peixes segundo Reiner (2005), onde muitas delas são comuns entre os arquipélagos da macaronésia.

Das espécies de aves observadas em Cabo Verde, por razões ligadas a hábitos alimentares e aos nichos ecológicos preferenciais, nove são consideradas aves marinhas que nidificam em Cabo Verde, estando duas espécies ameaçadas de extinção.

A população de Chondrichthes (Tubarões, Raias e Quiimeras) ou peixes cartilaginosos, vem sofrendo pressão humana provocando a sua redução e subsequente ex-

tinção de algumas espécies. Todo o Oceano Atlântico é rico em seláceos, com uma grande variedade de espécies, principalmente à superfície.

Mais de 20 espécies de mamíferos marinhos, entre baleias e golfinhos, são conhecidos nas águas do arquipélago, das quais 22 já foram registadas.

A erosão do solo, tanto nos ambientes terrestres como costeiros, é responsável pela destruição de habitats inteiros em Cabo Verde, em determinadas zonas e de dunas vegetativas em terras secas e vulneráveis. É notório que a ocupação costeira, a conquista de novos espaços rurais para a urbanização, a expansão do turismo e da actividade imobiliária está a invadir as áreas selvagens/silvestres e contribuindo para a erosão das praias e dunas, levando a uma destruição progressiva dos habitats. A ocupação humana nas áreas das praias dificulta a reprodução de tartarugas marinhas e aumenta os níveis de poluição nas áreas da baía, da mesma forma que a expansão turística e imobiliária. Grande parte dessa expansão é baseada nos planos de desenvolvimento locais, que não analisam devidamente os potenciais impactos ambientais negativos de urbanização, consequência da pressão demográfica, agravado pela extracção de inertes tanto em terra como no mar para a construção civil, agravam ainda mais a pressão sobre as zonas costeiras.

1.4.6 A paisagem e a qualidade visual

Cabo Verde apresenta uma grande variedade paisagística. Nas ilhas montanhosas de relevo acidentado, o modelado do terreno, marcado pela existência de montanhas e planaltos alternados e recortados por vales, por vezes encaixados, por onde circulam as principais linhas de água, constitui o principal factor condicionador do desenvolvimento do coberto vegetal e mesmo do desenvolvimento humano sendo, desta forma, o principal factor estruturante da paisagem. Nessas ilhas é visível a influência vulcânica das ilhas em contraste com vales e ribeiras onde cresce vegetação diversa, desembocando quase sempre em praias de areia preta.

Nas ilhas mais planas, o mar e as praias, muitas vezes de areia branca, dominam todo o encanto do território local, onde predominam grandes extensões desérticas.

A qualidade visual é o resultado da manifestação cénica do território determinada pela presença dos principais elementos estruturantes do espaço (relevo, coberto vegetal, recursos hídricos e estruturas construídas) e pela dinâmica que estes elementos inter e intrarelacionados proporcionam. Apesar dos constrangimentos a qualidade visual em Cabo Verde pode ser considerada alta, do ponto de vista da sua visibilidade a partir de qualquer ponto do país.

1.4.7 Caracterização do litoral

O mar é um dos principais recursos naturais de Cabo Verde. O país apresenta uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) com uma área de 734 265 km² e uma costa de cerca de 2.000 km da plataforma continental, onde o limite corresponde à isóbara de 200 metros.

A maioria das ilhas é montanhosa e muito íngreme, configurando-se como montanhas saindo do mar, formando uma plataforma marinha. De fato, 66% da plataforma existente no arquipélago corresponde a Maio e Boa Vista, constituindo zonas de grande riqueza pesqueira e biodiversidade.

As Ilhas de Barlavento (especialmente Santo Antão e São Nicolau), Fogo, Brava e costa ocidental de Santiago são muito montanhosas em que a costa corresponde a falésias de difícil acesso. A maioria das praias existentes correspondem à desembocaduras de barrancos ou rochedos. Nessas ilhas, a granulometria das partículas são geralmente grossas (areia preta). As ilhas do Fogo e da Brava tem uma forma arredondada e geralmente íngremes. Há apenas baías, ribeiras e portos de difícil atraque.

As ilhas orientais (Sal, Boa Vista e Maio) e grande parte do litoral de São Vicente, Santa Luzia e parte de Santiago, apresentam um litoral pouco íngreme e arenoso com extensas praias, onde acumulam areias organogénica geradas em torno das plataformas mais ou menos profundas existentes à volta das ilhas. Essas areias são arrastadas pelas correntes para as ilhas onde o vento transporta superfícies de areia estabelecendo longos corredores de areia, formando dunas.

De acordo com estudos da FAO, a pesca em Cabo Verde estão subaproveitadas. Um potencial de pesca é estimado de 45.000 toneladas por ano, cerca de 20 mil toneladas a mais do que actualmente é captada.

1.5 Património cultural

Cabo Verde não possui um parque de património edificado significativo, nem em dimensão, quantidade ou no que respeita à singularidade/qualidade e muito menos pela sua projecção internacional.

O período colonial não produziu espaços e edifícios notáveis que constituam, hoje, marcos históricos e culturais de projecção internacional, mas a Cidade de Santiago de Cabo Verde (Cidade Velha) constitui um referencial dos primórdios da colonização portuguesa em África, de um modo geral.

O Plateau da Cidade da Praia, as Cidades de São Filipe, no Fogo, a Cidade Vila da Ribeira Brava, em São Nicolau, e a Cidade do Mindelo, em São Vicente, também albergam edifícios de esplêndidos traços arquitectónicos, que os projecte no tempo enquanto património de elevado valor nacional, a preservar.

No conjunto de sítios e monumentos espalhados pelo país, figuram o centro histórico da cidade de São Filipe no Fogo, e a Cidade da Ribeira Brava, em São Nicolau, a par de um bom número de fortificações, faróis e igrejas espalhados um pouco por todo o arquipélago.

Existem outros lugares que possuem conjuntos edificados com particular interesse e valor pelos ambientes que proporcionam e, sobretudo, pelas memórias que preservam da vida local ou de acontecimentos e personalidades que fazem a história e a cultura cabo-verdianas. Estes ambientes, com os seus símbolos, são um recurso cultural de grande valia para a qualificação do território e para a construção da identidade dos lugares.

O arquipélago alberga, desde 26 de Junho de 2009, um património mundial: Cidade Velha, primeira cidade portuguesa fundada em África e rebaptizada, há alguns anos, com o seu antigo nome, o de Ribeira Grande de Santiago e declarada Sítio Histórico de Cidade de Santiago de Cabo Verde com base no Resolução nº5/2009 de 16 de Março. A protecção estende-se aos vestígios subaquáticos mediante a Resolução 14/2009 pela que declara-se a Zona Protegida Subaquática do Sítio Histórico “Cidade Velha”.

O sítio histórico, paisagístico e arquitectónico tem como grandes desafios a valorização do património em si e a sua conservação, porquanto possuidora de memória colectiva, história, cultura e tradição. É um sítio essencial na história do tráfico de escravos e da escravatura e é igualmente o berço da nação cabo-verdiana.

Esta cidade histórica situada na ilha de Santiago foi a primeira cidade construída pelos Europeus no sul do Sahara e o cruzamento das principais viagens marítimas atlânticas que ligavam a Europa, a América e a África entre o século XV e o século XVII. A sua situação geográfica estratégica tinha-a transformado num porto de tráfico de escravos próspero. Entretanto, Ribeira Grande não era só um entreposto de escravos, mas estes últimos transitavam para lá para uma estadia mais ou menos longa e aí recebiam os conhecimentos básicos da cultura europeia antes de serem reexportados para a Europa ou para as Américas.

A cidade da Praia, a maior do país, é a capital de Cabo Verde desde 1769, quando substituiu a antiga capital Ribeira Grande por ser pouco protegida e sofria periódicos ataques de piratas ingleses e franceses. Até hoje, o centro histórico da cidade mantém-se no Plateau, onde se concentram todos os edifícios históricos, como o Palácio Presidencial, a antiga Câmara Municipal, o Palácio da Cultura e o Museu Etnográfico, bem como alguns monumentos históricos.

Descendo para o sul, encontram-se as praias da Gamboa, tendo à frente, o ilhéu de Santa Maria, com ruínas de antigo hospital onde os viajantes eram deixados de quarentena em tempo de epidemia, e a Prainha e a Quebra Canela, zonas de passagem para os bairros mais nobres, localizados junto ao mar.

O campo de Concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, é um hoje um museu da resistência contra o colonialismo português. Surgiu, pela primeira vez, a 23 de Abril de 1936 com o nome ‘Colónia Penal de Cabo Verde’, tendo aprisionado cerca de 340 presos políticos, que não tinham qualquer direito de defesa. Funcionou até 1954 e foi reaberto em 1961, com o eclodir da guerra colonial em Angola, com o intuito de prender resistentes ao conflito do Ultramar. Esta instalação prisional encerrou definitivamente a 1 de Maio de 1974. O decreto que cria confirma tratar-se de uma “Colónia da Morte” que servia para receber os presos políticos e sociais, sobre quem recaiu o dever de cumprir o desterro.

A cidade de Mindelo localiza-se na ilha de São Vicente, é sede do concelho homónimo e é a segunda maior cidade de Cabo Verde. Ocupa uma área total de 67 km² a noroeste da ilha, na Baía do Porto Grande, porto natural formado pela cratera submarina de um vulcão com cerca de 4 km de diâmetro. O Ilhéu dos Pássaros, com 82 metros de altitude e que hospeda um pequeno farol, sinaliza a

outra extremidade da cratera. Enquanto património ilhéu possui um inconfundível toque colonial, que combina diversão, praia e história. Nela estão, ainda, bem conservados os traços da herança portuária e colonial: há uma réplica da portuguesa Torre de Belém junto à estátua do descobridor Diogo Afonso, nas imediações do Mercado do Peixe, a praça Estrela com o coreto de traça lusitana e o quiosque que serve de ponto de encontro dos mindelenses.

A cidade de São Filipe é única. O seu património arquitectónico é fortemente marcado pela diversidade dos sobrados que testemunham os tempos áureos da presença portuguesa na ilha toda.

O vulcão do Fogo é das mais belas paisagens de Cabo Verde. Possui uma falésia em meio círculo de 800 a 1.000 m altura e de 20 km de comprimento, a Bordeira, e um cone perfeito ladeado de vulcões adventivos, para além de uma planície negra com vários picos vulcânicos, fumarolas, campos de lavas torcidas, vides, que dão o famoso Vinho do Fogo, campos e duas minúsculas aldeias (Portela e Bangaeira), num cenário negro, mágico e magnífico. Toda a ilha do Fogo, aliás, é um património porquanto ela é um enorme estratovulcão, cónico de ladeiras íngremes que culmina a 2.829 m por cima do nível do mar, isto é, a uns 8000 m por cima do fundo oceânico.

Boa Vista, e a terceira maior ilha do arquipélago de Cabo Verde, e uma das ilhas mais áridas, e baixas, mas não menos rica na diversidade de paisagens e da sua gente que está atraindo muita gente da diáspora, principalmente turistas. Tem uma beleza natural, com as mais extensas e belas praias de Cabo Verde, com vastas dunas de areia, um clima esplêndido e gentes carinhosas. Há boas condições para mergulho, livre ou autónomo, nos diversos ilhéus que rodeiam a ilha. Tem beneficiado de investimentos turísticos de grande porte.

Além do património histórico imóvel, a mistura de raças e culturas que fizeram a história de Cabo Verde, deixou sua marca num legado imaterial característico, que se manifesta tanto no dialecto crioulo, como no conhecimento, costumes, tradições, tradição oral, técnicas peculiares para o desenvolvimento de produtos típicos como o grogue, artesanato, medicina e remédios tradicionais, trajes tradicionais e uma gastronomia rica e variada, a par das músicas, manifestações relativas a jogos, danças e festas populares, (Morna, coladeira, funana, batuque, finaçon).

1.5.1 População

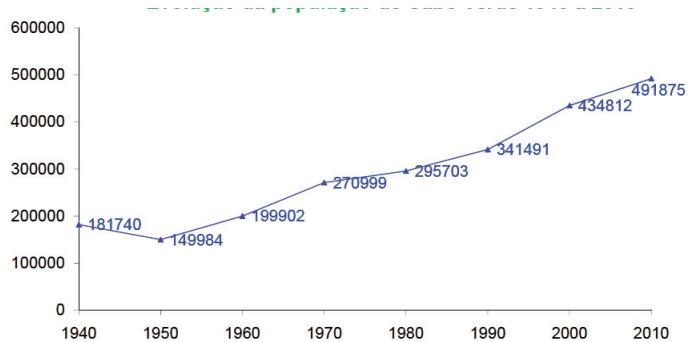
Em Cabo Verde, a evolução da população residente é determinada pelas condições de sobrevivência e pela forte tradição migratória. Na década de 40 do século XX, a população cabo-verdiana decresceu cerca de 2%, devido à seca que assolou o país com elevada mortalidade e emigração. A partir de 1950, retomou o crescimento, passando de 149.984 para 199.902 mil habitantes em 1960. As décadas de sessenta e setenta foram as com maior crescimento relativo (2,9 e 3,1% respectivamente) a que se seguiu uma década de forte abrandamento (0,9% ano), atingindo 434.812 em 2000 (INE).

Com a queda da emigração assiste-se a uma aceleração do crescimento, atingindo 1,5% na década de 80 e de 2,4% na década de 90. A população de Cabo Verde deverá,

segundo as perspectivas demográficas, crescer em média 1,8% no período 2000 – 2020 e atingir 577.924 em 2015, dos quais 281.345 indivíduos serão do sexo masculino e 296.579 indivíduos do sexo feminino.

De 1,9 por mil na década de 60, a taxa líquida da emigração cresceu consideravelmente na década de 60, com uma ligeira desaceleração na década seguinte e acentuada na década de 90. Registou-se uma ligeira aceleração a partir da década de 2000, devendo situar-se em cerca de 2,1 por mil, no período 2010 – 2015.

Segundo projecções do INE, a população total de Cabo Verde que, em 2010, deveria ser de 525.307 (255.043 homens e 270.264 mulheres) será de 632.524 (308.787 homens e 323.737 mulheres), no horizonte 2020. Contudo, na sequência do Recenseamento Geral da População e Habitação realizado de 16 a 30 de Junho de 2010, a população de Cabo Verde é de 491.875 habitantes e não de 525.307 habitantes como anteriormente projectado, com taxa de crescimento médio anual de 1,24 entre 2000 e 2010.



Fonte: Censo 2010

Evolução da população de Cabo Verde – 1940-2010

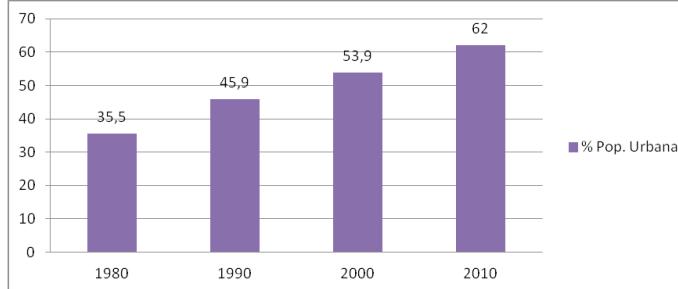
A evolução por ilhas no período 2000-2010, evidencia um aumento populacional na maioria das ilhas, sendo que em Santo Antão, S.Nicolau e Brava houve uma diminuição dos efectivos populacionais.

Concelho	RGPH		TCMA
	2000	2010	
Ribeira Grande	21.594	18.890	-1,3
Paul	8.385	6.997	-1,8
Porto Novo	17.191	18.028	0,5
S. Vicente	67.163	76.140	1,3
Ribeira Brava	8.467	7.580	-1,1
Tarrafal de S. Nicolau	5.180	5.237	0,1
Sal	14.816	25.779	5,5
Boavista	4.209	9.162	7,8
Maio	6.754	6.952	0,3
Tarrafal	17.792	18.565	0,4
Santa Catarina	40.852	43.297	0,6
Santa Cruz	25.234	26.617	0,5
Praia	98.118	131.719	2,9
S. Domingos	13.320	13.808	0,4
Calheta de S. Miguel	16.128	15.648	-0,3
S. Salvador do Mundo	9.172	8.677	-0,6
S. Lourenço dos Órgãos	7.781	7.388	-0,5
Ribeira Grande de Santiago	8.234	8.325	0,1
Mosteiros	9.535	9.524	0,0
S. Filipe	23.127	22.248	-0,4
Santa Catarina do Fogo	4.769	5.299	1,1
Brava	6.804	5.995	-1,3
Total	434.625	491.875	1,24

Fonte: Censo 2010

População por concelhos, 2000 e 2010 e taxa de crescimento médio anual

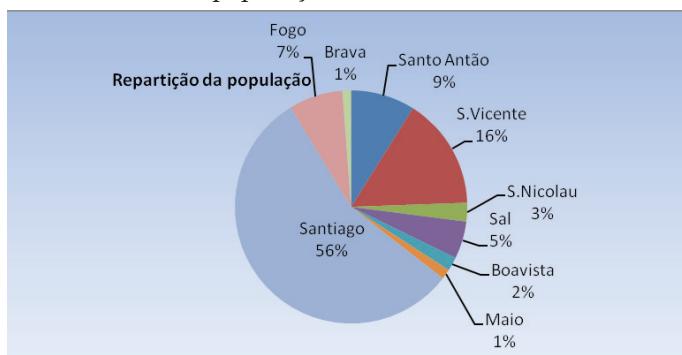
Por sexo, a repartição é de 243.401 (49,5%) de homens contra 248.282 (50,5) para mulheres, mas persistem grandes disparidades entre os dois meios de residência: aproximadamente 62% da população vive no meio urbano contra cerca de 38% no meio rural.



Fonte: Censo 2010

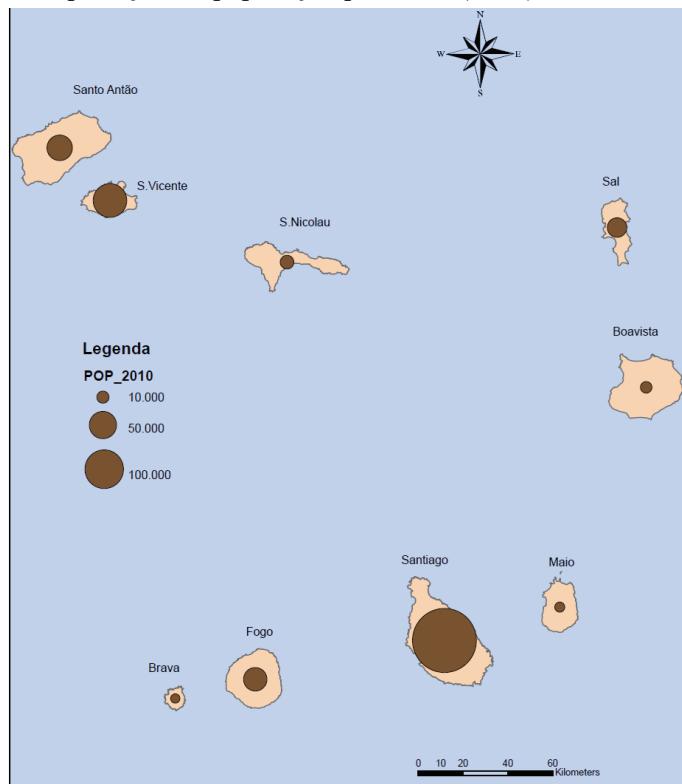
Evolução da população urbana

Mais de metade da população cabo-verdiana vive na ilha de Santiago (55,7%), seguida pelas ilhas de São Vicente (15,5%), Santo Antão (8,9%), Fogo (7,5%) e Sal (5,2%). Por outro lado, o restante das ilhas abriga apenas menos de 8% da população.



Fonte: Censo 2010

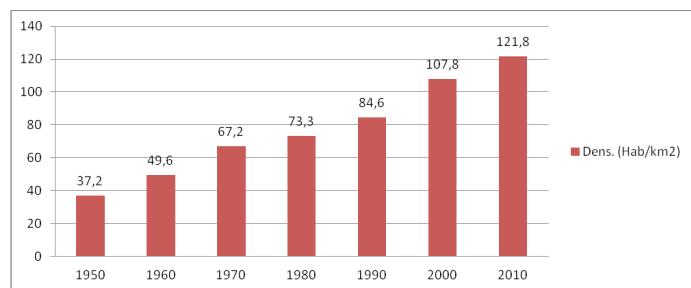
Repartição da população por ilhas (2010)



Distribuição da população por ilhas, em 2010

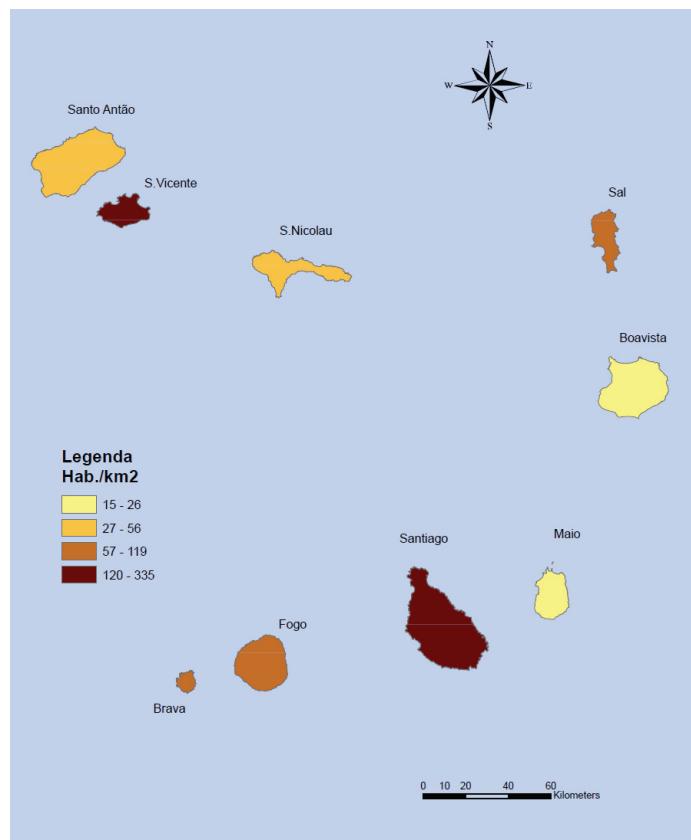
Praia é o concelho mais povoado, albergando ligeiramente mais de um quarto da população do país (26,8%). De igual modo, reagrupa 48% da população da ilha de Santiago. S. Vicente e Santa Catarina são o segundo e o terceiro concelhos mais povoados do país, onde vivem respectivamente 15,5% e 8,8% da população. Em Santo Antão, o essencial da população da ilha vive nos concelhos de Ribeira Grande e Porto Novo (respectivamente 43% e 41%). No Fogo, 60% da população vive no concelho de São Filipe e um quarto (25,7%) vive nos Mosteiros.

A densidade populacional do país tem aumentado, passado de 107,8 habitantes por km² (em 2000) para 121,8 habitantes por km² (em 2010). Santiago e S. Vicente são as ilhas com maior densidade populacional.



Fonte: Censo 2010

Evolução da densidade populacional



Fonte: Censo 2010

Densidade populacional por ilhas, 2010

Nos concelhos da Praia, São Vicente e Sal a população é maioritariamente urbana (mais de 90%), seguidos pelos concelhos de Tarrafal de São Nicolau (71,9%), de Boa Vista (59%) e de Porto Novo (52,3%), sendo os outros maioritariamente rurais. Em Santa Catarina de Fogo,

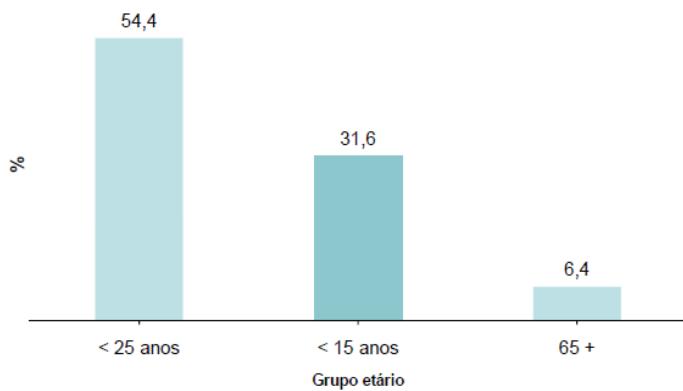
Ribeira Grande de Santiago, Paul, São Salvador do Mundo e São Domingos, mais de 80% das suas populações vivem no meio rural.

Concelho	Urbano	Rural	Total
Cabo Verde	61,8	38,2	100,0
Ribeira Grande	24,5	75,5	100,0
Paul	18,1	81,9	100,0
Porto Novo	52,3	47,7	100,0
S. Vicente	92,6	7,4	100,0
Ribeira Brava	24,9	75,1	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	71,9	28,1	100,0
Sal	92,5	7,5	100,0
Boavista	59,0	41,0	100,0
Maio	42,9	57,1	100,0
Tarrafal	33,3	66,7	100,0
Santa Catarina	27,8	72,2	100,0
Santa Cruz	35,1	64,9	100,0
Praia	97,1	2,9	100,0
S. Domingos	18,7	81,3	100,0
Calheta de S. Miguel	27,0	73,0	100,0
S. Salvador do Mundo	16,2	83,8	100,0
S. Lourenço dos Órgãos	23,0	77,0	100,0
Ribeira Grande de Santiago	14,6	85,4	100,0
Mosteiros	37,8	62,2	100,0
S. Filipe	36,6	63,4	100,0
Santa Catarina do Fogo	12,4	87,6	100,0
Brava	18,8	81,2	100,0

Fonte: Censo 2010

Percentagem da população urbana e rural por concelhos, 2010

Os resultados do Censo 2010 mostram que a população cabo-verdiana é ainda jovem. A idade média é de 26,8 anos e 54,4% da população tem menos de 25 anos.



Fonte: Censo 2010

Distribuição da população por grupo etário, 2010

1.5.2 Condições de vida

Dados do QUIBB 2007 confirmam que o nível de pobreza diminuiu em cerca de 10 pontos percentuais entre 2001/02 e 2007, situando-se nesse ano em 26,7%.

A diminuição verifica-se tanto no meio urbano como no meio rural e em todos os concelhos do país. No meio urbano, verificou-se uma diminuição da pobreza na incidência de 25,0% em 2001 para 13,2% em 2007, enquanto no meio rural os dados apontam para uma maior concentração dos pobres verificando-se uma diminuição de 51,1% para 44,3%.

Em relação ao nível de pobres nas ilhas e 22 concelhos, a Praia apresenta-se com 11,6% de diminuição comparado

com os 19,1% em 2001, São Vicente passou de 25,5% para 13,6%, Fogo de 42,1% para 39,0%, a região do interior de Santiago de 49,3% passou para 41,5% em 2007. A ilha de Santo Antão é a que apresenta maiores índices de pobreza com 54% em 2001 para 45,6% em 2007. Santa Catarina do Fogo é o concelho mais pobre do país com 59% da população a viver abaixo do limiar da pobreza e os menos pobres são Sal e Boa Vista com 4% e 8%, respectivamente.

A pobreza é maior nas famílias chefiadas por mulheres (33%). Um total de 21,3% da população que reside em famílias lideradas por homens é pobre. A faixa etária das pessoas chefes de famílias compreendida entre os 50 e os 59 anos são as que representa 32% da população pobre. As famílias que lideram na pobreza são as mais numerosas, com sete ou mais filhos, com cerca de 44%.

A taxa de dificuldade em satisfazer necessidades alimentares é de 23,5% e o número de pobres diminuiu de 163.200 em 2001 para 130.900 em 2007 (21,3% homens e 33% mulheres). Por concelho, a maior percentagem de pobres encontra-se no concelho de Santa Catarina do Fogo (59%) seguido do Paul (54,1), Mosteiros (51,7) e Santa Cruz (46). Os municípios com menos população pobre são Sal (4%), Boa Vista (8%) e Praia (11,6%). Já na repartição dos pobres segundo o concelho, Santa Catarina de Santiago lidera com 15,7% e a Praia vem a seguir com 10,9%. No fim da lista estão o Sal com 0,7 e a Boa Vista com 0,3% de pobres.

A percentagem dos pobres segundo os grupos etários do chefe do agregado é até 30 anos 17,4%; 30-39 anos 23%; 40-49 anos 26,5%; 50-59 anos 31,6%; e 60 e mais anos 28,9%. Segundo o nível de instrução, a percentagem de pobres é de 41% nas pessoas sem instrução; 25,6% com ensino básico; 9,8% com ensino secundário; e 1,2 com ensino médio/superior.

No sector da habitação, Cabo Verde regista um défice de 82 mil fogos, que afecta todas as camadas de rendimento e produz impactos maiores sobre segmentos de população de menor rendimento, excluídos do mercado formal de habitação. Caracterizado por grandes assimetrias supra-insulares e locais no que respeita aos défices qualitativo e quantitativo e à qualidade do parque habitacional, o sector é pouco acessível à maioria das famílias cabo-verdianas, em virtude dos custos elevados do sector da construção civil e condições actuais de acesso ao crédito, que excluem a maior parte das famílias.

Todavia, a maioria dos cabo-verdianos possui casa própria (65%) e 25,2% vivem sob o regime de arrendamento e 8,9% em casas cedidas.

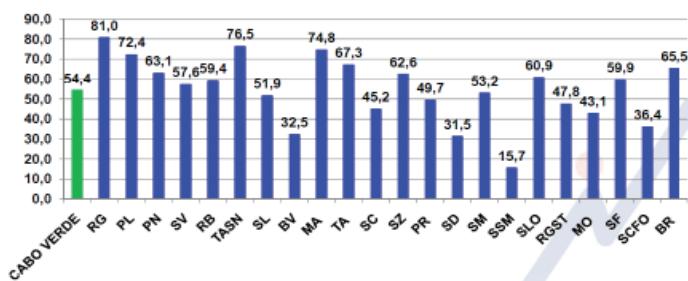
Nas cidades (Praia, Mindelo, Sal-Rei, Espargos e Assomada), o crescimento urbano é progressivamente acelerado e raramente acompanhado do devido desenvolvimento dos serviços e infra-estruturas necessários para cobrir as necessidades da população e garantir um crescimento sustentável e duradouro, o que se tem reflectido negativamente no ordenamento do território, nos sistemas de Planeamento Urbano e no sector da habitação especificamente.

Nos bairros mais pobres, a habitação é precária, sem quaisquer condições de segurança, conforto ou higiene, com riscos para a saúde pública em virtude da falta de

infra-estruturas e de equipamentos sanitários nas habitações, bem como riscos de desabamento para famílias residentes ou localizadas nas encostas e em áreas de elevado risco geológico.

1.5.3 Indicadores de qualidade de vida

A grande maioria das famílias (91,3%) obtém água da rede pública, de chafariz ou de autotanque. Cerca de 54% dos alojamentos têm ligação à rede pública de água. Através de chafarizes abastecem-se 25,5% enquanto 7,5% obtêm água de autotanques.

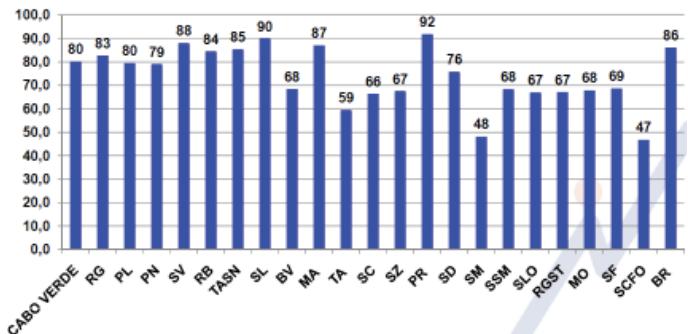


Fonte: Censo 2010

Alojamentos com acesso à rede pública de água (%), 2010

No saneamento básico, 47,4% dos alojamentos têm acesso à fossa séptica. À rede de esgoto estão ligados apenas 19,4% dos alojamentos.

A grande maioria (80,2%) dos alojamentos tem energia eléctrica.



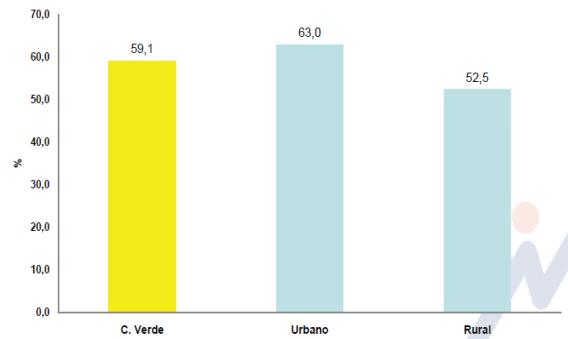
Fonte: Censo 2010

Alojamentos com acesso à electricidade (%), 2010

Em média, 79,7% dos agregados familiares utilizam a electricidade como principal fonte de iluminação. Cerca de 70,2% dos agregados familiares utilizam, principalmente, o gás como fonte energética para cozinhar.

1.5.4 Emprego e população activa.

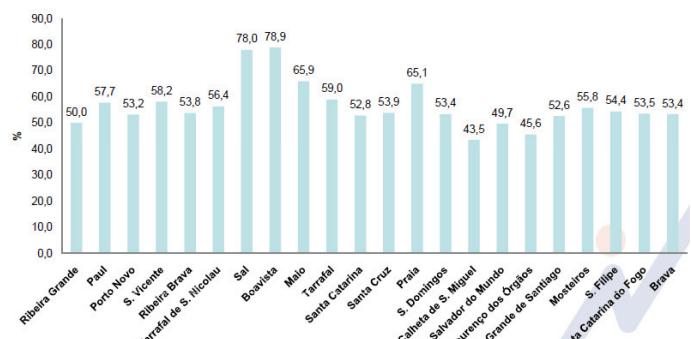
De acordo com o censo 2010, a população total activa ocupada era de 177.297 (56,7% homens; 43,3% mulheres)



Fonte: Censo 2010

Taxa de actividade em Cabo Verde e por meio de residência, 2010

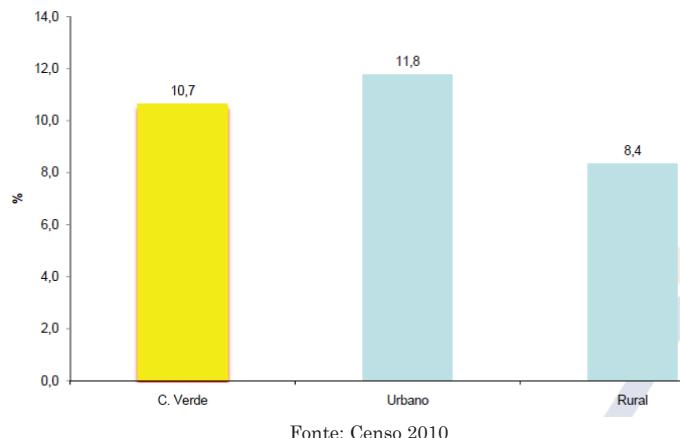
A nível concelhio, Sal e Boavista apresentam taxas de actividade mais elevada, 78% e 78,9% respectivamente, seguido de Maio (65,9%) e Praia (65,1%).



Fonte: Censo 2010

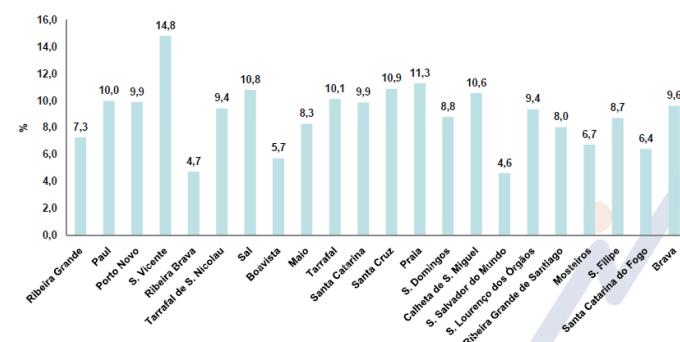
Taxa de actividade por concelhos, 2010

A população desempregada era de 21.168, correspondendo a uma taxa de 10,7%, sendo a ilha/Concelho de S. Vicente, aquela que apresenta a maior taxa de desemprego, seguido do concelho da Praia.



Fonte: Censo 2010

Taxa de desemprego em Cabo Verde e por meio de residência, 2010



Fonte: Censo 2010

Taxa de desemprego por concelhos, 2010

O emprego foi erigido como um objectivo central das políticas de desenvolvimento, realizável inclusive pela coordenação de políticas tendo foco na criação de emprego produtivo, para o que o Governo dotou o Orçamento do Estado para 2009 de uma verba de 1,0 bilião de escudos e continuou a implementação da sua Política Nacional de Emprego no resultado do que, entre 2000 e 2008, foram

criados uma média de 2.384 postos de trabalho por ano, ou seja, a geração de emprego foi 3,5 vezes superior à geração de desemprego.

A formação profissional foi orientada para o emprego e inclusão social, através do reforço da capacitação institucional dos centros de formação ao nível local, a reestruturação do IEFP e a atribuição de competências em matéria de coordenação das actividades de formação, monitorização e avaliação, planeamento integrado e a reactivação do Fundo de Apoio ao Emprego e à FP e a coordenação conjunta do sector com os parceiros. Foi criada a Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações, a Unidade de Orientação Profissional e Vocacional e quatro unidades formativas nas Escolas Secundárias instrumentos.

A agricultura, o comércio e a construção geram mais de 50% do emprego ao nível nacional. Fogo é a ilha mais dependente dessas actividades, (77%) seguida das ilhas de Santo Antão e de Santiago, com 57% e 58%, respectivamente. Na actividade económica empresarial, o comércio constitui a principal actividade, concentrando 48% das empresas, metade do volume de negócios e 1/3 do emprego.

A seguir ao comércio, as actividades com maior expressão são: alojamento e restauração (20%); indústria e electricidade (19%) e outros serviços (9%). A actividade económica empresarial cabo-verdiana é caracterizada pela sua concentração ao nível geográfico sendo dois terços das empresas, representando 77 % do volume de empregos e 87% do volume de negócios, situam-se nas ilhas de São Vicente e Santiago.

O sector terciário é o maior empregador no país, pois é responsável por cerca de 60% do emprego registado, seguindo-se-lhe o sector primário, que fornece 23% dos postos de trabalho sendo que os restantes indivíduos empregados, aproximadamente 18%, trabalham no sector secundário.

1.6 Economia e Território

1.6.1 Dados macro, sector externo e investimento directo estrangeiro

Durante os últimos anos, Cabo Verde deu passos muito importantes rumo ao desenvolvimento económico. O país possui um elevado grau de abertura económica, tornando-se susceptível aos efeitos adversos que ocorrem no mercado internacional. Sendo um dos factores de dinamização do crescimento económico, o Investimento Externo Directo (IDE) muito dependente da conjuntura internacional, coloca o país perante enormes desafios, agravados pela sua grande vulnerabilidade às evoluções e choques internacionais e pelos constrangimentos internos, nomeadamente o desemprego e a pobreza que atingem milhares de cabo-verdianos em todos os cantos do país.

Com uma economia baseada sobretudo no sector de serviços (66% do PIB em 2008), Cabo Verde tem que importar quase tudo o que consome, o que o torna num país bastante sensível a perturbações externas. Contudo, a estabilidade económica conquistada com a implementação de políticas macro-económicas prudentes e reformas

estruturais especialmente a partir do início dos anos 90 do século passado, permitiu que o desempenho da economia de Cabo Verde nos últimos anos tenha sido bastante satisfatório.

O sector de serviços (onde se inclui o turismo) vem crescendo sistematicamente nos últimos 05 anos, a uma média anual de 10,5%, puxado sobretudo pelo dinamismo do turismo. O sector de construção vem igualmente registando taxas de crescimento assinaláveis (média anual de 19,5% nos últimos 5 anos) (apesar do abrandamento atual devido ao cenário de crise), igualmente como consequência do aumento dos investimentos no sector turístico, e do aquecimento no investimento público (infra-estruturas) durante o período.

A grande ambição de Cabo Verde é ser uma Nação próspera e sustentada numa economia moderna e competitiva, com vista à redução do desemprego para níveis inferiores a 10% e uma taxa de crescimento a dois dígitos.

A entrada de Cabo Verde como 153º membro da OMC conclui um conjunto de opções estratégicas e económicas iniciadas com o Acordo Cambial com Portugal, que confere paridade fixa ao escudo cabo-verdiano, a aproximação político-militar à NATO e o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia, ao mesmo tempo que reforçou a sua ascensão a países de rendimento médio.

Esta reclassificação foi consequência do processo de transformação do país e da sua economia, que implicou profundas reformas estruturais, principalmente ao nível legislativo e institucional, e grandes investimentos para a sustentabilidade económica, tendo como objectivo tornar-se uma plataforma internacional em diferentes domínios entre a América do Norte, a Europa e a África.

Com a entrada de Cabo Verde para o grupo dos Países de Rendimento Médio novos são os desafios que enfrenta para se tornar numa economia sustentada. O Fundo Monetário Internacional prevê que em 2013 o crescimento deverá abrandar para 4,1 por cento, amortecido por um programa de investimento público, que vai oferecer algum apoio para a procura interna.

Neste país que já alcançou um grande número dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas, a luta contra a pobreza e o desemprego juvenil continuarão a ser duas grandes metas do Governo, cuja estratégia de desenvolvimento passa também pelo envolvimento de todas as ilhas num processo dinâmico de crescimento, o desenvolvimento das infra-estruturas, o aumento dos serviços básicos de água, energia e transportes e a valorização dos recursos humanos de modo a seguir o rumo das economias mais avançadas.

Apesar das dificuldades, Cabo Verde continua a demonstrar uma forte determinação por um modelo de desenvolvimento que garanta melhor qualidade de vida a todos os seus cidadãos. A correcta gestão e aplicação dos apoios internacionais aliada às políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento vão conduzir o país a um crescimento económico sustentado, um exemplo não só em África como no mundo.

A aposta tem sido num quadro regulador do comércio e em medidas de prevenção e repressão de infracções contra a economia e a saúde pública, a par do controlo dos preços de comercialização de produtos, incluindo os petrolíferos, da protecção do consumidor e do regime de vistoria aos estabelecimentos comerciais.

Por outro lado, a base produtiva nacional ficou reforçada com a criação de novas unidades industriais, a maioria das quais em Santiago e São Vicente, tendo as ilhas do Sal, Santo Antão, Boa Vista, Fogo e Maio sido também contempladas.

A construção civil, as obras públicas e a fabricação e venda de materiais de construção têm sido responsáveis pela criação do maior número de empregos. Todavia, o comércio destaca-se como a vertente empresarial mais dinâmica em termos de empresas, emprego e volume de negócios. As pequenas e médias empresas representam cerca de 90% das empresas do país e geram cerca de 39% do emprego criado.

O Governo lançou um vasto programa de investimentos públicos de médio prazo, graças ao qual o país tem apresentado sinais de um crescimento económico sustentado, como consequência, sobretudo, da dinâmica dos sectores nacionais e de políticas económicas adequadas à atracção de investimentos directos externos.

O aumento no volume do investimento externo representa, actualmente, mais de 50% do PIB e abrange sobretudo as áreas de turismo, telecomunicações, sector financeiro, indústria, educação, saúde e floricultura, distribuindo-se, principalmente, pelas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista.

O símbolo da nova economia cabo-verdiana assenta, fundamentalmente, na promoção dos sectores mais dinâmicos da economia e melhoria do padrão da sua especialização. Tem como pilares o desenvolvimento da competitividade do turismo, o apoio ao investimento privado nacional e a internacionalização dos serviços e da sua competitividade, bem como a modernização e universalização do sistema financeiro e o desenvolvimento integrado do meio rural.

O país tem ultrapassado a sua dispersão insular, as suas condicionantes de natureza geográfica e a sua escassez de recursos naturais, orientando a sua estrutura produtiva para o sector terciário, em especial para o comércio, para os serviços públicos e para os transportes e comunicações, sendo os serviços responsáveis por cerca de dois terços do PIB.

Um grande investimento tem sido feito na criação de uma capacidade mais robusta para competir no mercado global, com enfoque para a dinamização do sector privado, um dos responsáveis pelo crescimento e elevação dos índices de emprego.

O Governo tem facilitado o processo de criação de empresas e os procedimentos de liquidação dos impostos e taxas e reduziu a tributação directa para as empresas e os impostos sobre as importações, que irão diminuir, gradualmente, até se tornarem nulos em 2018, de acordo com as recomendações da OMC.

Cabo Verde regista um ritmo sólido de crescimento da economia desde a sua independência, com uma variação média anual de 7% ao ano nos últimos 10 anos, tendo atingido um PIB de 131792 milhões de Escudos em 2011 e um PIB per capita de 1576,8 USD no mesmo ano.

Para o período 2011 - 2016, o Governo fixa como meta conseguir um crescimento robusto do PIB, num ambiente de equilíbrio dos fundamentais da economia e de inflação controlada. Suportado num forte crescimento e numa economia dinâmica, e estimulado por políticas activas de emprego, o Governo trabalhará, em parceria com o sector privado, para continuar a reduzir o desemprego, através da criação de milhares de postos de trabalho. O objectivo, contudo, não é apenas o crescimento e a construção de uma economia dinâmica. É assegurar uma p r o s p e r i d a d e e partilhada por todos os cabo-verdianos, tanto no país como na Diáspora.

A agenda política para o desenvolvimento do país assenta sobre um crescimento suportado largamente pelo sector privado e por uma inserção dinâmica na economia global na base do aproveitamento da posição geoeconómica do país. A estratégia de transformação do país baseia-se na possibilidade do país ser um centro internacional de prestação de serviços, com empresas organizadas em clusters relacionados com o mar, o céu e as TIC e serviços financeiros.

Graças à aposta num crescimento económico forte, sustentado e durável, com uma taxa de emprego elevado e num quadro de estabilidade macroeconómica compatível com a solidariedade social no conjunto das ilhas e num processo equilibrado no plano ambiental, nos últimos anos, tem havido um crescimento económico robusto e o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento médio de 5,7 por cento no período 2000-2005, atingindo 10,8 por cento em 2006 e cerca de 7 por cento em 2007, o que permitiu uma melhoria significativa da média do nível de vida.

Provocado pelo forte crescimento nos sectores do turismo, telecomunicações, serviços financeiros, construção civil e pescas, esse crescimento económico teve um impacto positivo sobre as finanças públicas e ao nível das receitas totais, os recursos disponíveis aumentaram anualmente em termos absolutos, mesmo que, em termos relativos, tenha registado uma ligeira diminuição.

O crescimento do investimento privado resultou, essencialmente, de aumentos da formação bruta de capital fixo (FBCF) em construção e em bens de equipamento. Em 2007, o investimento cresceu a uma taxa de 20% o que corresponde a mais 4 pontos percentuais dos valores alcançados em 2006. Estes resultados sustentam-se na evolução de um conjunto de indicadores, tais como importações de materiais de construção, de bens de equipamento e material de transporte, bem como das vendas de cimento.

Os esforços para atrair o IDE resultaram na melhoria do nível e qualidade do investimento estrangeiro, particularmente na indústria e no turismo. Os maiores investidores em Cabo Verde, por origem, são Portugal, Itália e Alemanha. O volume de projectos aprovados, com

preponderância no sector do turismo, passou de cerca de USD 44 milhões em 2004, para cerca de USD 509 milhões em 2006, a uma taxa anual de realização de 25% e criação de 9.427 postos de trabalho.

Em 2006, o IDE no sector do turismo contribuiu em cerca de 37,9% para a taxa de crescimento real do PIB, as receitas representaram 18% do PIB em 2006, contra 12% em 2005, resultado do aumento em 23% da procura de Cabo Verde como destino turístico. Para o aumento das exportações de serviços contribuiu o expressivo crescimento das receitas brutas do turismo (75%) e das exportações de serviços relacionados com os transportes aéreos (21%).

As exportações têm tido um comportamento positivo, mas registaram um abrandamento em 2007 (de 30,9% para 12,2%, em termos reais), reflexo da desaceleração das exportações de serviços, de 41% para 23,4%, em termos nominais, e redução expressiva das exportações de bens (-27,2%).

A Zona Euro continua a ser o principal mercado de destino: importa cerca de 79% dos produtos cabo-verdianos, registando-se, igualmente, um peso crescente do Japão, que passa a representar cerca de 7,4% do mercado das exportações de Cabo Verde. Para os EUA, as exportações nacionais reduziram-se face às dificuldades de acesso dos produtos cabo-verdianos ao exigente mercado americano.

As importações também registaram um abrandamento, crescendo em termos reais a 12,1% (14,3% em 2006). A evolução das importações resulta do comportamento da procura interna, particularmente das suas componentes mais dinâmicas, o consumo das famílias e o investimento. Regista-se um aumento significativamente superior das importações de bens de capital (71,5%), combustível (55,4%) e bens intermédios (18%). Há uma desaceleração, para 8%, em valor no ritmo de crescimento nas importações de bens de consumo, depois de terem crescido 17%, em 2006, sendo visível o aumento das importações de bens de consumo de 29% (0,4%, em 2006).

Se as necessidades em bens de primeira necessidade são asseguradas em cerca de 80 a 85% pela importação, já as necessidades em bens e equipamentos pesados e em produtos derivados do petróleo são asseguradas a 100% pela importação.

Quanto as exportações, estas cobrem, normalmente, apenas cerca de 4,5% das importações, ilustrando a debilidade da balança comercial. As exportações de bens representam apenas 10% das exportações totais e concentram-se basicamente nas confecções e calçados, considerando a situação de embargo aos produtos da pesca que ainda prevalece.

Os serviços, que representam o essencial das exportações (cerca de 90%), estão concentrados em mais de 70% no turismo e nos transportes aéreos.

A política de liberalização comercial e financeira, a desafectação da reserva pública, o aumento de importadores grossistas, o dinamismo de entidades promotoras do sector (Câmaras de Comércio) e a transferência do

licenciamento do comércio a retalho para as Câmaras Municipais trouxeram uma nova dinâmica e contribuíram para a diversificação dos mercados de fornecimento, melhoria da qualidade de abastecimento e intensificação da concorrência no comércio interno.

1.6.2 Recursos primários

1.6.2.1 Agricultura e gado

Apesar das características climáticas não serem as mais apropriadas e a escassez de recursos naturais (água e solo), cerca de 38% da população reside em áreas rurais e cerca de 33% da população economicamente activa está empregada em actividades agrícolas.

O sector irrigado limita-se a 3.476 ha envolta de micro-perímetros essencialmente irrigados por gravidade a partir de nascentes, ou de captação através de poços ou de galerias. Praticada nas encostas armados em socalcos/terraços ou nos terrenos mais planos nos fundos das ribeiras ou planaltos, a irrigação é efectuada com intervalos de rega muito espaçados (mais de 15 dias para 96% das superfícies). Uma falta de eficiência dos canais de rega é observada com perdas importantes nas parcelas. As culturas irrigadas são a cana-de-açúcar, a banana e culturas hortícolas. Existem igualmente, algumas produções especializadas, tais como o café (30-50 ton/ano), o vinho (45-60.000 l/an) e o grogue (12.500 hl/an).

Os rendimentos médios são fracos com produções anuais aleatórias, em função das condições climáticas. A produção agrícola de sequeiro é pouco diversificada, no entanto, na zona húmida e sub-húmida, a integração das culturas hortícolas, raízes e tubérculos e árvores fruteiras nos sistemas de exploração, aumentou consideravelmente no decorrer da última década, numa lógica de complementaridade. Num ano médio, a produção cobre apenas 30% das necessidades em milho e 16% das necessidades em tubérculos. A produção agrícola não representa mais que 10 à 15 % das necessidades alimentares do país.

O regime fundiário e o sistema de exploração das terras são bastante complexos e as terras bastante fragmentadas. A posse da terra por pessoas muitas vezes residentes no exterior, a ausência de regras jurídicas regendo as relações entre os utilizadores e os proprietários limitam as iniciativas de investimentos e a melhoramentos fundiários, e criam problemas para a exploração de investimentos de interesse colectivo.

Mais de metade dos criadores de gados, se dedica a criação de caprinos, espécies cujo efectivo pecuário ocupa o primeiro lugar no país. As ilhas com maior número de criadores são as de Santiago, Fogo e Santo Antão. Tanto para a espécie caprina como para as outras espécies pecuárias existem vários sistemas de exploração: Pastoreio livre, estabulação, semi-estabulados e amarrado nos arredores das casas. O sector fornece a quase totalidade do consumo actual em carne (13,5 kg/hab/ano). A pecuária é responsável por 30 % das receitas de uma exploração sem parcelas irrigadas num ano médio. Três quartos do efectivo bovino são criados na ilha de Santiago. A maioria das famílias possui aves. O desenvolvimento de grandes unidades de pecuária tem-se tornado difícil devido a problemas logísticos criados pela insularidade (alimentos e reprodutores importados).

1.6.2.2 Recursos florestais

Devido aos esforços da reflorestação principalmente nos últimos 35 anos, actualmente segundo dados oficiais, a área florestada em Cabo Verde é de aproximadamente 84.000 ha plantadas pelo estado, o que corresponde a 22% do território nacional e uma área de cerca de 1550 hectares introduzida pela Associação dos Amigos da Natureza – AAN em São Vicente.

Esse esforço de reflorestação não foi acompanhado de instrumentos de gestão e planeamento pelo que se desconhece as potencialidades das áreas florestadas tanto em produtos lenhosos como não lenhosos. Apesar de falta de instrumentos de gestão e planeamento tais como planos de gestão, inventário florestal entre outros, é inegável a importância das áreas florestadas para a comunidade cabo-verdiana principalmente as comunidades rurais.

Os recursos florestais em Cabo Verde são bastante limitados e 100% plantados. Em Cabo Verde, 57% das famílias cabo-verdianas, dos quais 92% se concentram no mundo rural, utilizam a lenha como a principal fonte de energia para a coacção dos alimentos. Estima-se que anualmente a exploração de lenha para consumo energético ronda cerca de 96.170 Ton. Existe uma grande procura de lenha, carvão e biomassa como fontes de energia, recursos esses provenientes das áreas florestadas.

1.6.2.3 Pesca

O sector das pescas constitui um dos principais sectores de produção primária em Cabo Verde e contribui grandemente para a segurança alimentar da população. Como país insular, possui uma área marítima muito superior à sua área terrestre e uma linha de costa bastante considerável de 1.020 km.

A pesca representa 2% do PIB de Cabo Verde e emprega cerca de 10 % da população activa do país e constitui um dos sectores relevantes para a segurança alimentar, sendo o consumo per capita de pescado em 2009 de 26kg/ano/habitante. O volume das capturas tem variado entre 8.100 t a 9.900 t desde 2001, com a pesca artesanal a contribuir, em média, com cerca de 59%.

O número total de pescadores foi estimado em 3.927 e desses, 1.539 estão em Santiago e operam num total de 1.036 botes, dos quais 766 têm motor fora de bordo, perfazendo uma taxa de motorização de 74%. Segundo os dados do boletim estatístico do sector das pescas editado pelo INDP, a frota industrial é constituída por 70 embarcações cujo comprimento varia de 10 a 76 metros, sendo que 54% estão sedeadas na ilha de Santiago.

1.6.2.4 Actividades mineiras

Cabo Verde é um país pobre em recursos minerais. As indústrias extractivas provêm essencialmente da exploração dos recursos de água, extração de inertes, pozolana, calcário, gesso, argila, escória vulcânica e sal. Esses recursos estão espalhados pelas ilhas de uma forma mais ou menos específica para cada uma delas, à excepção de inertes (areia, pedra e brita) para a construção civil e reserva de água subterrânea que se encontram em certa abundância em quase todas as ilhas do país.

1.6.2.5 *Necessidades, usos e aproveitamento de água*

O país é caracterizado por um regime hidrológico torrencial que resulta num importante fenómeno de transporte de sólidos. Estes fenómenos são acentuados pela fraca cobertura vegetal, fortes declives e solos pouco profundos. Durante o período das chuvas as cheias podem ocasionar efeitos desastrosos. Os cursos de água chegam a encaminhar enormes blocos de basalto e uma quantidade considerável de material fino, que atingem a ordem de 5000 a 6000 t/km²/ano. Ao mesmo tempo, constata-se periodicamente e, especialmente, durante o período húmido uma grande perda de solos cultiváveis, acompanhado de um importante volume de água que se perde no mar.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, Cabo Verde conseguiu desde 2007, atingir ao nível dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, apesar das enormes assimetrias supra-insulares e até mesmo locais. Cerca de 90% das famílias cabo-verdianas estão servidas por fontes seguras de água potável. O cenário não se apresenta uniforme quando se compararam as taxas de coberturas entre os espaços urbanos e rurais. Nas cidades, a taxa de cobertura de acesso à água potável é de aproximadamente 99% em comparação com 76% para as zonas chamadas rurais. De igual modo, persistem ainda fortes iniquidades em termos de oportunidades de acesso e a qualidade da água.

Ao nível nacional as necessidades globais em água potável, em água para a irrigação, para a pecuária, para a indústria e outras actividades ascendem a cerca de 58 Milhões de m³/ano contra uma disponibilidade total de 65 Milhões em períodos médios e de apenas 44 Milhões em períodos secos.

Em Cabo Verde, recorre-se a reservas de água doce, que podem ser subterrâneas ou superficiais mas, nas regiões marítimas de muito baixa pluviosidade – o recurso a água salgada, através de dessalinização.

As reservas subterrâneas fornecem em geral uma água de boa qualidade, mas em quantidades limitadas, enquanto com as captações de superfície se passa o inverso, ou seja, torna-se possível dispor de maiores reservas (através, por exemplo, da construção de barragens), mas a qualidade é menor e não dispensa, em princípio, um tratamento mais completo e tecnicamente exigente.

i) Águas Superficiais

Os recursos em água superficiais são estimados, em média, em 181 milhões de m³/ano. São poucos explorados por falta de dispositivos de armazenagem e de estocagem eficazes. Entretanto já dispõe de uma barragem, na localidade de Poilão – ilha de

ii) Águas subterrâneas

A gestão das águas subterrâneas, (galerias, nascentes e poços) é da responsabilidade do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH), mas a exploração vem sendo feita por particulares, privados, associações de agricultores e municípios através de serviços autónomos, em regime de concessão.

iii) Água dessalinizada

Quanto à água dessalinizada a sua exploração em relação ao potencial é completamente marginal. A água disponibilizada tem-se revelado manifestamente insuficiente para satisfazer as necessidades quer das populações, quer das actividades económicas quer do ambiente, sobretudo em termos de saneamento.

Em Cabo Verde, em 2010, operavam quatro empresas no sector da produção da água dessalinizada, para a indústria e para as populações, com uma capacidade instalada de 25.750 m³/dia.

iv) Usos de água

Não existem em Cabo Verde cursos de água superficial permanente. O tipo de regime pluviométrico e a natureza do relevo origina correntes de água rápidas e caudalosas de pouca duração e importantes caudais de ponta.

A maior parte da água natural produzida é utilizada na agricultura e escasseia para sectores chave como abastecimento da população, turismo, indústrias e serviços.

v) Água potável

De acordo com o INGRH, de 2000 a 2007, a água natural produzida foi de 40 bilhões de m³, entre os quais 19 bilhões foram consumidos no abastecimento das populações. Em termos de acesso à água potável, o sistema de abastecimento existente no país é diverso, abrangendo desde a rede pública de distribuição, a autotanques, chafarizes, cisternas, poços, nascentes, levadas, entre outros.

Estima-se de que, actualmente, o consumo médio per capita de água por dia é de 60 litros nos meios urbanos e de 25 litros no meio rural. No que concerne ao consumo público esta relação é de 20 litros para os meios urbanos e 5 litros para o meio rural e, finalmente, para o uso comercial esta relação é de 5 e 0 litros, respectivamente, para os meios urbano e rural.

vi) Água para rega

A origem da água para irrigação é no essencial de galerias e captações aluviais que chega às parcelas gravitariamente e a água bombada a partir de poços e furos. Estima-se que, actualmente, exploram-se dessas captações, cerca de 60000 m³/d para irrigação.

Praticada ainda, em grande parte, por técnicas e regras de gestão tradicional utiliza-se a água de forma pouco eficiente. A racionalização da irrigação através da introdução de técnicas e tecnologias de rega que permitam a poupança de água acompanhada de medidas de apoio aos camponeses (créditos, vulgarização) poderá, a médio prazo libertar recursos para outros usos sem dar lugar a conflitos sociais.

Entre 2000 e 2007 a água natural (subterrânea, nascentes, galerias, diques etc.) produzida pelo INGRH ascede a cerca de 40 biliões de m³, em que a agricultura consumiu cerca de 19 biliões de m³, entre os sistemas de regagota a gota e a rega tradicional.

O volume de água necessária para agricultura foi avaliado em 28,2 milhões de m³/ano, enquanto as extracções são da ordem de 22 milhões de m³/ano, ou seja existe um déficit de cerca de 6 milhões de m³/ano.

vii) Água para Pecuária

Em Cabo Verde não existem pontos de água destinados, especificamente, para abastecimento de água para o gado. Os animais das explorações familiares são, normalmente, alimentados nas nascentes não captadas e nos pontos de água equipados para fins agrícolas ou para abastecimento em água potável. Nestes últimos, algumas vezes, encontra-se bebedouros, geralmente degradados e que raras vezes oferecem condições higiênicas aceitáveis. As necessidades globais do país para a pecuária em 2000 foram estimadas em 1896 m³/dia.

viii) Água para indústria

A inexistência de matérias-primas obriga Cabo Verde a ser fortemente dependente do exterior, assim como a escassez de água, a insularidade e a pequenez do mercado não permitiram ao país desenvolver actividades industriais de relevo ao longo de décadas.

Grande parte das unidades industriais nacionais está muito dependente do exterior (capital, matérias-primas e meios mecânicos). A maior parte delas situam-se nos meios urbanos. Dessas unidades como grandes consumidoras de água encontram-se a indústria cervejeira e de refrigerantes e as de conservas de pescado. As necessidades globais em água para indústria em 2000 foram estimadas em 5500 m³/dia

1.6.3 Indústria

A indústria cabo-verdiana caracteriza-se ainda por um número bastante restrito de unidades industriais, essencialmente de pequena e média dimensão. São empresas essencialmente pertencentes aos sub-setores das indústrias alimentar (conservas de pescado, produção de gelados, moagem de cereais, transformação de frutas, etc.), de bebidas e tabaco, têxtil (confecções), química (tintas e vernizes, sabões, detergentes), farmacêutica, a reparação de navios, metalomecânica ligeira, de calçado, construção civil, de fabricação de componentes electrónicos, e panificação, cervejaria e refrigerantes outras.

O sector é, deste modo, constituído essencialmente por unidades de pequena dimensão concentradas na Praia e no Mindelo, tendo como actividades mais importantes a construção naval, a construção civil, as artes gráficas, a indústria alimentar (panificação e pastelaria, doçaria, transformação de frutas, bebidas, lacticínios, conservas de carne e peixe, massas, moagem e torrefacção de café), captação e engarrafamento de água, as rações para animais, metalomecânica ligeira e componentes electrónicos.

São áreas também exploradas a carpintaria e mobiliário, a cerâmica, os inertes (cimento, areia e britas), as tintas e vernizes, os medicamentos, os produtos químicos e de higiene, o calçado e as confecções.

O desenvolvimento industrial é orientado para a exportação, ainda que em pequena escala, e o objectivo é estimular o aparecimento de uma indústria forte e de um sector empresarial capaz de estimular o crescimento e criar as condições necessárias para sua modernização e

competitividade. Para isso, empresas devidamente registradas em Cabo Verde beneficiam de inúmeros incentivos tais como isenção de direitos aduaneiros, de imposto de consumo e de emolumentos gerais na importação de materiais de construção, maquinaria, equipamentos, instrumentos e utensílios, material de transporte de carga, quando se destinam a projectos industriais autorizados.

1.6.4 Construção e arquitectura.

Cabo Verde não possui uma arquitectura claramente identificada pela área de implantação, cronologia, tipologia ou características formais e construtivas. Existirão, sim, exemplares notáveis de arquitectura de influências europeias, sobretudo, em quase todas as ilhas do arquipélago.

O caso mais notável é os monumentos da antiga Cidade de Santiago DE Cabo Verde (Cidade Velha), ela própria um património também paisagístico e arquitectónico de Cabo Verde, sendo exemplo vivo dos tempos áureos da história das ilhas a Fortaleza Real de São Filipe, a Sé Catedral, a primeira erigida pelos portugueses em África, a igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Convento de São Francisco.

Nas ilhas do Fogo, da Brava e da Boa Vista, os sobrados constituem os maiores patrimónios arquitectónicos edificados no tempo dos portugueses, assim como na Ribeira Brava, em São Nicolau, pela sua arquitectura e simbolismo, se destacam a Igreja Matriz e o Seminário-Liceu aberto em 1866. Vilha Nova Sintra, na ilha de Brava, é um curioso exemplo de ordenação urbanística colonial, com interessantes mostras de arquitectura culta e popular.

Mindelo é o resultado de duas grandes influências, a colonial portuguesa e a britânica, denunciadas ao virar de cada esquina nos seus arruamentos e na arquitectura dos seus belos edifícios. Destacam-se o Palácio do Governador, a Câmara Municipal, a Pracinha da Igreja — o berço da cidade, a partir da qual foram construídas as primeiras casas e traçadas as primeiras ruas —, a Avenida Marginal — com a réplica da Torre de Belém de Lisboa —, o Fortim d'el-Rei — a construção mais antiga existente em Mindelo e com uma soberba vista panorâmica sobre a cidade e a baía, — a Alfândega Velha — hoje Centro Nacional de Artesanato, único local instituído como guardião dos riquíssimos testemunhos da arte cabo-verdiana.

Como cidade capital, a Praia abriga no bairro chamado Plateau, promontório à beira-mar, edifícios públicos e outras construções de importância, como o Palácio Presidencial, construído no fim do século XIX para ser a residência do governador português. Contam-se ainda a antiga Câmara Municipal, prédio com fachada clássica e uma torre central quadrada, a Igreja Nossa Senhora da Graça, também no estilo classicista, o Museu Etnográfico e o Monumento de Diogo Gomes, navegador português e descobridor da Ilha de Santiago em 1460.

No domínio da construção, o arquipélago conheceu, nos últimos anos, um grande boom, sem que nenhum estilo tivesse vingado.

1.6.5 Serviços bancários, comércio, fluxos interinsulares, grandes equipamentos comerciais

1.6.5.1 Banca

À data da Independência Nacional, o sistema bancário em Cabo Verde era constituído pelo Banco Nacional Ultramarino, banco emissor e comercial, pela Caixa de Crédito de Cabo Verde, instituição especial de crédito do Estado, pela Caixa Económica Postal, instituição especial de crédito integrada no Serviço de Correios e Telecomunicações e uma delegação do Banco de Fomento.

Actualmente, o sistema bancário cabo-verdiano é composto por cinco oito instituições de crédito – BCA, CECV, BCN, BIA, BAI, Novo Banco de Cabo Verde, Ecobank e BESCV - totalizando, no conjunto, 91 agências bancárias em 2009 contra as 77 contabilizadas em 2008, estando cerca de 90% do país coberto pela actual rede bancária. A utilização de serviços bancários pela Internet aumentou também em relação a 2008, registando-se mais de um milhão de operações bancárias utilizando a Internet.

Registou-se uma diminuição no pagamento através de cartões da rede vinti4. Durante 2011, foram emitidos menos de cem mil cartões de pagamento, o que segundo aquele relatório do BCV traduz uma diminuição de 31,1% face ao número registado em 2010 (109.108).

Hoje, a proporção entre o número de contas bancárias existentes em Cabo Verde e a população é de 89,1%, um valor superior à de muitos países desenvolvidos, embora reflecta algum enviesamento devido à detenção de mais do que uma conta por parte de alguma franja da população.

1.6.5.2 Comércio

A liberalização da economia, decorrente da alteração política ocorrida com as eleições de 1991, trouxe grande dinamismo ao sector do comércio, permitindo a entrada de novos operadores comerciais. Cabo Verde conheceu então uma grande expansão da actividade privada comercial, registando-se dezenas de novos operadores, passando, como é habitual nestes casos, por uma dolorosa reestruturação com o desaparecimento de algumas casas tradicionais e o aparecimento de novas empresas, mais modernas e competitivas.

Surgiram então unidades de comércio por grosso e retalho, vulgarizaram-se os supermercados e minimercados, onde alguns nada devem, em qualidade e variedade de produtos, quando comparados aos supermercados europeus.

O comércio é um dos sectores que mais contribui para a formação do PIB, com uma representação de cerca de 40% do total (INE, 2008). O sector do comércio interno caracteriza-se por uma grande dinâmica do sector privado, formal e informal, na compra e revenda de todos os tipos de bens, com especial ênfase nos bens alimentares de primeira necessidade.

i) Formação de preços

O sistema de formação de preços é híbrido e resulta essencialmente dos mecanismos de funcionamento do mercado mas também do regime de preços máximos para alguns artigos e o regime de preços fixos para os combustíveis.

As principais componentes da política comercial do governo no plano interno incluem a regulação e a regulamentação do mercado, a modernização do sector do comércio e a sua capacitação.

O estabelecimento de mecanismos eficientes de regulação, regulamentação, fiscalização é necessário. A política de regulação da competição baseia-se em ganhos económicos, técnicos e a diversificação de produtos. Agências independentes de regulação do mercado com competências para regular situações de monopólio, preços, qualidade e quantidade de produtos surgiram na sequência das privatizações.

Existem dificuldades de acompanhamento e criação de condições infra-estruturais e outras para o funcionamento do sector informal cujo dinamismo e capacidade competitiva são bem conhecidas.

Foram publicados dispositivos legais sobre o regime de preços, a defesa da concorrência, a liberalização das importações, a definição do regime jurídico do sector do comércio e o perfil do importador de produtos alimentares de base, a protecção do consumidor. Estes diplomas estão neste momento em fase de regulamentação. Por outro lado, deverá ser revisto e ou elaborado um conjunto de diplomas relativo à importação por parte dos emigrantes, ao problema do controlo da qualidade e da protecção dos consumidores.

ii) Fluxos insulares

A insularidade obrigou a uma pulverização da distribuição com a concentração dos maiores comerciantes, quase sempre importadores e distribuidores não especializados (para algumas categorias de produtos existem já representantes e importadores exclusivos), em simultâneo retalhistas e grossistas, e cooperativas, nas principais cidades: Praia e Assomada na ilha de Santiago, Mindelo na ilha de São Vicente, Espargos na ilha do Sal.

Nos dois patamares seguintes, os médios comerciantes do Tarrafal (ilha de Santiago), Porto Novo e Ribeira Grande (ilha de Santo Antão), das ilhas do Fogo, Maio e São Nicolau e os mais pequenos nas ilhas da Boa Vista e Brava abastecem-se junto dos que lhe são mais próximos e superiores em dimensão comercial e capacidade financeira.

Ao nível do comércio externo, a entrada de mercadorias em Cabo Verde faz-se essencialmente pelos 3 principais Portos a que correspondem outras tantas Alfândegas: Praia (Santiago), Porto Grande - Mindelo (São Vicente) e Palmeira (Sal). Daí, através de transportes marítimos inter-ilhas, nem sempre com a frequência e pontualidade desejada, atingem, numa matriz cruzada, as outras 6 ilhas habitadas.

Os comerciantes de Santiago abastecem Fogo, Maio e Brava, as ilhas que lhes estão próximas. No entanto, pela sua dimensão de maior centro importador são também solicitados a fornecer São Vicente ou Sal; os de São Vicente distribuem para Santo Antão, São Nicolau, por vezes Boa Vista e, quando necessário também o Sal.

iii) Grandes equipamentos comerciais

Existem supermercados de muito pequeno porte nas cidades da Praia, do Mindelo e de Santa Maria (Calú e Ângela, Fenícia, Adega e Navarros e uma ou outra loja de construção civil e de mobiliário). Recentemente foi inaugurado na cidade da Praia um centro comercial de considerável dimensão.

Nos últimos anos, em todo o país, os comerciantes chineses dominam o comércio de roupas e calçado, de materiais de construção, etc., mas não possuem grandes lojas.

1.6.6 *Turismo e recreação*

A elaboração do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento do Turismo e do Plano de Desenvolvimento Integrado das ilhas de Boa Vista, Maio e Sal são os principais projectos nacionais em curso; a criação de Escola Nacional de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde é já uma realidade.

O Plano Estratégico do Turismo prevê, para os próximos dez anos, cerca de 3 Milhões de turistas/ano o que exercerá um impacto enorme sobre a procura da água não só para o consumo mas também para o crescimento das necessárias infra-estruturas turísticas.

Para além disso, haverá também um aumento da procura para satisfazer as necessidades da agricultura, da pecuária, das actividades industriais ligadas à refrigeração e do próprio saneamento do ambiente, criação de espaços verdes e de lazer.

Constata-se, assim, de que a água, para todos os sectores da economia nacional, é determinante para a produção da riqueza e para o desenvolvimento de Cabo Verde. De acordo com o INGRH, de 2000 a 2007, da água natural produzida, cerca de 900 milhões de m³ foi consumida pela indústria e serviços.

Em 2011, existia em Cabo Verde 195 estabelecimentos hoteleiros, oferecendo 6.172 7901 quartos, com 14076 camas disponíveis. Os tipos de meios de hospedagem dominantes são, em termos absolutos, hotéis (44 unidades), pensões (67 unidades) e residenciais (53 unidades). As demais unidades distribuem-se entre aldeamentos turísticos (10 unidades), hotéis-apartamentos (13 unidades) e pousados (8 unidades). A maior parte dos meios de hospedagem concentram-se atualmente nas ilhas do Sal, Santiago, São Vicente e Boa Vista, com 63% do total de meios de hospedagem, 90% dos quartos disponíveis e 92% das camas, e com 97% do total das dormidas em 2011.

Dos 158 meios de alojamento existentes em Cabo Verde em 2008, 67,7% são detidos por privados nacionais e 25,3% por privados estrangeiros, sendo os restantes detidos maioritariamente pelo Estado (1,3%) e por sociedades entre privados nacionais e estrangeiros (5,7%). Nos últimos oito anos, o número de turistas cresceu a uma média de 11,4% ao ano, tendo passado de 145.000 turistas em 2000 para 333.354 em 2008. No mesmo período, as dormidas aumentaram de 684,7 mil para 1,8 milhões, um crescimento anual médio de 14,5% no período em referência.

Em 2008, registou-se um aumento de 7% no fluxo de turistas em relação ao ano anterior, mas inferior à média registada nos últimos anos. A entrada de turistas estrangeiros terá gerado receitas na ordem dos 25,3 milhões de contos em 2008, um crescimento de 7,8% em relação a 2007. As receitas com o turismo contribuem assim para 19,4% do PIB e 60,8% no total das receitas do sector serviços. Em relação à entrada de divisas, registou-se um crescimento significativo dos gastos dos turistas estrangeiros com viagens para Cabo Verde (crescimento médio anual de 29%), passando de 4,8 milhões de contos em 2000, para 25,3 milhões de contos em 2008, um aumento de 425%.

O número de dormidas aumentou 20,7% em relação a 2011, como resultado do aumento da estadia média em 5,7% em 2010. Contudo, nem todas as ilhas têm beneficiado desta dinâmica. Em 2008, 94,7% do fluxo de turismo concentra-se nas ilhas do Sal (57%), Santiago (20,1%), Boa Vista (9,9%) e São Vicente (7,6%).

1.6.7 *Serviços públicos*

1.6.7.1 *Saúde*

Na sub-região da África ocidental, Cabo Verde está entre os países com melhores indicadores de estado de saúde da população. O país apresenta bons indicadores de saúde, confirmados pelo aumento da esperança de vida que passou a ser de 68,9 e 76,6 anos para homens e mulheres, respectivamente. A taxa de mortalidade infantil é de 23,9 por mil e a de mortalidade infanto-juvenil de 30,6 por mil.

As taxas de mortalidade indicam um recuo progressivo, já que, em 2006, era de 5,4 por mil para a mortalidade geral; 21,5 por mil nados vivos para a mortalidade infantil, 24,8 por mil para a mortalidade entre os menores de 5 anos e 25,6 por mil nascimentos vivos para a mortalidade perinatal. A mortalidade materna, com valores anuais oscilantes entre 5 e 11 óbitos, registou a taxa média, nos últimos dez anos, de 25,4 por cem mil nascidos vivos.

Nos 22 municípios do país, funcionam 191 estabelecimentos de saúde que se distribuem em hospitais centrais na Praia e no Mindelo, hospitais supra-insulares em São Filipe, Ribeira Grande de Santo Antão e Santiago Norte, centros de saúde e unidades sanitárias de base. Contudo, a insularidade e a falta de recursos financeiros, aliado ao carácter montanhoso da maioria das ilhas e à dispersão das comunidades rurais em localidades isoladas, por vezes de difícil acesso, aumenta as dificuldades na busca de soluções aos problemas de saúde dos cidadãos.

1.6.7.2 *Educação*

A educação escolar abrange os ensinos, básico secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino. O ensino básico é universal e obrigatório abrangendo um total de seis anos de escolaridade e organiza-se em três fases, com uma duração de dois anos cada. O ensino secundário está organizado em três ciclos com a duração de dois anos cada, havendo a bifurcação para as vias geral e técnica no 3º ciclo. No ensino secundário técnico, a aposta passa pela formação geral, tecnológica e espe-

cífica com vista à aquisição de qualificações profissionais para inserção no mercado de trabalho. O ensino médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento. O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico, visando assegurar uma preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica, fomentando o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica. A educação extra-escolar integra a educação básica de adultos e abrange não só a alfabetização mas também a pós-alfabetização e outras acções permanentes, tendo como objectivo a elevação do nível cultural, a aprendizagem e as acções de formação profissional orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão.

A rede de infra-estruturas educativas cobre todo o território nacional, nomeadamente nos níveis de Ensino Básico Integrado e Ensino Secundário. No Ensino Superior público e privado, destaca-se a criação do campus universitários nas ilhas de Santiago e de São Vicente, ao mesmo tempo que estão sendo desenvolvidos pólos de formação nas ilhas de Santo Antão, Fogo e Sal. Os dados relativos aos recursos apontam para a existência de um equilíbrio em quase todos os concelhos: num rácio de 40 alunos por sala e 24 por turma, exceptuando os concelhos da Praia e Sal cujos rácios são muito superiores à média nacional.

No ano 2008/2009, matricularam-se no Ensino Secundário 53691 alunos, dos quais 52133 na via geral (97%) e 1634 na Via técnica (2,8%) (3%), distribuídos por 53 estabelecimentos de ensino.

As salas cedidas pelo Ensino Básico estão localizadas nos concelhos de: Praia (6), Porto Novo (17), Ribeira Brava (6), Tarrafal de São Nicolau (4), São Filipe (10) e São Salvador do Mundo (10). Os 53 512 efectivos foram distribuídos por 1601 turmas, das quais 1536 na Via geral e 65 da Via técnica.

As salas cedidas ao Ensino Secundário estão localizadas sobretudo nos concelhos de: Praia (20), São Vicente (14), Mosteiros (10). Os 53 691 efectivos foram distribuídos por 1684 turmas, das quais 1621 na Via geral e 63 da Via técnica.

No ano lectivo 2010/2011, o ensino superior funcionou em nove instituições de formação no país, de entre as quais uma pública (Uni-CV) e oito privadas, nos quais estavam inscritos um total de 11.769 alunos, sendo 4.549 no ensino superior público. Nesse ano, a Uni-CV tinha 66 salas de aula, representando 34,1% da capacidade de acolhimento nesse nível de ensino.

Há um bom número de espaços, centros e entidades onde se ministra formação profissional, sobretudo a formação inicial, mas a grande maioria dos formadores não possui competências pedagógicas adequadas e os recursos disponíveis também não são os mais adequados.

1.6.7.3 Indústria cultural

O país propõe-se desenvolver o cluster da cultura e transformar-se numa “Nação cultural”, de modo a ga-

rantir a competitividade do destino Cabo Verde, com a implementação de um política nacional para o sector, a orçamentação das actividades e uma boa administração das instituições de cultura. E porque o seu potencial constitui uma atracção turística de Cabo Verde, para além da paisagem, do sol, das praias, a cultura pode figurar como vector de projecção da imagem de Cabo Verde no mundo.

As bibliotecas, teatros, museus e centros culturais existentes, acresce-se a grande criatividade dos criadores e promotores de cultura, bem como a Cidade de Santiago de Cabo Verde (Cidade Velha), património da humanidade, ao mesmo tempo que o país pode se transformar num centro de eventos culturais, nas áreas da música, teatro, entretenimento, artesanato, moda, literatura, livro, jogos de vídeo, média, turismo cultural, artes visuais, património, gastronomia, etc.

1.6.7.4 Desporto

O sistema desportivo organiza o país em regiões desportivas, uma em cada ilha, à excepção de Santo Antão e Santiago onde existe duas regiões. Os clubes de uma região criam a Associação Regional, por modalidades desportivas, que organiza as actividades na região, apurando o campeão que terá direito a participar nos Campeonatos Nacionais, em representação da respectiva Região.

Existe no país 7 Federações Desportivas nas modalidades de andebol, atletismo, basquetebol, boxe, futebol, ténis e voleibol. A ginástica tem uma Comissão Nacional, nomeada pelo Governo, para dirigir a modalidade. Cabo Verde conheceu um grande avanço em termos de construção e/ou remodelação de infra-estruturas desportivas. A infra-estruturação desportiva é da responsabilidade do poder local.

Está em fase de construção do Estádio Nacional e uma forte aposta na formação de formadores desportivos, a par do reforço da medicina desportiva. Em 2011 foi feita a revisão da Lei de Bases do Sistema Desportivo.

1.6.7.5 Protecção civil

O Serviço Nacional de Protecção Civil foi criado em 1991. Tem como objectivos fundamentais prevenir a ocorrência de acidentes graves, catástrofes e calamidades, atenuar os riscos inerentes à ocorrência desses fenómenos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas em perigo e contribuir para a reposição da normalidade, nas zonas atingidas.

A protecção civil elabora, igualmente, estudo e divulgação de formas adequadas de protecção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais. Uma das suas atribuições consiste na definição da operacionalidade de um conjunto de instituições e serviços públicos como bombeiros, Forças Armadas, etc.

Desde há alguns anos, existe em Cabo Verde um forte sentimento de insegurança. Os indicadores confirmam que a taxa média anual de aumento da criminalidade é de 5,77%, em comparação com a de crescimento médio anual da população, de 2,17%. Os fenómenos ligados à delinquência juvenil indicam uma subcultura de violência como forma de afirmação social, assim como persiste uma clara evolução para a fragilização da autoridade do Estado.

Cerca de 30% da população vem adoptado medidas de segurança nas suas casas, uma percentagem que é mais alta nas ilhas do Sal (60%) e São Vicente (50%) enquanto a Praia se situa nos 40%.

O país possui apenas duas cadeias centrais – São Martinho, na Praia, e Ribeirinha em São Vicente – que têm uma população prisional acima das suas capacidades. As restantes ilhas possuem pequenas cadeias quase sempre anexas às esquadras policiais.

1.7 Sistema Territorial

1.7.1 Esquema de funcionamento do arquipélago

1.7.1.1 Santo Antão

É a segunda maior ilha do país e é conhecida sobretudo pela sua orografia montanhosa e paisagem exuberante, com vales profundos na parte norte da ilha e paisagens áridas na parte sul, influenciada pela sua posição em direcção do deserto do Sahara.

Dividida em 03 concelhos – Porto Novo, onde se localiza a cidade do mesmo nome, Ribeira Grande e Paúl – a ilha tem uma população total estimada em 44.000 mil habitantes, uma economia baseada sobretudo na agricultura, pecuária e pesca, sendo relativamente marginal a actividade industrial.

Com um potencial elevado para o ecoturismo e o turismo de montanha, a ilha de Santo Antão oferece todavia uma diversidade de atractivos turísticos, tais como a beleza paisagística dos vales e montanhas, excelentes para as práticas de hiking, trekking, canyoning e outros relacionados, incluindo-se também excelentes condições para o turismo de desportos sub-aquáticos e investigação marinha.

A ilha possui 5 áreas protegidas, os Parque Natural Cova, Ribeira da Torre e Ribeira de Paul, Parque Natural de Moroços, Parque Natural de Tope de Coroa, Paisagem Protegida das Pombas e Reserva Natural de Cruzinha. Na parte sul da ilha, no concelho de Porto Novo, a paisagem agreste e do tipo lunar (particularmente na região do Planalto Norte) permite potencializar outros produtos turísticos, destacando-se por exemplo o turismo gastronómico (nas localidades de Lajedos e Norte, cujo queijo tradicional está catalogado como património mundial do gosto e consta do menu do Movimento Slow Food).

Entretanto a ilha enfrenta alguns constrangimentos que limitam a potencialização da actividade turística. Destacam-se a deficiente ligação às restantes ilhas do país (com um pequeno aeroporto inoperacional, Santo Antão possui apenas uma ligação marítima com a vizinha ilha de São Vicente, com um máximo de duas viagens diárias), a insuficiente cobertura territorial em termos de vias de acesso que permitem uma melhor exploração de toda a ilha para o turismo, não obstante os investimentos em estradas previstos ou em execução, e a inadequação das infra-estruturas gerais e das infra-estruturas turísticas (em termos quantitativos e qualitativos).

Santo Antão tem, contudo, grandes potencialidades para o desenvolvimento da agricultura, pecuária, pesca e agro-indústria. No turismo, o destaque vai para as

possibilidades da ilha no incremento do ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural, etc.); turismo cultural (turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); e turismo desportivo (aventura, trekking, canyoning, vôo livre, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).

Como constrangimentos, a ilha debate-se com grandes limitações ao nível de acessos, rede de estrada, infra-estruturas gerais e turísticas bem como falta de planeamento integrado e ligações a outras ilhas.

1.7.1.2 São Vicente

Conhecida como “a ilha do Porto Grande” por albergar o maior porto do país, construído na Baía do mesmo nome – considerada uma das 10 baías mais belas do mundo – a ilha de São Vicente teve a sua história recente quase sempre atrelada à dinâmica do porto.

Importante entreposto carvoeiro no século XIX e primeiro quartel do século XX, desempenhou, por isso, igualmente o papel de “principal porta de contacto entre Cabo Verde e o mundo”, conferindo à ilha e particularmente à cidade do Mindelo uma peculiaridade e um cosmopolitismo que ainda hoje se faz sentir, quer seja na arquitectura, na música, na cultura, na gastronomia, etc.

Em S. Vicente foram declaradas as seguintes áreas protegidas: Parque Natural de Monte Verde.

Com uma população estimada em aproximadamente 76.200 mil habitantes em 2010, gravitando sobretudo à volta do sector de prestação de serviços, São Vicente apresenta uma oferta turística bastante diversificada, onde se destacam o turismo de praia (nas belas praias da Ladinha, logo no centro da Cidade, e nas de Baía das Gatas, Calhau e São Pedro), o turismo cultural, com realce para o famoso Carnaval, o Festival de Música de Baía das Gatas, organizada anualmente nesta praia, os festivais de teatro Mindelact e Setembro Mês do Teatro, e o tradicional Reveillon, o turismo de mergulho/subaquático e desportos náuticos e o turismo de natureza.

Acresce-se ainda as potencialidades oferecidas ao turismo de natureza pelo Parque Natural de Monte Verde (800 ha), de onde também se pode ter belíssimas vistas panorâmicas de quase toda a ilha. Dada a complementaridade, em termos de oferta turística, com a vizinha ilha de Santo Antão (que dista apenas 01 hora de barco), nos últimos tempos vem-se desenhando uma tendência de oferta de pacotes integrados englobando essas duas ilhas, tendência esta que poderá ser potencializada, por exemplo, através da melhoria das ligações entre elas.

Recentemente, este potencial turístico tem atraído a atenção de vários investidores, prevendo-se a implementação de grandes projectos na ilha, principalmente nas localidades de Baía das Gatas, Salamansa, São Pedro, Calhau e Saragaça, além do Centro da Cidade, estimulados ainda pela abertura do aeroporto internacional prevista para 2009 e pelos investimentos recentes na rede viária. Apesar de algum esmorecimento derivado da crise económica mundial, acredita-se que a implementação desses projectos irá trazer uma nova dinâmica à região norte do país, beneficiando não apenas a ilha de São Vicente mas, por arrastamento, as ilhas de Santo Antão e São Nicolau.

Entretanto, alguns pontos de estrangulamentos precisam ser resolvidos ou minimizados. Nomeadamente ao nível da ligação com o exterior e com as restantes ilhas (abertura do aeroporto internacional, melhoria das ligações aéreas e marítimas com outras ilhas), melhor planeamento e promoção integrada da oferta turística de São Vicente, qualificação de mão-de-obra, etc.

A indústria cultural será, certamente, a grande porta de saída para uma ilha com 29 estabelecimentos hoteleiros e uma grande oferta de sol & praia, tendo na mira o ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural, etc.); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); o turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, voo livre, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe); e o turismo de negócios e eventos (feiras, congressos, incentivos, visitas técnicas).

Os acessos são o grande constrangimento, assim como a ligação a outras ilhas e a ausência de planeamento e promoção integrada da oferta turística da ilha.

1.7.1.3 *Santa Luzia*

Com uma área de 35km², Santa Luzia é uma pequena ilha deserta localizada entre São Vicente e São Nicolau, que serve sobretudo como base de apoio esporádico a pequenos pescadores das comunidades piscatórias de Calhau e São Pedro (na ilha de São Vicente) e de Sinagoga (ilha de Santo Antão).

Habitat de espécies raras e endémicas, sobretudo de aves marinhas, a ilha foi declarada Reserva Natural em 1990, constituindo assim um importante potencial para o turismo de observação de animais, juntamente com a Reserva Integral dos ilhéus Branco e Raso, nas suas proximidades.

Ideal para o ecoturismo, possui também grandes potencialidades para o turismo desportivo, sobretudo o mergulho. A questão dos acessos e a ligação a outras ilhas dificultam a “descoberta” de Santa Luzia.

1.7.1.4 *São Nicolau*

Considerada o “berço da intelectualidade cabo-verdiana” por ter sido ali construído o primeiro seminário-liceu do país em 1866 (o Seminário São José, extinto, no entanto, em 1917), a ilha destaca-se igualmente pela sua orografia de vales profundos e montanhas imponentes, culminando no famoso Monte Gordo, declarado Parque Natural em 2003.

Em São Nicolau foram declaradas as seguintes áreas protegidas: o Parque Natural de Monte Gordo (3.500ha), habitat de espécies botânicas endémicas e raras, e a Reserva Natural de Alto do Monte das Cabaças.

Ambas complementam a oferta turística diversificada que inclui ainda o turismo de mergulho, o turismo histórico-cultural, o eco-turismo/turismo de natureza e o turismo de saúde (beneficiando-se das famosas praias de areia negra na região de Tarrafal, passíveis de serem utilizadas para fins terapêuticos).

Com dois centros urbanos principais – a antiga cidade de Ribeira Brava, caracterizada pela sua arquitectura do

tipo colonial/português, pelas suas ruas estreitas e pelos seus edifícios emblemáticos e históricos, e a mais recente cidade do Tarrafal onde se localiza o porto da ilha e a famosa fábrica “Ultramarina”, de processamento e conservação de pescado – São Nicolau alberga uma população de aproximadamente 12.900 habitantes (mantém-se), que se dedicam principalmente à agricultura, à pesca e ao comércio.

O relativo isolamento da ilha devido às deficientes ligações áreas e marítimas com as outras ilhas tem condicionado, no entanto, o desenvolvimento do turismo em São Nicolau. A par disso, a insuficiência de infra-estruturas turísticas e deficientes infra-estruturas gerais, a par de algum défice na sua promoção como destino turístico, tem contribuído igualmente para que a ilha pouco se beneficie do crescimento do fluxo de turistas para o país.

São Nicolau apenas possui como ZRPT a zona da coroa costeira ocidental de São Nicolau e todos os terrenos compreendidos numa faixa costeira de 1 km de largura, situada no extremo ocidental da ilha, e que se estende entre a Ponta Beaninho e a desembocadura da Ribeira Fundo Espigal, a norte da praia.

1.7.1.5 *Sal*

É a ilha mais plana do país, caracterizada por extensas praias de areia branca e águas transparentes, com condições excelentes para o turismo balnear e desportos náuticos, onde se destacam o surf e o windsurf, o mergulho e a pesca submarina. Com um ecossistema todavia frágil, várias áreas da ilha foram (ou estão em vias de ser) declaradas áreas protegidas que, no entanto, se geridas convenientemente, podem complementar a oferta turística da ilha: Reserva Natural de Rabo de Junco, Reserva Natural de Ponta de Sino, Reserva Natural Costa de Fragata, Reserva Natural Serra Negra, Reserva Natural Marinha Baia da Murdeira, Monumento Natural Morrinho de Açúcar, Monumento Natural Morrinho do Filho, Paisagem Protegida das Salinas de Pedra Lume e Cagarral, Paisagem Protegida do Monte Grande, Paisagem Protegida das Buracona-Ragona, Paisagem Protegida da Salinas de Santa Maria.

A ilha do Sal é o principal destino turístico de Cabo Verde. Nela destacam-se as praias de areia dourada, as suas águas cristalinas e os seus apartamentos e hotéis. É internacionalmente famosa por ser o destino de numerosos windsurfistas e praticantes de kitesurf. Todos os anos, decorrerem aqui competições internacionais.

A ilha deve o seu nome à descoberta de uma mina de sal mineral na localidade de Pedra de Lume, em 1833. O seu povoamento iniciou-se no século XIX, tendo pertencido ao concelho da Boa Vista até 1935. Só começou a ter actividade económica expressiva com a exploração das suas salinas, tornando-se exportadora de sal até meados de 1980.

Com o objectivo de constituir um ponto de escala para os voos com destino à América do Sul, em 1939, surgiu na ilha plana, por iniciativa italiana, o “Aeródromo Internacional da Ilha do Sal”, que, durante mais de meio século, foi a principal porta de entrada no país, possibilitando a

exploração de modernos complexos turísticos, que, há já três décadas, se vêm instalando principalmente na vila de Santa Maria.

Com uma população residente de aproximadamente 25.800 habitantes, espalhados pelos 4 principais centros da ilha (Espargos, Santa Maria, Palmeiras e Pedra de Lume), a ilha recebe, neste momento, 35.4%, dos turistas que anualmente demandam o país, além do influxo de trabalhadores de outras ilhas e do continente atraídos pelo crescimento da indústria turística.

A construção do primeiro (e até Novembro de 2005, único) aeroporto internacional do país, permitiu que a ilha do Sal se posicionasse historicamente como o primeiro destino turístico de Cabo Verde, impulsionando a construção de infra-estruturas hoteleiras e, recentemente, o desenvolvimento de projectos imobiliário-turísticos de médio e grande porte que já cobrem uma parte considerável da ilha, especialmente nos arredores da região turística de Santa Maria.

Na ilha do Sal estão localizados 12 dos 44 hotéis existentes em Cabo Verde, incluindo 2 hotéis do Grupo Riu, e 44.7% de todas as camas disponíveis no país (INE, 2010). No entanto, o crescimento não planeado e algo desenfreado do turismo e da imobiliária turística na ilha, estimulado pelo aumento da visibilidade de Cabo Verde como destino turístico e como hotspot de investimentos no sector, tem tido alguns efeitos menos positivos, nomeadamente ao nível da desadequação da infra-estrutura geral e das infra-estruturas turísticas ao aumento dos fluxos turísticos, o crescimento acelerado dos centros urbanos, o surgimento/aumento de alguns problemas sociais e ambientais, o problema do alojamento/habitação para a população de baixo rendimento, etc.

A agravar esta situação, a crise mundial começa a afectar o sector imobiliário-turístico pelo menos desde o segundo semestre de 2008 na ilha, o que, a par da abertura do aeroporto internacional da Boa Vista e do consequente desvio de boa parte do fluxo turístico para esta ilha, vem tendo reflexos bastante negativos no ritmo de crescimento do sector no Sal, com consequências no nível de emprego e geração de rendimento.

Na ilha do Sal, são ZDTI as Zonas de Santa Maria Este, Santa Maria Oeste, Pedra de Lume, Murdeira/Algodoeiro e Morrinho Branco, configurando-se ZRPT a zona da coroa costeira de Sal e todos os terrenos compreendidos numa faixa costeira insular de 1 km de largura, que rodeia completamente a ilha, com excepção das ZDTI de Santa Maria e Pedra de Lume, da Vila de Santa Maria, com o perímetro necessário para a expansão urbana da Vila, das localidades de Calheta Funda, entre a Bancona e Currall do Dadó, da Praia de Cascalho, entre a Ribeira da Beirona e a Ribeira da Madama de Baixo, e ainda a Baía da Palmeira com o perímetro necessário para a expansão das instalações portuárias e industriais. Pertencem ainda a esta ZRPT todos os ilhéus do Sal.

Suas maiores penúrias têm a ver com Deficiente planeamento do turismo, infra-estruturas gerais (saúde, segurança, energia e água), mão-de-obra qualificada, impacto da actual crise do sector.

Recorde-se que ao seu precioso produto Sol & praia, oferece condições para o ecoturismo (observação de fauna, ornitologia); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, caçaladas, pesca desportiva, golfe); turismo de negócios e eventos (feiras, congressos, incentivos).

1.7.1.6 *Boa Vista*

Terceira maior ilha do país, com uma orografia marcada sobretudo por extensas praias de areia branca, e por planícies de dunas e tamareiras, a Boa Vista é considerada a ilha com o maior potencial para o turismo balnear em Cabo Verde.

Paralelamente, o seu fundo marinho rico e diversificado, com águas límpidas e transparentes, bancos de corais e restos de navios naufragados, constitui uma importante atracção para o turismo de mergulho e a pesca desportiva. Também na ilha se encontram 14 das 47 áreas protegidas de Cabo Verde, que podem contribuir para diversificar a sua oferta turística.

A ilha conta com uma população de 9.200 habitantes permanentes, com uma tendência de aumento acelerado devido à atracção crescente de mão-de-obra das outras ilhas e do continente, para o sector do turismo. Relativamente menos conhecida do que o Sal até há bem pouco tempo, devido, em parte, às dificuldades de acesso (deficientes ligações aéreas e marítimas com as restantes ilhas), a abertura do aeroporto internacional em Novembro de 2007 veio, no entanto, dar uma maior visibilidade à ilha da Boa Vista, atraindo investimentos e operadores de classe mundial, passando assim a registar o maior acolhimento de turistas a nível nacional, num total de 38.9% das entradas (segundo os dados estatísticos do turismo - INE de 2011).

Na Boa Vista foram declaradas as seguintes áreas protegidas: Parque Natural do Norte, Reserva Natural de Boa Esperança, Reserva Natural de Ponta do sol, Reserva Natural Tartarugas, Reserva Natural de Morro de Areia, Reserva Natural Integral Ilhéus Baluarte, Reserva Natural Integral Ilhéus dos Pássaros, Reserva Natural Integral Ilhéus do Curral Velho, Monumento Natural Monte Santo Antonio, Monumento Natural Ilhéu de Sal Rei, Monumento Natural Monte Estancia, Monumento Natural Rocha Estancia, Paisagem Protegida do Monte Caçador e Pico Forçado, Paisagem Protegida de Curral Velho.

Para se garantir um melhor planeamento do desenvolvimento turístico na ilha, foi criada em 2005 a SDTIBM (Sociedade de Desenvolvimento do Turismo das Ilhas de Boa Vista e Maio), sociedade de capitais públicos constituída pelo Estado e pelos Municípios da Boa Vista e do Maio, com o objectivo de levar a cabo “a prática dos actos de gestão, planeamento, licenciamento, fiscalização, execução e transacção dos terrenos integrados nas Zonas Turísticas Especiais das Ilhas de Boa Vista e Maio, sendo responsável pela instalação, gestão e exploração de infra-estruturas, equipamentos e serviços que sirvam as aludidas zonas e o desenvolvimento harmonioso e sustentável em todo o território das referidas ilhas”.

Apesar do esforço de planeamento do turismo na ilha, Boa Vista enfrenta ainda alguns constrangimentos, nomeadamente no que respeita às ligações marítimas e aéreas com as outras ilhas, a deficiente rede viária, o fornecimento de energia e água (em vias de ser resolvido, entretanto, com a entrada em funcionamento da empresa Águas e Energia da Boa Vista), a deficiente mão-de-obra devidamente qualificada para o sector, etc.

Com 8 hotéis, 2 pensões, 3 hotéis-apartamento, 2 aldeamentos e 6 residenciais depara-se com grandes problemas de acesso/ligação com outras ilhas; infra-estruturas gerais (saúde, segurança, energia e água), mão-de-obra qualificada.

São ZDTI na Boa Vista as zonas de Chaves, Morro de Areia e Santa Mónica. Já a Zona da coroa costeira e todos os terrenos compreendidos numa faixa costeira insular de 1 km de largura que rodeia completamente a ilha, com excepção das ZDTI de Chave e Santa Mónica, bem como a Vila de Sal Rei, como perímetro necessário para expansão urbana da vila são ZRPT, ficando nelas inclusos todos os ilhéus da Boa Vista

1.7.1.7 Maio

Chamada também “a ilha tranquila” pela sua pacatez, baixa densidade populacional e imensidão deserta das suas praias, a ilha do Maio caracteriza-se igualmente por uma orografia plana, com poucas elevações montanhosas, extensas praias de areia branca e água cristalina, com um potencial elevado para o turismo balnear e de desportos náuticos, a pesca desportiva, o mergulho e o turismo de natureza, podendo-se ainda acrescentar o turismo de saúde, passível de ser explorado nas suas extensas salinas. Possui igualmente várias áreas protegidas para salvaguardar o frágil ecossistema da ilha.

No Maio foram declaradas as seguintes áreas protegidas: Parque Natural Barreiro e Figueira, Reserva Natural de Terras salgadas, Reserva Natural de Casas velhas, Reserva Natural de Lagoa do Cimidor, Reserva Natural da Praia do Morro, Paisagem Protegida da Salinas de Porto Inglês, Paisagem Protegida do Monte Penoso e Monte Branco, Paisagem Protegida do Monte Santo Antonio.

Com uma população de aproximadamente 7.000 habitantes, dispersa entre a Vila do Porto Inglês e pequenos povoados no interior, que se dedica sobretudo à pesca, à agricultura e pecuária, à indústria extractiva (sal, carvão) e ao comércio, a ilha de Maio dista apenas 3hs de barco ou 15mn de vôo da capital do país (Praia, na ilha de Santiago), aspecto que não tem sido devidamente aproveitado para potencializar sinergias entre essas duas ilhas. Não obstante o seu potencial como destino turístico, a ilha do Maio tem tido até agora uma participação pouco expressiva no quadro geral do turismo no arquipélago, tendo recebido em 2008 apenas 539 turistas, correspondente a 0,2% do fluxo total. Tal situação deve-se sobretudo às deficientes ligações com as outras ilhas (aéreas e marítimas), à insuficiência de infraestruturas turísticas, às deficiências na infraestrutura geral e à quase ausência da promoção da ilha, quer ao nível interno quer ao nível do mercado externo.

No Maio, Pau Seco, Sul da Vila do Maio/Ponta Preta e Ribeira D. João são as ZDTI, enquanto foram definidas como ZRPT a zona da coroa costeira de Maio e todos os terrenos compreendidos numa faixa costeira insular de 1 km de largura que rodeia completamente a ilha, com excepção das ZDTI do Norte e Sul da Vila do Maio, a Vila do Maio, como perímetro da expansão urbana da vila e as localidades de Calheta de Baixo e Calheta de Cima, entre a Ribeira Fogão Carneiro e o extremo sul da Praia da Soca, bem como todos os ilhéus de Maio.

1.7.1.8 Santiago

Maior ilha do arquipélago e primeira a ser povoada, a ilha de Santiago desempenhou um papel importante na história do país e até da região, que lhe conferiu elementos específicos e uma importante diversidade do ponto de vista sociológico, cultural, arquitectónico e paisagístico.

Um dos primeiros entrepostos comerciais no comércio de escravos entre o continente Africano e as Américas, aqui foi fundada por colonos portugueses, no Século XV, a primeira cidade de origem europeia nesta região – a Cidade de Santiago de Cabo Verde, conhecida por Cidade Velha.

Em Santiago foram declaradas as seguintes áreas protegidas: Parques Naturais de Serra da Malagueta e Serra do Pico de Antónia.

Pela importância histórica desta cidade e, sobretudo, pela riqueza e simbolismo dos seus vários monumentos (onde se destacam a Fortaleza de São Filipe, as ruínas da Sé Catedral, o Pelourinho, o antigo Convento de São Francisco, a Igreja de N^{ra} Sra. do Rosário – a mais antiga igreja colonial do mundo, construída em 1465 - e outros), a Cidade de Santiago de Cabo Verde foi reconhecida em Junho de 2009 como Património da Humanidade pela UNESCO7, o que deverá alavancar ainda mais o fluxo de turismo para a ilha.

Para além do turismo cultural (onde se destacam igualmente manifestações tradicionais como o batuque e a tabanka), a ilha de Santiago – que alberga ainda a capital e centro político, administrativo e económico do país, a Cidade da Praia - oferece igualmente enormes potencialidades para o turismo de natureza, o turismo balnear (especialmente na região norte do país, como na bela enseada do Tarrafal, onde se localiza também o tristemente célebre campo de concentração do mesmo nome, antiga prisão para dissidentes políticos do regime colonial português), o turismo de mergulho para exploração da rica fauna e flora marinha e de vestígios de naufrágios, e o turismo “MICE”.

Os Parques Naturais de Serra Malagueta e de Pico de Antónia constituem igualmente importantes atractivos turísticos da ilha, pela sua diversidade paisagística e ambiental e pelo potencial de exploração de actividades relacionadas com o chamado turismo de natureza.

A Ilha de Santiago alberga as seguintes ZDTI: as zonas de Norte da cidade da Praia, de Achada Baleia, de Mangue Monte Negro, de Porto Coqueiro, de Achada Lage, do Sudoeste da Praia, onde se encontra hoje a “Quinta da Achada-Santiago Golf Resort”, de Alto Mira em Monte Graciosa e em Achada Rincão.

Com uma população de 274.100 mil habitantes (mais de 50% do total do país) e uma área de 991 km², a ilha enfrenta, no entanto, alguns constrangimentos que limitam o desenvolvimento de todo o seu potencial turístico, destacando-se a insuficiência de infra-estruturas turísticas (a ilha conta neste momento, apenas com 2 hotéis de médio porte na Cidade da Praia, e outras unidades de menor dimensão), infraestruturas gerais não preparadas para o desenvolvimento turístico (saúde, segurança, fornecimento de energia e água, saneamento), insuficiência de mão-de-obra qualificada para o turismo, deficiente promoção/comunicação dos atractivos turísticos da ilha, etc.

Ao todo possui 36 estabelecimentos hoteleiros: 363 hotéis, 91 pensões, 3 pousadas, 57 hotéis-apartamento, 1 aldeamento e 52 residenciais) e uma oferta de Sol & praia; ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, trekking, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe); negócios e eventos (feiras, congressos, incentivos, compras, mega-eventos, visitas técnicas).

Insuficiências de várias ordem constrangem a exploração global de todas essas potencialidades em virtude da falta de infra-estruturas turísticas; desadequação de infra-estruturas gerais ao desenvolvimento do turismo (saúde, segurança, etc.), mão-de-obra não qualificada, deficiente promoção.

1.7.1.9 Fogo

Conhecida como a “ilha do vulcão”, por albergar o único vulcão ainda em actividade em Cabo Verde (a última erupção aconteceu em 1995), a ilha do Fogo possui uma orografia singular, de formato cónico, cujo elemento central é a enorme cratera de onde emerge o pico do vulcão, a 2.829 metros acima do nível do mar - o ponto mais alto de todo o arquipélago.

A cratera de Chã das Caldeiras, com 8km de diâmetro, coberta aqui e ali de vestígios de lavas de várias das erupções anteriores, o micro-clima que permite a produção de um dos vinhos mais famosos do país – as marcas “Chã” e “Sodade”, além do tradicional “Manecon” -, e ainda o perímetro florestal de Monte Velha, com a sua rica biodiversidade, constituem um enorme potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, do turismo de natureza e do turismo gastronómico.

Esta região foi designada como área protegida – o Parque Natural de Fogo (Bordeira/Chã das Caldeiras/ Pico Novo), com 6.600 ha – como forma de garantir a sua preservação e a sua potencialização para o turismo de forma sustentável e equilibrada. As especificidades da evolução histórica da ilha conferiram-lhe características ímpares do ponto de vista sócio-demográfico, cultural e arquitectónico, destacando-se a beleza paisagística da Cidade de São Filipe com os seus típicos “sobrados” – construções do tipo colonial, ex-libris da cidade – e importantes manifestações culturais como as festas da Bandeira, etc.

A orla marítima, com praias de areia negra (como a praia de Bila Baixo em São Filipe) e águas profundas e ricas em biodiversidade oferece igualmente boas oportunidades para o desenvolvimento de actividades turísticas de mergulho, pesca submarina e turismo medicinal.

Com uma população a rondar os 37.100 mil habitantes distribuídos pelos seus 3 Concelhos, com acentuada dependência da emigração (sobretudo para os EUA), a ilha do Fogo depara-se, contudo, com alguns estrangulamentos importantes que limitam a exploração de todo o seu potencial turístico. Entre estes, destaca-se a deficiente ligação com as outras ilhas (quer por via aérea quer marítima), a insuficiência de infra-estruturas gerais e turísticas, a deficiência de mão-de-obra qualificada e a ausência de uma estratégia concertada de promoção e desenvolvimento turístico da ilha.

Na ilha do Fogo as ZRPT são Chã das Caldeiras e os terrenos pertencentes a ela. As povoações de Portela e Bangaeira são os únicos lugares da zona onde se pode aplicar a excepionalidade em matéria de construção.

1.7.1.10 Brava

A ilha da Brava, com aproximadamente 6.000 habitantes, é, pelo menos por enquanto, a ilha mais isolada do país. Sem um aeroporto funcional, e sem ligações marítimas regulares, o seu desenvolvimento em geral (e do turismo em particular) vem sendo fortemente afectado por este condicionalismo.

Entretanto, com a entrada em funcionamento, em 2009, de uma companhia de navegação que veio garantir a ligação regular desta ilha com outros pontos do território, o que contribui para uma maior participação no fluxo de turistas (que em 2008 não passou de 0,04% do total).

Conhecida popularmente por “a ilha das flores”, devido à sua beleza paisagística propiciada pelo micro-clima de regiões elevadas, a ilha se destaca igualmente pela elegância arquitectónica das suas construções típicas, pela sua cultura e tradição musical (berço de um dos maiores compositores de mornas na história de Cabo Verde – Eugénio Tavares), e pela ligação estreita das suas gentes com os Estados Unidos da América, na sequência das correntes migratórias para este país, iniciadas ainda no século XIX para as míticas pescas da baleia nos mares do norte.

Com um potencial assinalável para o turismo de natureza, o turismo histórico-cultural e o turismo de mergulho, a ilha Brava pode ser também promovida – a par da ilha do Fogo – como destino para um segmento específico de turismo, as 2^{as} e 3^{as} gerações de emigrantes cabo-verdianos residentes na diáspora, especialmente nos EUA, com propensão crescente para a procura das suas origens. No entanto, a par da deficiente ligação com as outras ilhas, a Brava padece igualmente de insuficiências de infra-estruturas gerais e infra-estruturas turísticas, bem como de mão-de-obra qualificada, que constituem gargalos importantes ao desenvolvimento do turismo nesta ilha.

1.7.2 Usos gerais

Como país arquipelágico e de origem vulcânica, Cabo Verde apresenta uma originalidade nos ecossistemas terrestres e marinhos, resultando em uma fauna e flora característicos. Todas as espécies fazem parte de ecossistemas complexos, com endemismos e espécies cuja conservação/preservação constitui prioridade nacional pelo seu valor e pelas metas traçadas da conservação da biodiversidade ao nível mundial. O ambiente insular é o resultado da interacção ao longo dos séculos entre a actividade humana e a natureza.

A biodiversidade tem sofrido, ao longo dos tempos, vários impactos de intensidade variada desde agricultores para a utilização dos recursos naturais para o uso da terra ao desenvolvimento turístico. Esses impactos afectam directamente as espécies, reduzindo a sua população efectiva, e indirectamente através da fragmentação, alteração e simplificação dos seus habitats.

A utilização progressiva do território tem vindo a intensificar devido ao crescimento demográfico e a melhoria das condições de vida da população que se têm verificado. A crescente urbanização do litoral para o turismo, a criação de grandes infraestruturas (aeroportos, portos, rede viária, etc.), a produção de resíduos, entre outros, está cada vez a ganhar importância territorial.

1.7.2.1 Áreas Protegidas

As áreas protegidas são hoje reconhecidas ao nível mundial como instrumentos que dão um contributo vital para a conservação dos recursos naturais e culturais do planeta. As suas funções vão desde a protecção dos habitats naturais e seus recursos biológicos até à manutenção do equilíbrio ecológico das regiões onde estão inseridas.

A rede de Áreas Protegidas (AP) nacionais de Cabo Verde pode ser dividida em subconjunto terrestre e subconjunto marinho/costeiro, com relação ao bioma a que pretendem oferecer protecção.

O subconjunto terrestre compreende 20 sítios que foram legalmente estabelecidos, que corresponde a 7,5% da superfície terrestre do país. Oito das ilhas de Cabo Verde têm AP terrestres, sendo a maior delas no Fogo (Parque Natural do Fogo), com 8.469 hectares), esta AP em particular inclui a cratera do vulcão da ilha, que ainda está activa.

Através do Decreto-Lei nº3/2003 de 24 de Fevereiro, foi criada a Rede Nacional de Áreas Protegidas. Foram criadas as seguintes categorias de áreas protegidas: Reservas Naturais; Parque Nacional; Parque Natural; Monumento Natural; Paisagem Protegida; Sítio de Interesse Científico. De todas as AP apenas três sítios foram efectivamente operacionalizados até agora. A maioria das AP está localizada em áreas de grandes altitudes e desempenham um papel importante na condensação de humidade, precipitação e na protecção de bacias hidrográficas. A ilha desabitada de Santa Luzia é uma AP na sua totalidade. O mesmo se aplica a alguns ilhéus (Rombo, Branco e Raso). A Reserva Natural Marinha da Baía da Murdeira é a única área exclusivamente marinha. A experiência em gestão e delimitação de AP é ainda mais incipiente.

1.7.2.2 Áreas agrícolas e Bacias hidrográficas

Segundo o último recenseamento agrícola (2004), o país detém uma área agrícola de cerca de 44.531ha, sendo 90,8% exploradas em regime de sequeiro, 7,8% em regadio, e 1,3% são de regime misto de regadio e sequeiro. A ilha de Santiago detém mais de 50% da área cultivável de sequeiro, enquanto Santo Antão apresenta maior área de regadio.

O ordenamento das bacias hidrográficas, enquadrado na política de gestão integrada dos recursos hídricos e dos solos constitui uma das prioridades do governo. Nos últimos anos, vem sendo ordenadas várias bacias hidrográficas, através de projectos de financiamento externo e de contrapartida nacional. Existem actualmente na ilha de Santiago 4 bacias já ordenadas e projectos para arranque breve de ordenamento de duas bacias hidrográficas na ilha de Santo Antão. As bacias hidrográficas são definidas como estruturas de gestão e planeamento dos recursos hídricos.

1.7.2.3 Áreas residenciais

Os municípios da Praia, de São Vicente e do Sal apresentam-se como territórios essencialmente urbanos. O seu crescimento vem sendo pautado por grandes dificuldades em harmonizar as ocupações espontâneas com os planos oficialmente elaborados, com o agravamento das deficiências dos sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica, saneamento básico, mobilidade urbana, manifestações culturais, etc.

Na cidade da Praia, acresce-se, o conflito entre o desenvolvimento da sede do município e a sua função de capital do país, o acesso deficitário de grande parte da população aos equipamentos sociais de educação, saúde, lazer e serviços urbanos e o nível acentuado de insegurança fundiária. Tudo isso tem impedido à capital cumprir a sua função social, de modo a dar resposta às exigências fundamentais do ordenamento do seu espaço vital, assegurando a equidade de acesso aos bens e serviços públicos, bem como à propriedade urbana quando nela se realizam actividades que levam ao bem-estar colectivo, designadamente habitação, segurança, produção cultural, produção individual ou de bens e serviços, entre outros.

No meio rural, a população tende a viver em pequenas comunidades dispersas, mas há também uma percentagem significativa de casas que estão localizadas fora desses núcleos. Assiste-se, igualmente, ao aumento da dispersão da construção ao longo das vias e entre as linhas de água, associado à prática de actividades agrícolas, de regadio sobretudo, e, por vezes, à questão de propriedade do solo.

Este tipo de povoamento, normalmente disperso e desregrado, acarreta avultados custos de intervenção pública.

1.7.2.4 Áreas industriais

Em todo o país, existem apenas duas zonas industriais: uma na Praia e outra em São Vicente.

A Zona Industrial da Achada Grande de Trás, na Praia, alberga algumas fábricas de colchões e confecções. Encontra-se totalmente vendida embora existam ainda muitos lotes não ocupados. Os mesmos pertencem a “investidores” privados que os transaccionarão ao melhor preço. Os

lotes desta zona industrial não estão infra-estruturados sendo no entanto relativamente fácil proceder às diversas ligações de água e esgotos, electricidade e telefone.

Em São Vicente, a zona industrial do Lazareto, alberga algumas indústrias de confecção e calçado, a fábrica de refrigerantes. Tem por objectivo atrair investimento externo, promover e incentivar iniciativa privada e investimento nacional, promover o desenvolvimento industrial, criar emprego e aumentar as exportações do país. Constituído numa área territorial delimitada e com características de condomínio empresarial, o Parque Industrial do Lazareto, veio colmatar a carência de infra-estruturas capazes de dinamizar a actividade económica, colocando à disposição das empresas um conjunto de equipamentos e serviços que permitem rapidamente a implantação de unidades industriais.

O mesmo apresenta-se como uma importante infra-estrutura para captação de Investimento Externo e reinstalação de outras unidades já existentes demasiado próximas, ou até mesmo inseridas na Cidade do Mindelo, cujas condições de laboração não sejam as mais adequadas.

O parque possui uma área de expansão com cerca de 10 hectares adicionais, para albergar mais 16 lotes industriais (3 de 2500 m² e 13 de 5000 m²) e espaços verdes.

1.7.2.5 Áreas turísticas

O Plano Director Físico de Cabo Verde definiu as potencialidades e utilidades dos diversos espaços nas diferentes ilhas, com destaque para as Zonas Turísticas Especiais que se classificam em Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral, ZDTI, e as Zonas de Reserva e Protecção Turística, ZRPT.

As ZDTI são áreas que por possuírem excelentes condições geográficas e valores paisagísticos têm especial aptidão para o turismo; as ZRPT são as áreas contíguas às ZDTI e dotadas de alto valor natural e paisagístico e cuja preservação é necessária para assegurar a competitividade do produto turístico de Cabo Verde, a curto e médio prazo, ou ainda, outras áreas que possuindo também alto valor natural e paisagístico, deverão manter-se em reserva para serem posteriormente declaradas ZDTI.

A gestão e administração das ZDTI é da responsabilidade exclusiva do Estado e são exercidas através da CI - Cabo Verde Investimentos ou das Sociedades de Desenvolvimento Turístico, quando existam, que as poderá ceder em propriedade plena ou por constituição do direito de superfície. O país apresenta 20 áreas classificadas em ZDTI e 12 ZRPT nomeadamente.

1.7.3 Sistema de núcleos urbanos e rurais

1.7.3.1 Hierarquia das cidades

Da forte migração interna direcionada aos centros urbanos, nomeadamente às cidades da Praia (um fluxo médio de cerca de 3.500 pessoas/ano entre 1990 e 2000), e do Mindelo (1.700 pessoas/ano) e à ilha do Sal (cuja população duplicou em dez anos), resulta um processo acentuado de urbanização em quase todas as ilhas, com todas as suas implicações em termos de habitação, de saneamento, de acesso à água potável e a outros serviços sociais básicos.

A opção pela elevação de todas as sedes dos concelhos à categoria de cidade confirma a vontade política em dotar os 22 municípios cabo-verdianos de infra-estruturas e serviços básicos, bem como das principais actividades económicas geradoras de emprego e de qualidade de vida para as suas populações.

Ainda assim e salvo algumas raras excepções, Cabo Verde carece de centros urbanos qualificados, com dimensão demográfica que proporcione massa crítica para a sustentação de serviços urbanos, de actividades económicas e de práticas sociais e culturais, capazes de dinamizar o desenvolvimento económico, social e cultural do país.

São Vicente é uma ilha predominantemente urbana e a cidade do Mindelo é um pólo centralizador da vida de toda a ilha. As comunidades locais, algumas piscatórias na sua génese, não possuem quaisquer características rurais.

A ilha do Sal é outra ilha urbana onde Espargos, Santa Maria e os restantes os núcleos populacionais não possuem características rurais. Como capital do turismo nacional, depara-se com uma chegada em massa de imigrantes das outras ilhas e da costa ocidental africana, tendo a sua população mais que duplicado na última década.

Com características urbanas, mas num segundo nível, há a Assomada, o Porto Novo, Tarrafal (de Santiago), Pedra Badejo e Calheta de São Miguel, apresentando-se como pólos centralizadores das sub-regiões onde se localizam e oferecendo um conjunto alargado de serviços e equipamentos às populações. Possuem, igualmente, um crescimento desregrado, descontínuo e desqualificado, carecendo de imposições e regras urbanísticas que disciplinem o crescimento urbano. O edificado e os espaços públicos precisam de intervenções que viabilizem e motivem as populações a manter a limpeza e o ambiente qualificado, os mesmos problemas que conhece a cidade da Praia.

Num nível mais baixo, pelas características mais rurais que apresentam, estão os restantes aglomerados urbanos/sedes de concelho: São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo e Ribeira Grande de Santiago. Em todos esses centros, registam-se as mesmas fragilidades e problemas dos outros espaços urbanos, agravados, porém, pelo grande défice de infra-estruturas e equipamentos públicos.

Num quarto nível, encontram-se todos os restantes aglomerados com características marcadamente rurais, ligados às actividades agro-silvo-pastoris e todos eles estão servidos por infra-estruturas e equipamentos locais tais como escola, jardim infantil, estrada, posto de saúde, centros comunitários e placa desportiva, entre outros.

1.7.3.2 Cidade capital

O Município da Praia apresenta-se como um território essencialmente urbano, gravitando as suas actividades em torno e a partir do seu núcleo urbano. O crescimento da cidade vem sendo pautado por grandes dificuldades em harmonizar as ocupações espontâneas com as dos planos oficialmente elaborados, quer pela Câmara Municipal da Praia, quer por privados, bem como direcionar, de forma equitativa, os investimentos para a solução dos problemas decorrentes do agravamento das deficiências dos

sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica, saneamento básico, mobilidade urbana, manifestações culturais, etc.

Mais de 50 % da área urbana é constituída por bairros de ocupação espontânea, o que significa um crescimento acelerado e desordenado de toda a cidade, onde se verifica uma tendência crescente para a ocupação de encostas, por vezes, mesmo as declivosas, leito das ribeiras e marginal das principais vias e estradas de acesso ao interior.

As linhas de água, dado o regime de enxurradas, encontram-se cheias de lixo e assoreadas desqualificando o ambiente e impedindo o seu correcto funcionamento na época das chuvas. A inexistência de esgotos domésticos e pluviais indispensáveis para a manutenção dos espaços urbanos contribui também para o aspecto pouco digno dos espaços urbanos.

Os bairros espontâneos integram-se no contexto urbano o que pressupõe a sua consequente valorização e o desencadeamento de uma melhoria real das condições de vida dos seus habitantes e da globalidade do meio ambiente urbano.

Não existe uma “cultura” de continuidade na ocupação do território. Nalgumas urbanizações, observa-se uma gritante desordem na sua ocupação. Pois, tanto se pode encontrar habitações legais como sobretudo clandestinas descontínuas e deslocadas do tecido urbano. Facto que descaracteriza a cidade e é factor de desordenamento do território, não contribuindo para a racionalização do uso dos solos e nem contribui para a rentabilização das infra-estruturas e dos equipamentos públicos urbanos.

Um outro factor que contribui para a desqualificação urbana é a quantidade crescente de construções clandestinas e inacabadas que proliferam por todo o território associada à desqualificação dos espaços públicos. Com excepção de casos pontuais, observa-se a inexistência de passeios, de jardins, praças, espaços de lazer e de descompressão.

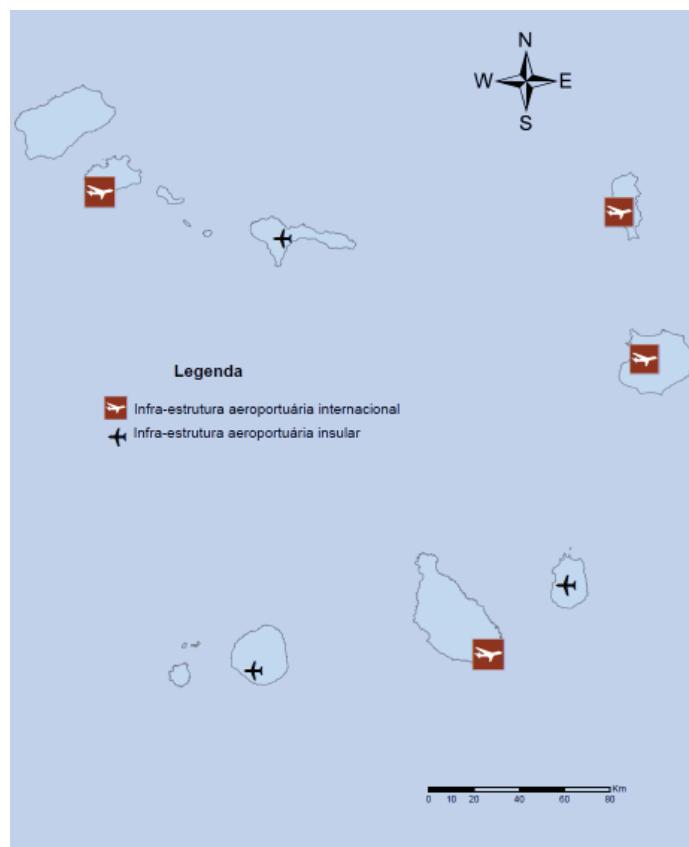
Os espaços do circuito urbano mais utilizados pelas populações são as praias de mar e as marginais do litoral. Estas particularmente para as caminhadas desportivas. Contudo, elas carecem de intervenções com vista a poderem proporcionar às pessoas o desejado nível de conforto e segurança.

1.7.4 Situação das infra-estruturas

1.7.4.1 Aeroportos

A infra-estruturação terá sido o sector mais conseguido nos últimos anos em Cabo Verde ao nível nacional. O sector dos transportes aéreos e serviços aeroportuários sofreu profundas transformações, estando assim criadas as condições que permitem a Cabo Verde aspirar à criação de um hub regional de transportes aéreos de carga e passageiros, colocando Cabo Verde numa posição privilegiada. Com quatro aeroportos internacionais, o país beneficia do certificado ETOPS para os TACV, dispõe de um sistema moderno de CNS/ATM de controlo de tráfego aéreo na FIR do Sal permitindo que Cabo Verde preste hoje um serviço de qualidade e operadores privados entraram para o sector. Em consequência, regista-se a uma dinâmica crescente no tráfego aéreo, tendo o de

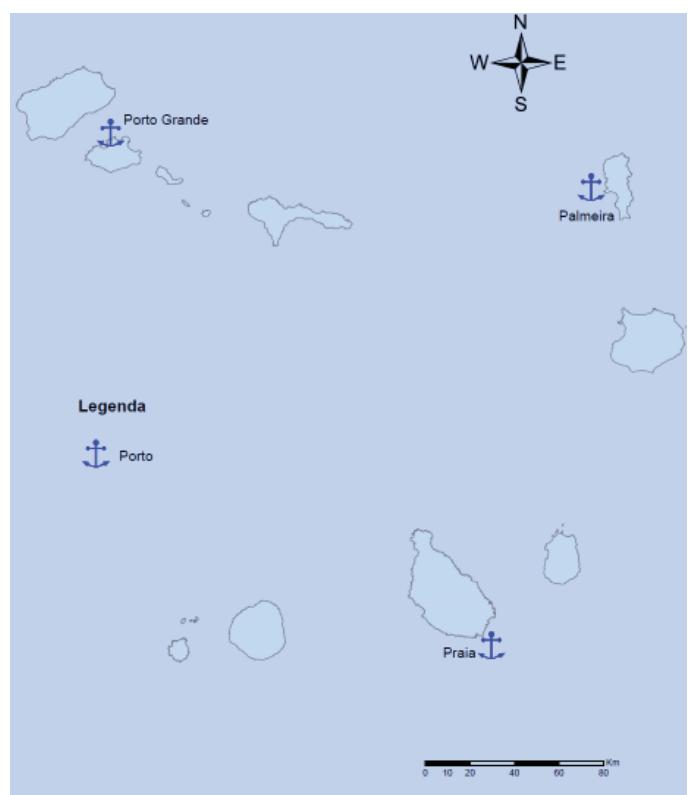
passageiros crescido, nos últimos sete anos, a uma taxa média anual de 7,5% e o sector dispõe de um quadro jurídico, legal e técnico-comercial de acordo com as normas internacionais.



Infraestrutura aeroportuária

1.7.4.2 Portos

Os principais portos de Cabo Verde são: Praia, Porto Grande e Palmeira. Os Portos desempenham um papel importante no desenvolvimento do país.



Principais portos

O movimento de mercadorias e o de passageiros têm registado uma importante dinâmica de crescimento, sendo de destacar o movimento de carga contentorizada que cresceu a uma taxa média anual de 19,2% desde 1995, o que tem vindo a evidenciar grandes fragilidades em termos de cais acostáveis adequados, deficiências ao nível dos equipamentos para o manuseamento dos diferentes tipos de carga e constrangimentos no funcionamento das infra-estruturas portuárias.

Todas as 10 infra-estruturas aeroportuárias beneficiaram de modernização, principalmente nos quatro aeroportos internacionais: do Sal, da Praia, de São Vicente e da Boa Vista, Brava e Santo Antão deixaram de ter aeroportos, no Fogo apenas funciona o aeródromo de São Filipe e o aeroporto da Praia é pequeno e não satisfaz as demandas da capital do país.

1.7.4.3 Rede viária e transportes colectivos de passageiros

Nas infra-estruturas rodoviárias, o Programa de Apoio ao Sector Rodoviário (RSSP) permitiu ao país dispor de uma rede de estradas asfaltadas de bom nível em quase todas as ilhas e lançou projectos-piloto de contratos de manutenção de estradas por níveis de serviço. Persistem imensas dificuldades no domínio da manutenção da rede rodoviária, a par de deficientes condições de acessibilidade de algumas populações. O parque automóvel aumentou em 317% entre 1995 e 2005. Os veículos ligeiros cresceram em 332%

Actualmente, Cabo Verde conta com 1.437 Km de estradas pavimentadas (entre alcatrão, empedrado e terra) dos quais, em termos de conservação, 439 km encontram-se em bom estado, 423 km em estado razoável e 533 km em mau estado.

Em Santiago, as infraestruturas rodoviárias têm uma extensão de 411 km, merecendo destaque a estrada que se estende entre os extremos Sul (Cidade da Praia) e Norte (Tarrafal).

Em São Vicente, existe 102 km de estradas, em bom estado nos principais percursos. A Cidade do Mindelo é totalmente alcatroada, com cerca de 5 km de estradas.

O Sal, ilha turística por excelência, e onde se situa o mais antigo dos quatro aeroportos internacionais de Cabo Verde, é servida por uma boa rede de estradas.

Em Santo Antão, ilha montanhosa e de difíceis acessos, existem 323 km de estradas pavimentadas, sendo a que liga o Porto Novo ao Paul asfaltada. A restante parte é em terra batida, em mau estado, e alguma calceta, grandemente afectadas durante a época das chuvas.

Em São Nicolau, existem 144 km de estradas. Ribeira Brava já está ligada ao Tarrafal por asfalto em cerca de 87 km, havendo algumas dezenas de vias de terra, quase sempre em mau estado.

A Boa Vista, a segunda ilha mais turística de Cabo Verde e terceira maior em superfície, possui uma rede viária de apenas 54 km. Com a construção do aeroporto internacional as ligações entre Rabil e Sal-Rei é garantida por estrada alcatroada. As restantes vias (36 Km) são de calceta e nem todas encontram-se em bom estado.

No Maio, ilha também com potencial turístico, existe 64 km de estradas, cerca de metade asfaltada. Não possui estradas em terra.

O Fogo tem 238 km de estradas, dos quais 204 km calcetadas, 47 km em bom estado, 113 km em estado razoável, e 34 km de terra, em mau estado. Neste momento, está-se a construir uma boa estrada asfaltada para Chã das Caldeiras, prevendo-se para breve o arranque com o anel rodoviário da ilha.

Na Brava só há 54 km de estradas. Os acessos são quase totalmente empedrados com 18 km em bom estado e 12 km em estado razoável. Os restantes 13 km de empedrado, assim como os 11 km em terra encontram-se em mau estado.

A Praia e o Mindelo possuem empresas de transportes colectivos de passageiros assegurados por autocarros pertencentes à Moura Company e Transcor, respectivamente. Nas restantes ilhas, o transporte é assegurado por hiaces e carrinhas (em muito pequena escala) para viagens interurbanas, e por táxis. Em todas as ilhas, as Câmaras Municipais costumam assegurar o transporte escolas dos alunos que vivem em zonas distantes através de autocarros, tanto na vinda como na ida.

1.7.4.4 Energia

O sector energético é caracterizado pelo consumo de combustível fóssil (derivados do petróleo), biomassa (lenha) e utilização de energias renováveis, nomeadamente a energia eólica. O consumo de combustível fóssil é constituído pelos derivados do petróleo: a gasolina, o gasóleo, o fuel óleo, o Jet A1, o gás butano e os lubrificantes. O combustível com maior peso no consumo interno é o gasóleo, que representa cerca de 41%, seguido da lenha e outra biomassa e do fuel com 19,4% e 16%, respectivamente.

A energia eléctrica é produzida essencialmente a partir de centrais térmicas utilizando o diesel e o fuel óleo (fuel 180 e 380). A utilização da energia solar é praticamente insignificante, limitando-se praticamente à bombagem de água.

Entre 2003 e 2006, o crescimento anual da geração de energia eléctrica é de 8,1% ao ano, atingindo os 250.921 MWh em finais de 2006. Em finais de 2009, a potência instalada total, ao nível nacional, é de cerca de 90 Mw, dos quais são garantidos, praticamente, 97,5% através de geração convencional e o remanescente através de energia eólica.

O rácio de consumo anual de electricidade “per capita” é ainda muito baixo e a maior parte dessa energia é produzida com base em consumo de combustível (gasóleo, mais caro e fuel pesado) que acaba por acarretar custos extremamente elevados por cada Kw de energia produzida.

Nas ilhas de Santiago, São Vicente, Fogo, Sal e Boa Vista já estão em curso os projectos centralização da produção, unificação das redes e eliminação das micro-centrais, ao mesmo tempo que se pensa investir forte nas energias renováveis em todo o território nacional, desde que sejam introduzidas melhorias nas redes e se integre as redes por ilhas.

Em 2010, 80,8% dos agregados familiares tinham acesso à electricidade. Ao nível nacional, o aumento ocorrido, nos últimos anos, é de cerca de 20 pontos percentuais, sendo 16 no meio urbano e 24 no meio rural, onde também, se recorre à energia solar fotovoltaica e mini-eólica para beneficiar 12.000 fogos isolados e tecnicamente excluídos das redes convencionais de transporte e distribuição a longo prazo.

1.7.4.5 Telecomunicações

Desde 1995, a Cabo Verde Telecom (de capital misto) controla o monopólio das telecomunicações em Cabo Verde, durante 25 anos, com a possibilidade de renovações sucessivas por períodos de 15 anos. Tanto o sector como a empresa ocupam um lugar de destaque na economia nacional em termos de desempenho tecnológico, comercial e contribuição para o Produto Interno Bruto.

Considerando a qualidade das tecnologias utilizadas e a situação geográfica central, Cabo Verde apresenta elevado potencial, nos mercados regionais e internacionais, para prestação de serviços de teleporto flexíveis e competitivos. As perspectivas apontam para a continuação da expansão dos serviços de telecomunicações, que englobam já a telefonia fixa, móvel, acesso “internet” e transmissão de dados, videotexto e video-conferência.

Todavia, o sector caminha para uma crescente liberalização já que em Janeiro de 2007 a Cabo Verde Telecom perdeu o monopólio. Preparando o lançamento do serviço de Televisão por Assinatura e o aparecimento de novos operadores de Internet e Telefonia Móvel em 2007 a Cabo Verde Telecom deu origem a 3 empresas: a CVT, gestora da rede e do negócio de telefonia fixa, a CVMóvel, que explora a rede móvel, e a CVMultimédia que se dedica às ligações via Internet e a Televisão por Assinatura, vulgo TV por cabo.

O crescimento do parque telefónico fixo conheceu forte incremento nos primeiros anos após a privatização mas o aparecimento da rede móvel levou à estagnação deste segmento que conheceu, inclusive, ligeiro decréscimo em 2005.

O tempo de espera para instalação de novos telefones é de aproximadamente 24 dias. Com uma teledensidade de 15,0% na rede fixa, uma das mais elevadas entre os países de nível de rendimentos idêntico. O número de telefones públicos, é hoje de 500 (2006).

Desde 2000, todas as ilhas encontram-se cobertas pelo serviço e a rede telefónica digitalizada (comutação e transmissão). O serviço móvel atingiu, rapidamente, elevados níveis de cobertura estimando-se que em 2006 a taxa de cobertura territorial seja da ordem dos 70%, a de cobertura da população de 80% e a taxa de penetração de 22,4% (17 por cada 100 habitantes em 2005).

O lançamento do serviço móvel terrestre provocou alterações consideráveis no quadro estrutural do desenvolvimento das comunicações telefónicas em Cabo Verde. Enquanto a taxa média anual de crescimento do parque fixo se quedou abaixo do 20% a vertiginosa taxa de crescimento do parque móvel permitiu que em 2005 esta ultrapassasse aquela.

Entretanto, e de acordo com iniciativas legislativas do Governo, nos últimos anos, há novos operadores no sector: do serviço móvel, a T+m e a Telyum.

O NOSI, Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, tem como atribuições e competências a promoção e execução de medidas de política que mobilizem a sociedade, o sector privado e o sector público para o advento da sociedade de informação e de implementação das medidas que visem a modernização da estrutura organizacional da administração pública rumo à governação electrónica.

1.7.4.6 Abastecimento de água potável

A distribuição de água de abastecimento à população, de acordo com a Lei nº 134/IV/95 é da responsabilidade dos municípios, exercida pelos Serviços Autónomos de Água e Saneamento – SAAS, empresas municipais. Nas ilhas de Sal e Boa Vista e ainda as cidades da Praia e Mindelo a distribuição de água é da responsabilidade da ELECTRA, ao abrigo do contrato de concessão assinado com o estado de Cabo Verde.

A empresa Águas de Ponta Preta, S.A. abastece a maior parte dos hotéis de Santa Maria devido a falta de capacidade de transporte na rede de distribuição da ELECTRA. Ainda existem as empresas Águas do Porto Novo que abastece uma boa franja de população da cidade do Porto Novo, e Água e Energia da Boa Vista que abastece também a maior parte dos hotéis da Boa Vista.

O abastecimento no meio rural é feito com recurso às águas subterrâneas, através de poços, furos e nascentes em todas as ilhas exceptuando aquelas onde, por razões ligadas a insuficiência natural deste recurso se recorre adicionalmente à água dessalinizada – São Vicente, Sal, Boa Vista, Cidade da Praia e Santa Cruz.

Os chafarizes têm um grande peso no processo de abastecimento da água às famílias. Nos meios urbanos, aproximadamente 53,3 % dos agregados em alojamentos possuem ligações domiciliares enquanto no meio rural os chafarizes ainda são a fonte de abastecimento, para cerca de 57,3% agregados em alojamentos. Ou seja, quase metade dos residentes nas zonas rurais ainda não é abastecida por rede pública.

De igual modo, persistem ainda fortes iniquidades em termos de oportunidades de acesso. Se as famílias com acesso às ligações domiciliárias têm assegurada água de qualidade e em quantidades adequadas, as famílias que devem abastecer-se nos chafarizes ou em camiões-cisternas devem deslocar-se por vezes a grandes distâncias e várias vezes. A quantidade de água conseguida não cobre as necessidades da família e o transporte e acondicionamento da água nem sempre são feitos em condições de higiene.

Os preços da água nos chafarizes e nos camiões cisternas são, em regra, comparativamente superiores aos das ligações domiciliares. Acontece que as famílias que se abastecem nos chafarizes e camiões cisternas são as mais pobres e vulneráveis.

Muitos dos concelhos, como os da Ilha de Santo Antão e do interior de Santiago nomeadamente, apresentam

níveis razoáveis de ligação aos domicílios. Esta classificação/diferenciação permite analisar separadamente a taxa de cobertura nas zonas peri urbanas dos concelhos ditos rurais.

Dentre as famílias, há um número ainda considerável que é obrigado a deslocar-se por período de tempo até trinta minutos (30 mn) para se abastecerem de água. O QUIBB apurou que cerca de 95,0% percorrem menos de trinta minutos para obter água para o consumo humano e outras necessidades domésticas.

A questão do acesso à água em Cabo Verde é problemática. O país, como se sabe está sujeito há várias décadas a uma seca persistente com efeitos transversais. Por outro lado, o país é referenciado ao nível internacional pelos avanços conseguidos nos últimos 35 anos e que o colocam na dianteira daqueles que satisfazem minimamente as suas populações com um serviço de água e saneamento razoavelmente bem. Fruto de enormes esforços financeiros e de uma opção claramente assumida, o país conseguiu, ao nível dos Objectivos do Milénio, resultados altamente positivos. Já em 2007 segundo o INE, aquilo que os outros países da nossa região esperam conseguir até o ano de 2015. Entretanto existem assimetrias no acesso à água entre as populações urbana e rural com forte penalização para as camadas mais pobres da população e escasseia água para o saneamento do meio – ambiente.

1.7.4.7 Saneamento

A falta de condições de saneamento básico seja de sistemas de abastecimento de água potável, redes de recolha, evacuação, tratamento e/ou eliminação de águas residuais e dos resíduos sólidos urbanos são as principais ameaças à saúde pública e os principais causadores das doenças e da degradação ambiental.

Em Cabo Verde, pode-se considerar que ainda existe 2 tipos de águas residuais: as domésticas e as industriais. As águas residuais industriais são provenientes das descargas de diversos estabelecimentos. Na prática ainda é muito pouco diferenciado tendo em conta as poucas indústrias existentes no país. Elas fazem um pré tratamento antes de lançarem a água residual à rede pública.

A gestão das águas residuais, em Cabo Verde, é da atribuição dos municípios. A responsabilidade pela infra-estruturação no sector de saneamento vem cabendo ao Governo, dadas as fraquezas das finanças locais.

A evacuação das águas residuais em Cabo Verde é ainda precária, de acordo com os dados mais recentes (Censo 2010). Dados estes que indicam que apenas 19.4% dos agregados em alojamento estão ligados à rede pública de esgoto, 47.4% utilizam fossas sépticas e 32.9% não possuem nenhum tipo de sistema de evacuação de águas residuais.

Relativamente a reutilização de águas residuais, em Cabo Verde ainda é muito deficitária, considerando que o sistema de tratamento está ainda numa fase inicial nas diversas ilhas do país. Nas estações de tratamento de águas residuais (ETAR) dos hotéis, e de privados (CABOCAN), a água tratada vem sendo utilizada para

regas de espaços verdes e para construções. O tratamento das águas residuais em Cabo Verde é feito ainda de uma forma incipiente. É feito através das fossas sépticas e das ETAR. As únicas ilhas que já possuem ETAR são as ilhas de São Vicente e Santiago (municípios de Praia, Santa Cruz e Tarrafal) e Sal. Nas restantes ilhas, as águas residuais são canalizadas para fossas sépticas. A quantidade global de águas tratadas ascende a cerca de 70 Milhões de m³/ano, correspondente, todavia, a menos de 30% do potencial. Grande parte dessa água tratada é ainda lançada ao mar.

1.7.4.8 Gestão de Resíduos

Segundo o Plano Nacional de Gestão de Resíduos (Dezembro de 2003), a quantidade de resíduos sólidos urbanos produzidos em Cabo Verde era de 101.000 toneladas/ano, equivalente a uma produção de resíduos de 600 gramas/habitante/dia. De acordo com as projecções constantes do mesmo documento, em 2010 a produção per capita de resíduos seria de 740 gramas e a quantidade produzida ao nível nacional de 113.397 toneladas/ano.

De acordo com o, Censo 2010 em Cabo Verde, 15,6% do resíduo dos agregados é depositado directamente nos veículos de recolha, 56.5% é colocado nos contentores, 10.5% enterrado/queimado, 5.8 é jogado no redor das casas e 11.1% na natureza.

Embora tenha havido alguma acção de informação e sensibilização da sociedade civil para a problemática de gestão de resíduos ao nível nacional, o quadro vigente é bastante diferenciado, em termos do sistema de recolha e destino dado aos resíduos, nos meios urbanos e rurais. De facto, enquanto no meio urbano, 71.1% da população utiliza contentores e veículos de recolha de resíduos, como meios de armazenamento e transporte, no meio rural, esse valor é de 28.2%.

Em todos os centros urbanos do país, com excepção do município do Sal, existe um sistema municipal centralizado de recolha, transporte e deposição final de resíduos sólidos, a partir de contentores distribuídos em pontos estratégicos.

Os resíduos recolhidos são depositados nas lixeiras a céu aberto, sem um tratamento ou eliminação adequados. Na ilha do Sal e no município de São Filipe, existe também um sistema de tratamento, através de um aterro sanitário e incinerador, respectivamente.

Com o financiamento do Banco Mundial foram construídos aterros controlados nos Municípios de Santa Catarina e do Tarrafal, ambos na ilha de Santiago. Contudo, tanto em Santa Catarina como no Tarrafal, os sistemas não têm funcionado correctamente, pelo que funcionam como se fossem lixeiras controladas.

Nos municípios de Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau, existem aterros controlados, mas de algum tempo a esta parte os mesmos têm tido problemas de funcionamento, encontrando-se a funcionar como meras lixeiras controladas. Segundo informações recolhidas junto dos responsáveis pelo saneamento dos referidos municípios, os mesmos serão brevemente reabilitados.

O município de São Filipe, na ilha do Fogo, é o único que possui um sistema de incineração de resíduos sólidos urbanos instalado em 2010. A incineradora consiste num sistema contentorizado de 6 metros com capacidade para tratar cerca de 4000 toneladas de RSU por dia, equipado com um sistema de tratamento de gases por deposição ciclónica. Esse sistema encontra-se instalado em Monte Genebra, concelho de São Filipe, a 10 km da cidade de São Filipe, nas imediações dos povoados de Patim e Luzia Nunes.

Este sistema foi concebido para dar vazão a cerca de 70% dos resíduos incineráveis no município, sendo os restantes 30% (não combustíveis) encaminhados para um sistema alternativo de tratamento. Esta estratégia permitirá reduzir a quantidade de resíduos depositada no aterro, eliminando assim a lixeira selvagem existente no concelho e melhorando a gestão dos RSU em benefício da saúde pública e da sustentabilidade ambiental do concelho e da ilha do Fogo.

De notar que neste momento, em todos municípios do país, a gestão dos resíduos sólidos é amplamente afectada pela escassez de meios e equipamentos, pela falta de um programa de gestão, bem como pela deficiente fiscalização. Este facto faz com que os municípios continuem a enfrentar problemas de recolha, transporte e deposição dos resíduos sólidos, baixo nível de organização do sistema de recolha, deficientes condições de recolha e inexistência de espaços adequados para a deposição dos resíduos, isto com excepção da ilha do Sal em que, como já foi referido, o sistema de recolha, transporte e deposição é terciarizado.

Entretanto, no caso particular da ilha de Santiago, está em curso o processo de construção de um aterro sanitário intermunicipal, com uma estação de transferência na cidade da Assomada, com financiamento da União Europeia.

A ilha de Santo Antão está apostar na construção de um aterro sanitário, para os três concelhos, como solução única para ilha, equacionando assim os problemas resultantes de uma gestão deficiente de resíduos.

No concernente à reciclagem, esta não é viável por quanto não existe uma rede de mercados públicos-tipo de vários níveis, que permita o escoamento dos novos produtos. Contudo, a reciclagem e recuperação encontram-se presentes no país, em diversas formas, embora numa escala modesta e artesanal.

1.8 Riscos

1.8.1 Riscos naturais e económicos

O desenvolvimento de Cabo Verde enfrenta vários riscos.

O maior risco em Cabo Verde é o risco vulcânico/sísmico, o qual, na base de dados científicos conhecidos, terá, em caso de ocorrência, consequências devastadoras no plano humano e material, fragilizando uma grande parte das aquisições ligadas ao desenvolvimento e afectando, de maneira dramática, o tecido social. Por outro lado, a proliferação de incêndios florestais durante os últimos anos, principalmente na ilha de Santo Antão (perímetro do planalto), teve como causas situações de seca. Outros

factores de preocupação estão ligados as cheias e inundações que provocam deslizamentos de terra. A fragilidade ambiental do ecossistema cabo-verdiana, sujeito a secas frequentes, o facto de possuir um vulcão activo faz com que o país esteja, de igual modo, sujeito a riscos naturais com consequências sociais e económicas não desprezíveis.

Os riscos de poluição química, por hidrocarbonetos, dos nossos mares são reais uma vez que o país é altamente dependente da importação de combustíveis e está numa rota marítima movimentada. O derrame de hidrocarbonetos pela frota nacional e internacional e as actividades portuárias e dos estaleiros navais constituem sérias ameaças uma vez que os portos do país não estão apetrechados para tratar óleos, águas residuais e lixo e nem têm planos de contingência nem pessoal e equipamentos adequados.

O perfil de vulnerabilidade económico - financeira confirma que a economia do país está longe de gerar recursos alternativos e atingir sustentabilidade pelo que continuará dependente de recursos externos. Mais, a fragilidade ambiental colocará sempre sérias preocupações quanto à durabilidade do desenvolvimento económico e social atingido. A Comissão de Desenvolvimento de Políticas (CDP) classifica Cabo Verde entre os países com os mais elevados índices de vulnerabilidade económica. A ello debe agregarse la vulnerabilidad alimentaria.

Dispositivos de alerta e prevenção estão a ser montados. Assim, funciona desde Abril de 1999 um sistema nacional de protecção civil (SNPC) responsável pela execução da política de protecção civil, no quadro da gestão de riscos. Um sistema de comunicações de protecção civil está a ser organizado. As actividades vulcânica e sismológica estão a ser monitorizadas através da “Rede de Vigilância Geofísica do Vulcão da Ilha do Fogo” e da “Vigilância geodésica do vulcão do Fogo” e do projecto “Instrumentação Sismológica Temporária do Arquipélago de Cabo Verde” que instalou uma rede sismográfica temporária em 2002 e opera as estações sismográficas do Sal, São Vicente, e Porto Novo, em Santo Antão.

Os esforços dirigidos à vigilância (aérea e marítima) da zona económica exclusiva, apesar de meritórios, são insuficientes. O recurso à cooperação regional e internacional tem ajudado a colmatar essas insuficiências. A complementaridade entre os sistemas de vigilância apresentados acima é altamente desejável. Está prevista no à elaboração do programa nacional de segurança alimentar e seu plano de acção.

1.8.2 Os riscos sociais

O aumento da pobreza e das desigualdades sociais reflecte-se nas difíceis condições de vida em que vivem muitas famílias cabo-verdianas que não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas de subsistência, em termos de alimentação e habitação, bem como do acesso aos serviços sociais de base (saúde, educação).

O processo de urbanização acelerada que acarreta atrás de si a emergência de novos fenómenos sociais e riscos a que as populações deverão fazer face. Como consequência, assiste-se ao emergir de novos fenómenos sociais típicos das cidades.

O desemprego atinge uma faixa considerável da população activa, sendo 24% para as mulheres e 19% para os homens activos respectivamente (IDRF/2001/02). A situação de risco em que vivem muitas crianças e jovens cabo-verdianos, a problemática da violência, o fenómeno das crianças em situação de rua, o trabalho infantil, a delinquência, a prostituição, os abusos sexuais, a toxicodependência, o alcoolismo, e a gravidez na adolescência são fenómenos com contornos preocupantes, dadas as suas graves repercussões ao nível individual, familiar e social.

De igual modo, o aumento da esperança de vida, indicador da melhoria da qualidade de vida da população cabo-verdiana, comporta um problema que tem a ver com a situação social da terceira idade.

A quebra dos vínculos e formas tradicionais de sociabilidade num contexto de profundas e rápidas transformações tem conduzido, em muitos casos, a situações de vazio no processo de socialização, de controlo e coerção e sociais, com implicações sociais, por vezes, com contornos preocupantes particularmente nos centros urbanos principais e secundários. Neste mesmo âmbito, inscreve-se a fragilidade das relações familiares com impactos fortes no processo de socialização das novas gerações, submetidas, por vezes, muito cedo, a situações de instabilidade pessoal, afectiva, social e económica com repercussões futuras que adentram o espaço social total.

Nos últimos anos, os problemas enfrentados por emigrantes cabo-verdianos e seus descendentes nos países de acolhimento têm feito emergir um novo problema social: os dos repatriados. De facto, a expulsão de cabo-verdianos, muitos dos quais sem vivência com a tradição cultural, social e mesmo com a mundividência cabo-verdiana têm sido expulsos desses países e (re) encaminhados para Cabo Verde, colocando problemas sociais sérios de integração e de aceitação, criando estigmas e favorecendo o surgimento de indivíduos não adaptados socialmente e, logo, facilmente cooptáveis e cooptados para a marginalidade.

ANÁLISE SWOT

A análise SWOT que se apresenta adicionalmente, oferece, a partir da perspectiva territorial, uma síntese das fragilidades, ameaças, forças e oportunidades de Cabo Verde para alcançar o seu objectivo prioritário: um crescimento sustentável e justo do bem-estar da sua população.

FRAGILIDADES

Relativamente ao clima, à geografia e à dotação de recursos naturais

Escassez geral de recursos naturais e limitação geográfica, estão entre os que se destacam neste adicional.

Amplas zonas áridas e semi-áridas e precipitação irregulares – períodos de seca alternados com chuvas torrenciais - Solos muito marcados por factores climáticos e pelas condições topográficas das regiões, a maioria dos quais são pobres em matéria orgânica.

Solos degradados, devido, principalmente, à erosão hídrica e eólica e à utilização de materiais para a construção.

Escasez de água (as chuvas ocorrem principalmente em verão e não são suficientes para resolver o déficit hídrico).

Escasez de recursos minerais.

Estas debilidades dificultam o desenvolvimento da agricultura, o abastecimento de água potável para a população e para o crescimento das actividades económicas. A escasez de água é particularmente importante como factor que pode condicionar o crescimento do turismo.

Relativamente à economia

Importante déficit estrutural da balança comercial e forte dependência de fluxos externos de capital.

As exportações cobrem uma baixa percentagem das importações e se concentram num número reduzido de produtos. A maior parte dos ingressos da balança comercial de bens e serviços se devem ao turismo.

Alta dependência da importação de alimentos para atender às necessidades da população e dos turistas.

Igualmente, alta dependência da importação de matérias primas e equipamentos para as actividades económicas.

A maior parte da população economicamente activa trabalha nas actividades agrícolas, que têm menor productividade que os serviços. A baixa productividade da agricultura se deve, fundamentalmente a: a) ao clima e à qualidade dos solos; b) à escassez e o custo da água; c) ao regime da propriedade da terra; e c) à organização da produção.

Reduzida disponibilidade de recursos humanos qualificados.

Distância dos mercados externos para a colocação das exportações, dos mercados emissores do turismo e da localização dos provedores da tecnologia, matérias primas intermédias e bens de capital que o país necessita.

Dificuldades para o crescimento da indústria, devido, principalmente a: a) à escassez de recursos naturais; b) à insuficiência das infra-estruturas, de actividades industriais e de serviços (estas debilidades dificultam o crescimento dos investimentos nesses sectores); c) à insuficiente disponibilidade de recursos humanos capacitados para o trabalho nestes sectores; e à segmentação geográfica e pequenez do mercado interno.

Rede de transportes entre as ilhas deficiente. Persistência de dificuldades de manutenção da rede de transporte terrestre.

Incipiente desenvolvimento das TICs.

Estas debilidades constituem um obstáculo importante para o crescimento dos sectores productivos e requerem a utilização cuidadosa das políticas macroeconómicas, relativas à dívida externa e sectoriais.

Relativamente à ocupação do território, a provisão e tratamento de água, o saneamento e a gestão de resíduos.

Escassa cobertura em abastecimento de água potável, redes de recolha, evacuação, tratamento e eliminação de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos.

Particularmente nos municípios da Praia, de São Vicente e do Sal, que são essencialmente urbanos, aumentaram as ocupações espontâneas sem respeitar os planos urbanos, o que agravou as deficiências dos sistemas de abastecimento de água, de energia eléctrica, de saneamento básico e de mobilidade urbana.

Há insuficiências no acesso de grande parte da população aos equipamentos sociais de educação, saúde e lazer (particularmente nas cidades da Praia); e aumentaram a insegurança nas principais cidades.

Nas áreas rurais, a população tende a viver en pequenas comunidades dispersas. Ademais, existe uma dispersão das construções ao longo das vias e dos caminhos de água. De uma maneira geral, não existe uma cultura de continuidade na ocupação do território. Existe desordem nas localizações das actividades e das residências, com ocupações clandestinas.

A ocupação do território, dispersa e desregulada, provocam elevados custos de provisão de infra-estruturas e de serviços públicos á população; e dificulta seu acesso aos serviços básicos.

Relativamente às condições sociais

Elevada percentagem de pobres, embora com tendência para diminuição. A percentagem de pobres se distribui de forma desigual entre as regiões.

Igualmente, elevado déficit de habitações; e, nas existentes, muitas carecem dos serviços básicos. As habitações são, ademais, pouco acessíveis para a maioria das famílias de cabo-verdianas. A acessibilidade está distribuída de forma desigual entre as regiões do país e entre grupos sociais. As principais causas das dificuldades de acesso são: a) pobreza de uma parte importante da população; b) dificuldade para obter créditos para habitação; e c) altos custos da construção.

Fortes desigualdades entre as famílias no acesso à água potável.

Insegurança alimentar e sanitária.

Alta taxa de desemprego.

Estas debilidades interactuam com as outras e travam o processo de desenvolvimento sustentável e equitativo.

AMEAÇAS

Originadas pelo clima, pela geografia e pela disponibilidade de recursos naturais.

A erosão dos solos (consequência, por sua vez, da expansão dos espaços rurais, a urbanização e o turismo), a continuar, intensificará a destruição dos habitats.

O país está sujeito a riscos do tipo volcânico e sísmico que, em caso de se concretizar, podem ter consequências devastadoras sobre a população e a economia.

As secas aumentam a probabilidade de ocorrência de incêndios em zonas florestais.

Ameaça de extinção da tartaruga marinha, devido ao facto da população a apreciar como alimento, assim como a ocupação indevida das zonas costeiras e a extração de inertes.

Existem riscos de inundações, aluviões e deslizamentos de terras.

Estas ameaças, se se concretizarem, poderão ter consequências muito fortes e negativas sobre o meio ambiente, a qualidade de vida da população e o crescimento económico do país, particularmente do sector agrícola.

Originadas pelas actividades económicas.

Agravamento da contaminação química dos solos, devido às instalações industriais, ao uso de pesticidas e à eliminação de resíduos sem tratamento.

Destrução dos bosques, devido ao intenso uso da lenha como fonte de energia.

Agravamento da degradação dos solos, devido à expansão das actividades agrícolas destrutivas (manejo inadequado, alto uso de fertilizantes, etc.).

Ameaça de poluição química dos mares, devidos à importação de hidrocarbonetos (derrames no mar e nos portos e resíduos derivados desta actividade) e ao transporte marítimo de substâncias contaminadoras.

Risco de queda do investimento e das reservas externas e das remessas dos emigrantes, dos quais depende o crescimento económico. Agravamento da vulnerabilidade externa da economia.

Estas ameaças, poderão ter consequências muito fortes e negativas sobre os investimentos, a vulnerabilidade externa e o crescimento económico do país; e sobre o aumento do desemprego, das tensões sociais e da degradação do meio ambiente.

Originadas pela ocupação do território, a provisão e tratamento de água, o saneamento e a gestão de resíduos.

Agravamento das condições de saúde da população, como consequência da degradação dos sistemas de abastecimento de água potável, das redes de recolha, evacuação, tratamento e eliminação de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos.

Intensificação das ocupações espontâneas e desordenadas; e das deficiências na provisão de serviços urbanos à população (alto risco deste se ocorrer na Praia, São Vicente e Sal).

Agravamento das insuficiências de acesso de grande parte da população aos equipamentos sociais de educação, saúde e lazer (particularmente na Cidade da Praia); e da insegurança nas principais cidades.

Continuação da dispersão nos assentamentos nas áreas rurais.

Se os factos que implicam estas ameaças ocorrerem, aumentarão as dificuldades de acesso da população aos serviços básicos, acelerará a degradação do meio ambiente – particularmente o urbano - e os problemas de saúde. Isto, por sua vez, afectará negativamente as actividades económicas, particularmente as ligadas ao turismo.

Originadas pelas condições sociais

Risco de agravamento da pobreza, das desigualdades social e do desemprego (que podem ser provocados por uma redução do turismo e dos fluxos externos de capital, pois provocariam a queda do crescimento económico).

Aumento dos delitos e da insegurança. Crescimento da subcultura da violência como forma de afirmação social. Agravamento da percentagem de crianças que vivem na rua, do trabalho e a exploração infantil, da prostituição e dos abusos sexuais, da tóxicodependência, do alcoolismo e da maternidade nas adolescentes.

Intensificação da necessidade de antigos emigrantes e de seus filhos de regressarem ao país e de seus problemas de integração.

Se se agravar a pobreza, as desigualdades e o desemprego; aumentar a insegurança, a violência e os problemas de integração se ficaria seriamente afectada a melhoria da qualidade de vida da população e o crescimento económico (particularmente pelo seu impacto negativo sobre os investimentos externos e o turismo)

FORÇAS

Relativamente ao clima, à geografia e à disponibilidade de recursos naturais

Identidade geofísica de Cabo Verde, rica e diversificada e com acentuados contrastes paisagísticos.

Efeito temperado do mar. Clima suave e agradável.

Existência de solos ricos em humus, favoráveis ao desenvolvimento da actividade agrícola (que são escassos, em todo o caso, para alcançar um elevado grau de suficiência alimentar).

Existência de endemismos que favorecem a biodiversidade e de espécies que não foram conservadas em outras partes do mundo.

Uma fauna marinha diversificada mais escasa.

Uma estreita zona marítima com uma rica plataforma continental.

Condições naturais para o desenvolvimento do turismo (praias, paisagem).

Recursos solares e eólicos para a produção de energia.

Localização geoestratégica do país.

Aeroportos funcionais em quase todas as ilhas.

Estas forças são um factor favorável para o crescimento de actividades económicas ligadas ao turismo, ao mar e seus recursos e “hubs” de transportes e comunicações.

Relativamente à situação social

Comparativamente aos países vizinhos, Cabo Verde está entre os países com melhores indicadores de saúde da sua população, esperança de vida e taxa de mortalidade infantil (embora um dos objectivos do seu desenvolvimento seja o de melhorá-los).

OPORTUNIDADES

Relativamente ao clima, à geografia e à disponibilidade de recursos naturais

Aproveitar as formações arenosas, as dunas e as praias para afirmar o desenvolvimento de um turismo compatível com protecção do meio ambiente.

Para resolver problemas de água e de destruição do meio ambiente, Cabo Verde tem a oportunidade de melhorar a captação de águas subterrâneas e aumentar a dessalinização da água; reflorestar amplas zonas; construir diques e infra-estruturas antierosivas e outras formas de protecção física; e implementar medidas para proteger espécies.

Aproveitar o capital humano que significa os cabo-verdianos que emigraram e que têm formação superior.

Cabo Verde está a tempo de criar as condições para proteger o seu meio ambiente e melhorá-lo, como base para um processo sustentável de crescimento económico e de melhoria da qualidade de vida da sua população.

Relativamente à economia

Aproveitar a situação geoestratégica de Cabo Verde no Atlântico para o desenvolvimento de actividades ligadas ao “hubs” e ponto de contacto e negócios entre África, Europa e América.

Aumentar as actividades de pesca, que actualmente são muito inferiores à capacidade dos seus recursos naturais, e reduzir a dependência alimentar do exterior.

Utilizar o património cultural e arquitectónico para melhorar a qualidade de vida da população e como factor que trazem benefícios económicos (particularmente em relação ao turismo).

Consolidar um processo de aumento da competitividade internacional do turismo e de outras actividades, como serviços internacionais, alguns ramos de indústria e de serviços financeiros e de comunicações, particularmente. Todos eles conducentes a uma inserção dinâmica na economia internacional.

Proporcionar melhoria da productividade agrícola e pecuária e, consequentemente, diminuir a dependência externa de alimentos.

Fazendo um adequado uso das políticas económicas, o país tem condições para consolidar o já iniciado processo de crescimento económico e de redução do desemprego e da pobreza.

Relativamente à ocupação do território, a provisão e o tratamento de água, o saneamento e a gestão de resíduos.

Com as políticas adequadas, das quais uma das mais importantes é a DNOT, Cabo Verde tem a oportunidade de neutralizar as debilidades e ameaças sobre o meio ambiente, a melhoria no aprovisionamento de serviços e o ordenamento do território.

Se estas oportunidades forem aproveitadas adequadamente, será melhorado o acesso da população aos serviços

básicos, a degradação do meio ambiente desacelerará – particularmente o urbano - e a saúde das populações melhorará. Isto, por sua vez, favorecerá o crescimento económico sustentado.

Relativamente à situação social

A superação das debilidades (nos casos possíveis), a neutralização das ameaças e o aproveitamento das oportunidades, apoiando-se nos pontos fortes, abrem a oportunidade de consolidar um processo de melhoria sustentável da qualidade de vida da população de cabo-verdiana.

A DNOT, que se apresenta em continuação, é um instrumento de política para tornar viável e aumentar a probabilidade de alcançar êxito neste processo.

2. DESAFIOS E PRIORIDADES TERRITORIAIS

A Directiva Nacional de Ordenamento do Território, de acordo com o estabelecido na Base X do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 1/2006, e em conformidade com os princípios aprovados pela Base III do referido texto legal, identifica os principais desafios e prioridades territoriais que se colocam a Cabo Verde, no contexto nacional, regional e internacional, através de medidas normativas e acções precisas para atingir as seguintes opções estratégicas:

A – TRANSFORMAR CABO VERDE NUM CENTRO LOGÍSTICO NO ATLÂNTICO MÉDIO

A agenda política para o desenvolvimento do país asenta num desenvolvimento sustentável impulsionado pelo sector privado e por uma integração dinâmica na economia global baseada no aproveitamento da posição geoestratégica do país. Esta opção passa por transformar o país num centro internacional de prestação de serviços, com empresas organizadas em clusters relacionados com o mar, o céu, as TIC e os serviços financeiros.

B – POTENCIAR E QUALIFICAR UM TURISMO RESPONSÁVEL COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO

Sendo o turismo a actividade que impulsiona actualmente a economia, reduz o desemprego e melhora a qualidade de vida em Cabo Verde, deve-se criar as condições para que a oferta turística, devidamente integrada no planeamento territorial, juntamente com os outros sectores económicos, e assente nas condições naturais e sociais das diferentes ilhas, se desenvolva de forma sustentada, ultrapassando as ameaças que possam surgir.

C – ARTICULAR O TERRITÓRIO DE CABO VERDE COM OS PRINCÍPIOS DE COESÃO E EQUILÍBRIO INTERINSULAR

O ordenamento territorial e urbanístico deve guiar-se pelo princípio de que os benefícios do crescimento económico são distribuídos equitativamente entre as diferentes partes do território, oferecendo à população um nível similar de serviços públicos.

2.1 Linhas Estratégicas

As opções precedentes formulam uma visão de desenvolvimento territorial do País num horizonte de médio e longo prazo que deve ser implementada através de

linhas estratégicas, cuja principal característica é a transversalidade. Por exemplo, o posicionamento de Cabo Verde como referência da qualidade turística é baseado na exploração da sua identidade natural e paisagística, o que pressupõe a existência de infra-estruturas com um adequado nível de serviço, estimula a produção de produtos agrícolas que abastecem as áreas turísticas e requer a construção de cidades modernas capazes de fixar a população e melhorar a sua qualidade de vida. As linhas estratégicas referidas são:

ESTRATÉGIA 1. – VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NATURAL, CULTURAL E PAISAGÍSTICA DE CABO VERDE COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO.

ESTRATÉGIA 2. – POSICIONAR CABO VERDE COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE TURÍSTICA.

ESTRATÉGIA 3. – AVANÇAR EM DIRECÇÃO À AUTOSUFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PARA A GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS.

ESTRATÉGIA 4. - REFORÇAR O SISTEMA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO COMO FACTOR DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO.

ESTRATÉGIA 5. - FOMENTO DO SECTOR PRIMÁRIO.

ESTRATÉGIA 6. – TRANSFORMAR OS AGLOMERADOS URBANOS EM CIDADES MODERNAS.

ESTRATÉGIA 7. - FORTALECER A COORDENAÇÃO SECTORIAL E AMBIENTAL NO CONTEXTO DO PLANEAMENTO TERRITORIAL E URBANÍSTICO.

2.1.1 Estratégia 1. - Valorização da identidade natural, cultural e paisagística de Cabo Verde como factor de desenvolvimento

2.1.1.1 Directiva 1. Objectivos e critérios do ordenamento ambiental

A Directiva Nacional do Ordenamento do Território assume como um dos seus princípios orientadores compatibilizar o desenvolvimento económico de Cabo Verde com a preservação dos seus valores ambientais. Deste modo a valorização da sua identidade natural, cultural e paisagem constitui um objectivo de alcance nacional, passando para primeiro plano a consideração dos seguintes factores:

A preservação dos espaços de maior interesse ambiental, incluindo as áreas naturais protegidas, a protecção da orla litoral e dos recursos marinhos.

A revitalização do património cultural e sua integração como factor de atração turística.

A consideração da paisagem como um recurso que contribui para a definição da marca turística de Cabo Verde e, consequentemente, a necessidade de erradicar e, se necessário, corrigir as práticas que o desvalorizam.

2.1.1.2 Directiva 2. Conservação e gestão das áreas de valor ambiental

1. A protecção das áreas de maior valor ambiental constitui um dos pilares fundamentais da estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde. Além das áreas já declaradas

actualmente, os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território, baseados numa análise mais pormenorizada do território, poderão recomendar que sejam declaradas como novas áreas protegidas, ou modificados os seus limites, os que atenderem aos seguintes critérios:

Áreas que apresentem estruturas geológicas e geomorfológicas, de importância ambiental, especialmente na orla costeira, sistemas de dunas, cones vulcânicos, escoadas lávicas recentes e, em geral, o relevo com uma taxa superior a 16° (30%) de declive.

Áreas que apresentem ecossistemas e/ou habitats únicos, em perigo e/ou representativos da biocenose macaronésica. De forma especial, devem incorporar a Rede Nacional de Áreas Protegidas os habitats rupícolas, acuícolas, halófilos e psamófilos em bom estado de conservação, bem como as zonas húmidas e as salinas de interesse ambiental e não produtivo.

Áreas de paisagem de forte impronta visual. Podem ser incluídas, de forma geral, as paisagens abruptas, de córregos, rurais e as florestais que contribuem para a retenção e infiltração dos escoamentos.

2. Os instrumentos de gestão específicos das Áreas Protegidas definirão os usos aceitáveis e sua intensidade, bem como as medidas de gestão dos espaços incluídos na Rede Nacional de Áreas Protegidas, devendo prevalecer a conservação nos casos que entrem em conflito com outros objectivos ou interesses. Igualmente, indicar os critérios a serem aplicados para conhecer de forma contínua o estado de conservação dos habitats naturais e das espécies que albergam. No caso de serem habitadas, deverão compatibilizar-se com os objectivos de conservação com o desenvolvimento socioeconómico das populações que nela vivem.

3. Dever-se-á evitar a implantação de novos núcleos residenciais e/ou turísticos em áreas protegidas, promovendo a contenção das já existentes para o seu próprio crescimento endógeno.

2.1.1.3 Directiva 3. Protecção da biodiversidade

1. A fim de garantir a preservação das espécies, terrestres e marinhos, sob ameaças de desaparecimento, a autoridade ambiental competente deverá actualizar a Lista Vermelha de Cabo Verde, diferenciando o seu estado ao nível nacionais e insular, de acordo com a seguinte sequência de categorias:

- espécies em perigo de extinção
- espécies vulneráveis,
- espécies raras,
- e espécies sensíveis à alteração do seu habitat.

2. Se necessário, apresentar planos específicos para conservação de espécies mais ameaçadas, em particular as tartarugas e cetáceos, visando a protecção e potenciação biológica destas espécies, dos seus habitats e rotas migratórias.

3. Os instrumentos de gestão territorial fomentarão as iniciativas de protecção e conservação dos habitats únicos, tanto terrestres e marinhos, como os corredores

ecológicos de interligação entre os mesmos, para garantir o intercâmbio genético. Também designarão as áreas potenciais para a reflorestação com carácter não-produtivo, dando prioridade à expansão e restauração dos ecossistemas florestais originais das ilhas, bem como a substituição das espécies exóticas por endemismos da Macaronésia.

4. A introdução de espécies exóticas será regulamentada especificamente. Após os correspondentes estudos para conhecer a sua dispersão, impacto, e detecção oportunamente, identificação e monitorização das mesmas, bem como as áreas mais sensíveis à sua presença, proceder-se-á à sua erradicação quando afectem negativamente as espécies ou ecossistemas autóctones, e em especial, quando afectem as áreas protegidas.

5. Nas intervenções de recuperação dos espaços degradados, bem como as acções de integração paisagística das infra-estruturas, serão empregues, preferencialmente, espécies nativas de Cabo Verde e, em todo o caso, da Macaronésia.

2.1.1.4 Directiva 4. Ordenamento da orla costeira e dos recursos marinhos

1. A importância ecológica e socioeconómica do litoral e da zona marinha cabo-verdiana exige salvaguardar não só o valor ambiental destes importantes espaços, de grande impacto para a atracção turística, como a sustentabilidade dos recursos económicos, marinhos, pesqueiros e de aquicultura.

2. Para este efeito, o Governo de Cabo Verde elaborará um Plano Especial de Regulação da Orla Costeira e do Mar, de acordo com o artigo 63 do Regulamento aprovado pelo Decreto-Legislativo 43/2010 de 27 de Setembro. Este instrumento, de escala nacional, definirá a estratégia para o mar e seus recursos, procurando o máximo aproveitamento do mar territorial, da zona económica exclusiva e da plataforma continental de Cabo Verde.

3. Levando em consideração os usos actuais e potenciais, o Plano delimitará a orla marítima em cartografia oficial, e o zonamento básico para o ordenamento dos recursos naturais e produtivos existentes na franja litoral e zona marinha, de acordo com a tipologia estabelecida no modelo territorial da presente Directiva Nacional de Ordenamento do Território.

4. Uma vez definido esse zonamento, será relacionada cada uma das zonas com os usos e actividades a desenvolver, estabelecendo-se a sua intensidade e nível de compatibilidade ambiental. Entre os usos a serem abrangidos enumeram-se o tráfico marítimo internacional e interinsular, os cabos submarinos e as suas respectivas conexões em terra, as instalações portuárias comerciais, pesqueiras e desportivas, as infra-estruturas energéticas, a pesca profissional e desportiva, a aquicultura, a captura compatível com a conservação da biodiversidade, os usos turísticos e recreativos, os desportos náuticos e as instalações militares.

5. Neste Plano Especial deve atender-se à conservação do meio natural e da biodiversidade (especialmente em áreas naturais protegidas, húmidas e salgadas, e áreas

preservadas para a conservação dos cetáceos e tartarugas marinhas, incluindo as rotas migratórias), a conservação do património cultural, nomeadamente o relacionado com as actividades tradicionais e o património arqueológico submarino, a necessária diversificação das actividades náutico-recreativas, a localização das instalações de geração de energias renováveis, em particular da energia eólica e das marés, o desenvolvimento da aquicultura, e os usos e actividades ligadas à exploração e aproveitamento dos recursos vivos do leito e do subsolo marinhos.

6. Além disso, no estabelecimento do zonamento e ordenamento mais adequado para o pleno aproveitamento do potencial do mar, ter-se-á em conta as três dimensões do espaço marinho (o fundo marinho, a coluna de água e superfície), com o objectivo de propiciar que o mesmo espaço possa ser usado para fins distintos, compatíveis entre si. Também será tida em conta a dimensão temporal, considerando que a compatibilidade de usos, actividades e necessidades de gestão podem variar ao longo do tempo e requerer ajustes no zonamento e ordenamento espacial.

7. O Plano Especial de Ordenamento da Orla Costeira e do Mar, poderá estabelecer determinações no seguinte sentido:

- a) Proibir a exploração produtiva dos recursos naturais em áreas de aptidão natural, restringindo a ocupação do espaço terrestre litoral onde seja necessário;
- b) Articular o ordenamento dos aproveitamentos e intensidades de usos compatíveis com a conservação em zonas mistas a definir, incluindo as actividades precisas de restauração em áreas degradadas cuja recuperação é considerada necessária;
- c) Garantir a exploração racional, socioeconómica e ambientalmente sustentável dos recursos naturais em áreas de capacidade produtiva. Neste sentido, o Governo poderá estabelecer reservas pesqueiras para potenciar o crescimento das reservas, bem como a proibição temporária ou permanente, sobre as espécies ameaçadas pela sobre-exploração;
- d) Evitar que os investimentos sejam sobretudo direcionados para a orla costeira;
- e) Em todo o caso, deve-se preservar a orla litoral da ocupação urbanística e da implantação de infra-estruturas que não sejam estritamente necessárias ou relacionadas com o mar, alargando, excepto por razões de interesse nacional, a zona de protecção para os 150 metros. Os instrumentos de gestão urbanística que estabelecem o ordenamento detalhado das urbanizações em torno da orla costeira assegurarão o respeito do domínio público da costa e do livre acesso às praias, evitando as implementações excessivamente agressivas que impeçam ou dificultem a passagem ou impeçam o uso público do litoral. Sempre que seja morfológicamente possível, será reservado espaço suficiente para a adopção de soluções pedonais que separem as praias da edificação privada através de avenidas, passeios, jardins públicos e similares.

8. Os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território, os Planos Directores Municipais e os diversos planos sectoriais e especiais deverão assumir o zonamento e o ordenamento de usos e aproveitamento que o referido Plano Especial estabeleça para a franja costeira insular.

9. O Governo promoverá perante a Organização Marítima Internacional a declaração das águas territoriais da República de Cabo Verde como Zona Marítima Sensível, a fim de gerir adequadamente o intenso tráfego marítimo de substâncias e mercadorias perigosas, potencialmente nocivas para a conservação da biodiversidade marinha e terrestre.

2.1.1.5 Directiva 5. Património cultural

1. Depois de séculos de ocupação e transformação do território, consolidando e dando o seu próprio estilo sob múltiplas influências europeias e africanas, Cabo Verde tem desenvolvido uma arquitectura adaptada à diversidade climática insular que realça o meio rural e as ruas das suas cidades. É da responsabilidade da Nação conservar a ampla gama de soluções arquitectónicas locais e importantes elementos etnográficos, para além das muralhas e fortalezas que permanecem de pé, dotando a paisagem de referências culturais.

2. O ordenamento e gestão das propriedades históricas terão como objectivo reforçar a sua dupla função: por um lado, são parte indissolúvel da identidade do povo cabo-verdiano, e, como tal contribuem para reforçar os laços de adesão e vinculação social. Por outro lado, convenientemente reabilitados, devem ser entendidos como recursos que podem gerar receitas. Por estas razões, o património arquitectónico e etnográfico deve integrar-se na política cultural e nas estratégias de promoção turística.

3. Na linha de entendimento do património cultural de Cabo Verde como parte da sua oferta turística complementar, a Directiva Nacional do Ordenamento do Território propõe uma acção política de três dimensões:

- a) Promover a documentação das arquitecturas e elementos etnográficos populares de Cabo Verde, onde se localizem, analisem e valorizem os elementos próprios de estes bens, dotando-os de uma protecção jurídica adequada;
- b) Dispor de um ordenamento específico para os centros históricos que os revalorize, evite demolições e reabilitações descontroladas, e qualquer outro factor de degradação ou perda de seus valores;
- c) Destinar recursos para incentivar a reabilitação do património histórico de modo a compensar os custos adicionais que geram os proprietários.

4. O Governo de Cabo Verde, a pedido do órgão responsável em matéria de património cultural, adoptará Medidas Urgentes para a Protecção do Património Cultural de Cabo Verde, realizando acções voltadas para o inventário, protecção, conservação e valorização do património cultural. De entre elas, se contemplam:

- a) A elaboração do Catálogo Arquitectónico Nacional, em que são recolhidos os edifícios, fortalezas, pontes, muros, trapiches, e demais peças antigas, dignas de inclusão pelo seu

valor histórico, arquitectónico e etnográfico. Será atribuído um grau de protecção variável de acordo com o seu valor e intensidade das intervenções elegíveis. Este Catálogo será obrigatório em todos os instrumentos de planeamento. Qualquer acção ou obra que afecte os bens catalogados necessitará de um relatório prévio da Autoridade competente em matéria cultural;

- b) A delimitação dos Centros Históricos mais significativos, entre eles, pelo menos, as Cidades do Mindelo, da Ribeira Brava, de Sal Rei, do Plateau na Praia, da Cidade de Ribeira Grande de Santiago, de São Filipe e da Nova Sintra. Serão estabelecidos critérios e prazos vinculativos para a aprovação de Planos Especiais de Protecção que tenham por objectivo:
- Proteger e restaurar o património arquitectónico e os espaços livres mais relevantes dos centros históricos, promover a sua reintegração no tecido social, e o seu aproveitamento como recurso turístico e cultural.
 - Dar resposta às necessidades de solo para residência familiar, ordenando a edificação em detalhe e as condições de pintura e salubridade.
 - Planificar a implementação de novas infra-estruturas, dotações e equipamentos, garantindo aos seus cidadãos níveis de serviço adequados, em harmonia com a preservação dos valores históricos.
 - Programar a gestão, com acções pertinentes para resolver os impactos ambientais que desvalorizam a sua imagem.
- c) Criação de Escolas-oficinas que ensinem aos jovens desempregados as técnicas ancestrais de construção, para evitar a perda de conhecimento e de profissões relacionados com a produção tradicional, e sirva para fornecer profissionais de reabilitação;
- d) Desenvolver projectos de investigação do património arquitectónico, documental, fotográfico e oral, que registe e preserve informações de técnicas, receitas, partituras, legendas, etc.

2.1.1.6 Directiva 6. Protecção e valorização da paisagem

1. A valoração da qualidade visual da paisagem é baseada em parâmetros territoriais, como o contraste da topografia, a distribuição das suas formações vegetais e a intervenção humana. Nesta base, os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território deverão inventariar aquelas perspectivas que têm um tratamento paisagístico especial e as que se deve evitar devido à presença de elementos que distorcem a sua beleza.

2. Também deverão definir as medidas para melhorar as condições visuais existentes ou para o desenvolvimento

de novas intervenções no território no meio natural, rural ou urbano. Em particular, deverá assegurar a adequação ambiental e paisagística das urbanizações turísticas e os seus equipamentos complementares.

3. Na aplicação do planeamento superior, e em todo o caso em função dos impactos que apresente o estado actual da paisagem urbana e rural, os Planos Directores Municipais vão determinar as actividades de restauração paisagística que sejam necessárias para adaptar a paisagem ao seu melhor estado, programando a sua execução ao nível do responsável ou da Administração pública apropriada.

4. Qualquer nova infra-estrutura que se projecte deverá incluir na sua documentação, devidamente orçamentado, um estudo paisagístico visando minimizar, ou se necessário a restauração, dos impactos negativos que pode criar a sua execução. De igual modo, se deverá garantir a integração paisagística de todas as intervenções que se executem nas áreas visualmente mais acessíveis, como são os leitos das vias de comunicação, dos aglomerados urbanos dos elementos culturais e naturais singulares.

5. A Administração responsável em matéria do ambiente exercerá o poder disciplinar, punindo os actores de descargas, extracções, abandono de detritos e de toda a actividade que possa ser prejudicial aos valores paisagísticos de Cabo Verde. A imposição de sanções por este motivo terá em conta a obrigação de recuperar o território ao seu estado anterior.

2.1.2 Estratégia 2. - Posicionar Cabo Verde como uma referência de qualidade turística.

2.1.2.1 Directiva 7. Objectivos e critérios do ordenamento do turismo

1. A política do Governo de Cabo Verde no sector do turismo direciona seus esforços na diversificação da oferta, através de produtos de qualidade que permitam captar novos segmentos de mercado, e na diferenciação da oferta, apoiando os aspectos mais vinculados aos valores ambientais e à cultura autóctone. Nesta linha de acção, o ordenamento sectorial, territorial e urbanístico se orientará para alcançar os seguintes objectivos e critérios:

- a) Definir uma marca turística de Cabo Verde como destino turístico responsável que aproveite a força com que conta dos valores ecológicos e paisagísticos das ilhas, evitando as ameaças inerentes, a deslocalização dos benefícios e a perda de identidade cultural da Nação;
- b) Escolher o modelo turístico adequado e o tipo de instalações mais adequadas para cada ilha;
- c) Acompanhar o crescimento da oferta de alojamentos ao desenvolvimento efectivo das infra-estruturas e formação de pessoal necessário para atender o sector;
- d) Preencher os défices em empreendimentos turísticos executados e corrigir as anomalias no desenvolvimento da actividade;
- e) Reforçar a coordenação interadministrativa na gestão do turismo.

2.1.2.2 Directiva 8. Para um turismo responsável

1. Promover a marca turística de Cabo Verde como destino turístico responsável implica:

- a) Responsabilidade ambiental: Que o Arquipélago se associe a uma marca de qualidade exige que a actividade turística tenha lugar com respeito aos valores naturais, culturais e paisagísticos das ilhas, mostrando a sua preferência no uso de energias limpas e na gestão ecológica dos resíduos. A qualidade da paisagem rural e urbana, tanto nas cidades tradicionais como nas próprias áreas turísticas, é responsabilidade colectiva e uma condição para o sucesso da imagem e marca do turismo de Cabo Verde;
- b) Responsabilidade social: O turismo, para além dos seus efeitos económicos positivos, fornece orientações para assumir a diversidade cultural, promove a tolerância e proporciona melhorias na habitação, saúde e educação do povo cabo-verdiano: consequentemente, o sucesso do turismo envolve toda a sociedade e os seus diversos organismos institucionais. Os impactos sociais devem ser avaliados periodicamente, na medida em que as alterações derivadas do turismo são intensas, rápidas e abarcam todas as instituições sociais;
- c) Responsabilidade económica: O turismo, enquanto actividade económica, deverá servir para promover um desenvolvimento que beneficia as comunidades locais, promovendo os produtos que trazem visitantes para o contexto natural e cultural do local, apoiando as opções que permitem às empresas locais, médias e pequenas, participar no processo.

2. Em consonância com o fortalecimento da marca do turismo responsável, para a aprovação dos projectos de aplicação dos estabelecimentos de alojamento e equipamentos auxiliares, em especial os de grande dimensão ou consumo de recursos, exigir-se-á o uso de tecnologias destinadas à auto-suficiência energética, à poupança no consumo de água, à reciclagem de resíduos e à reutilização de águas residuais tratadas por meios biológicos, bem como à maior qualidade arquitectónica e às soluções mais adequadas à realidade climática e cultural de Cabo Verde.

2.1.2.3 Directiva 9. Escolha do modelo turístico adequado

1. É competência do Estado a definição do modelo turístico de Cabo Verde, através da regulação sectorial. O Governo de Cabo Verde, através do correspondente Plano Sectorial de Ordenação do Turismo, deverá:

- a) Orientar a oferta de cada uma das ilhas, ou das distintas zonas turísticas das ilhas, identificando produtos turísticos diferenciados com base nas suas características naturais, objectivos sociais e captação de segmentos específicos de mercado, de acordo com as categorias de produtos turísticos definidos no Modelo Territorial Nacional da actual Directiva Nacional do Ordenamento do Território;

- b) A determinação de critérios de densidade por ilhas ou por zonas em função da capacidade de carga dos sistemas insulares e das comunidades locais para fazer face ao poder de compra do cliente a que a oferta se dirige, e ao modelo de ocupação que se quer obter. Qualquier plan o projecto que conlleve la criação de más de 1.000 quartos turísticos deve calcular o montante dos factores referidos na directiva seguinte. Os planos urbanísticos que ordenem a gestão e execução dessas áreas deverão justificar a resolução de problemas derivados, sem o qual não será possível aprovar nenhuma operação de investimento;
- c) A atribuição de standards de qualidade para os empreendimentos turísticos, tais como superfícies mínimas de solo para equipamentos comerciais, estacionamentos, espaços livres com jardins e similares;
- d) A definição de categorias de qualidade de diferentes tipos de estabelecimentos de alojamento, apontando o limiar mínimo de serviços e equipamentos;
- e) O ordenamento de equipamentos turísticos complementares: (campos de golfe, SPA, marinas, áreas recreativas, etc.) com critérios de qualidade e eficiência no consumo de recursos;
- f) Em função da situação e produto turístico adoptado em cada área, o percentual de transferência gratuita de edificabilidade que deverá destinar-se a actividades de restauração ambiental e/ou cultural de âmbito insular, de preferência na proximidade das zonas turísticas;
- g) As condições de adaptação dos planos aprovados ou em processo de aprovação para adequá-los aos princípios da Directiva Nacional do Ordenamento do Território e ao próprio Plano Sectorial;
- h) O modelo turístico definido pelo Governo se implementará territorialmente através do planeamento territorial, urbanístico e sectorial. Os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território de cada ilha, com base no planeamento turístico estatal, delimitará zonas turísticas insulares, podendo introduzir ajustes na delimitação das Zonas Turísticas Especiais já classificadas com base em critérios territoriais e ambientais, e definir as zonas de implantação preferencial e de reserva. No interior das zonas, indicar os critérios de ordenamento que devem ajustar-se os Planos Especiais do Ordenamento Turístico e Planos Detalhados das distintas zonas turísticas para adaptar-se a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico e o seu Regulamento;
- i) Além disso, o Governo procederá a definir as orientações de alteração da Lei de ZDTI, conformando-a com a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico e o seu Regulamento.

2.1.2.4 Directiva 10. Ritmos e prioridades

1. O estabelecimento de ritmos e prioridades para o crescimento da oferta de acomodação estará disponível pelos Esquemas Regionais do Ordenamento do Território de cada ilha por zonas turísticas, a fim de acompanhar a disponibilidade de outros elementos envolvidos, sem exceder os indicadores de sustentabilidade. Para este efeito, como condicionantes do crescimento turístico dever-se-ão calcular as variações sobre os seguintes factores e o seu custo:

- a) A capacidade das infra-estruturas em geral de prestar serviço adequado à oferta de alojamento nas zonas turísticas programadas, das quais, pelo menos, as infra-estruturas de comunicações e transporte, de abastecimento de energia eléctrica, de saneamento e de gestão de resíduos;
- b) A disponibilidade simultânea de áreas residenciais dotadas de serviços para a população local empregada directa e indirectamente no sector de turismo;
- c) A disponibilidade de água potável ou a possibilidade de tratamento e sua disponibilização em condições potáveis pelos operadores;
- d) A existência de profissionais e mão-de-obra formada para atender à demanda de construção e serviços para atender o sector.

2.1.2.5 Directiva 11. Correcção e prevenção de déficits e desvios

1. Nas zonas turísticas onde forem detectados déficits ao nível do serviço das infra-estruturas gerais, na execução das urbanizações, ou se encontrem subdotadas em relação aos equipamentos comerciais ou espaços livres, o departamento responsável pelas questões de turismo apresentará ao Governo Programas de Requalificação Urbana a fim de ajustar as promoções aos níveis de qualidade estabelecidos, incluindo as medidas necessárias para eliminar os impactos gerados pela urbanização turística.

2. Na adopção de compromissos com os promotores turísticos se levará em conta a obrigação de custear a urbanização do sector objecto do investimento. A sua adopção por parte do sector público terá um carácter excepcional e em qualquer caso, o Governo vai garantir que os acordos se ajustam aos custos reais da infra-estrutura necessária para cada promoção e não assumir compromissos que poderiam ser onerosos para o erário público.

3. As Câmaras municipais devem garantir que a edificação dos estabelecimentos de alojamento conte previamente com uma urbanização adequada de acordo com o planeamento detalhado em vigor, assim como com as oportunas ligações às redes de infra-estruturas e serviços. Para este efeito, a efectiva recepção da urbanização e a cedência de vias, espaços públicos e um percentual de edificabilidade, ou entrega das garantias suficientes, é a condição necessária para autorizar o início das obras de edificação. Quando a promoção incluir equipamentos complementares será garantida que a sua execução de corra em paralelo com a dos alojamentos.

4. Previamente à concessão de licenciamento municipal de obras, a autoridade turística irá rever os projectos de urbanizações e edifícios a fim de provar que cumprem os regulamentos em vigor em matéria de qualidade turística, outorgando neste caso a necessária autorização. Qualquer licença municipal emitida sem a anuência prévia da citada autorização será declarada nula, sob a responsabilidade económica da Câmara que lhe conceder no caso de gerar indemnizações.

2.1.2.6 Directiva 12. Coordenação na gestão da actividade turística

Sendo a actividade turística a base do desenvolvimento económico do país, deve-se ter presente, a todo o momento, o impacto das políticas públicas sobre o mercado turístico. Nesse sentido, os planos e programas sectoriais terão em conta:

- a) A necessidade de acompanhar a oferta de solo residencial urbanizado e de programas de construção de habitação ao crescimento esperado da oferta turística e ao aumento da demanda de trabalho associado a ele;
- b) A orientação da produção agrícola e pecuária face a produtos que podem ser exigidos pelos visitantes estrangeiros;
- c) Possibilitar uma comunicação rápida e fluida dos turistas e dos empregados entre as zonas turísticas, aeroportos e portos e o resto dos aglomerados urbanos, garantindo a opção de efectuar as viagens por serviços de transporte colectivo;
- d) Ajustar a política de segurança aos standards assumidos pelos visitantes, de modo que desde a sua percepção subjectiva se encontrem seguros em todo o momento, dado que a sensação de segurança é um dos pilares em que se fundamenta um turismo forte;
- e) Dimensionar a criação e a tipologia de centros de saúde, públicas e privadas, tendo em conta a atenção que poderia demandar a população actual e as possíveis peculiaridades, especialmente nas ilhas com maior actividade turística;
- f) Dirigir a formação profissional para as necessidades decorrentes do aumento da demanda turística, incentivando os segmentos ligados à construção, as instalações de energias renováveis, manejo de alimentos e hotelaria e serviços de alojamento propriamente ditos.

2.1.3 Estratégia 3. - Avançar para a auto-suficiência energética e para a gestão integrada dos resíduos

2.1.3.1 Directiva 13. Sustentabilidade e eficiência energética

1. O vento e o sol - e mais tarde, também as marés e a energia geotérmica - são um factor de oportunidade para o desenvolvimento de Cabo Verde na medida em

que podem fornecer energia eléctrica para economizar custos de combustível e permitir a dessalinização barata da água potável. Portanto, constitui um objectivo crucial da política do Governo a maximização da capacidade de geração de energia através de energias renováveis. Este objectivo também afecta positivamente a imagem turística de Cabo Verde e tangencialmente contribui para o fortalecimento da marca como destino responsável.

2. Portanto, o ordenamento territorial e urbanístico deve proporcionar directrizes e critérios para o ordenamento do sector energético, e fornecer as reservas de terra necessárias para a instalação das energias eólica e fotovoltaica, como uma questão de alta prioridade e interesse público, incluindo medidas necessárias para distribuir o excedente para as operações de dessalinização.

2.1.3.2 Directiva 14. Critérios de sustentabilidade energética

O Governo de Cabo Verde, através do Plano Sectorial de Ordenamento das Infra-estruturas Energéticas irá definir o modelo energético de Cabo Verde, apontando os objectivos a serem alcançados e os ritmo e prioridades na implantação de parques eólicos e fotovoltaicos considerados necessários. Será levado em conta, entre outros, os seguintes critérios:

Maior aptidão para a geração de energias renováveis (por razões climáticas e geográficas)

Distribuição territorial da demanda por população residente ou implantação turística prevista

Menor afectação ambiental.

2.1.3.3 Directiva 15. Integração da política energética no planeamento

Os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território, em compatibilidade com as previsões do Governo em matéria energética, definirão para cada ilha:

- a) As áreas reservadas para a produção das energias eólica e fotovoltaica. Para tais efeitos, a documentação informativa dos ditos Esquemas Regionais incorporará um Mapa eólico e fotovoltaico de cada ilha, que determina as áreas óptimas para a sua exploração;
- b) A localização das infra-estruturas de produção e armazenamento de energia a partir de tecnologias disponíveis, tendo em conta a localização das instalações preexistentes, a localização dos pontos de entrada de combustíveis e maior eficiência na prestação de serviços. Deve também estabelecer critérios para a protecção dos centros de geração e suas eventuais ampliações pela expansão urbanística;
- c) Os corredores para as redes de energia eléctrica entre os núcleos urbanos e zonas turísticas previstas, priorizando o uso de corredores viários existentes, sempre que possível, para a instalação de condutas subterrâneas.

2.1.3.4 Directiva 16. A eficiência energética e edificação

1. O planeamento urbanístico incluirá disposições para que todas as edificações, sempre que possível, sejam residenciais, industriais ou turísticas e especialmente nos novos edifícios, pavilhões industriais e equipamentos públicos, incluam nas suas coberturas painéis fotovoltaicos e de geração de energia solar térmica.

2. Tendo em conta que a melhor poupança em gasto de energia provém da que não se consome, em todos os casos, sejam os projectos públicos ou privados, se exigirão soluções arquitectónicas que aproveitem os factores favoráveis e minimizem a influência dos efeitos desfavoráveis do clima como são a orientação, o arrefecimento por ventilação natural, a protecção solar e outras técnicas passivas que minimizem a demanda de refrigeração e iluminação artificial de edifícios e, consequentemente o consumo energético. A Ordem dos Arquitectos garantirá que os seus membros obtenham a formação necessária para adequar os seus projectos aos objectivos da poupança energética nacional.

3. As estimativas de electrificação dos núcleos rurais remotos ou de habitações isoladas, deverão considerar a conveniência da instalação de geradores eólicos autónomos, quintas fotovoltaicas, ou soluções mistas que permitem dispor de energia sem ter de ligar à rede pública. Da mesma forma, o Governo irá trabalhar com as câmaras municipais para que a iluminação nocturna das vias e locais públicos se substitua por soluções de baixo consumo ou mediante painéis solares individualizados nos suportes da iluminação pública.

2.1.3.5 Directiva 17. A gestão dos resíduos

1. Sabendo que a insuficiência de uma política correcta de resíduos pode repercutir negativamente a imagem de Cabo Verde e, portanto, impede o desenvolvimento da actividade turística e o reforço da sua marca de qualidade, é objectivo da Directiva Nacional do Ordenamento do Território avançar em direcção a uma rede de instalações que satisfaça às necessidades de gestão dos resíduos gerados nas diferentes ilhas, compatibilizando os requisitos da eficiência técnica e económica no que diz respeito às condições ambientais.

2. As acções públicas relativas à gestão dos resíduos devem ser regidas pela seguinte ordem de prioridades: em primeiro lugar, se fomentará a prevenção dos resíduos e a sua perigosidade; em segundo lugar, a valorização dos resíduos, reciclagem, reutilização, recuperação, ou qualquer outro método destinado a obter matérias-primas secundárias ou a utilização de resíduos como fonte de energia. Por último, o depósito definitivo em aterros adequados das fracções não recuperáveis, ou produtos finais dos processos de recuperação.

3. O Governo de Cabo Verde estabelecerá através do Plano Sectorial de Gestão de Resíduos, o modelo nacional de infra-estruturas e instalações de resíduos, o plano de investimento e as decisões políticas necessárias que visem o cumprimento dos seguintes objectivos:

- a) Fomentar políticas de prevenção para reduzir a geração de resíduos na origem, ou a

- quantidade de substâncias poluentes ou perigosas presentes nos mesmos, assim como fomentar hábitos de consumo que primem pelas opções menos contaminantes;
- b) Impulsionar, após a execução das infra-estruturas de tratamento, a colecta selectiva dos resíduos sólidos urbanos, separando o papel cartão, vidro, latas e resíduos orgânicos;
 - c) Garantir a gestão adequada dos resíduos perigosos em condições de segurança e garantias sanitárias;
 - d) Potenciar a recuperação e reciclagem dos resíduos da construção e demolição, aproveitando as fracções finais não recuperáveis para restaurar os impactos causados pela exploração e extracção de inertes;
 - e) Promover a valorização energética dos resíduos não susceptíveis a outro tipo de tratamento, mediante sistemas energeticamente eficientes e estritamente respeitosos com as limitações de emissões para a atmosfera;
 - f) Recuperar as áreas degradadas por lixeiras ao ar livre, aterros sanitários, solos contaminados ou outros factores;
 - g) Conseguir um sistema de financiamento realista e equitativo, tendo em conta a responsabilidade dos produtores de resíduos.

4. Em conformidade com o planeamento sectorial os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território estabelecerão reservas de solo para locais específicos, e determinações precisas de ordenamento, programando o investimento na aquisição de terrenos e execução das seguintes infra-estruturas insulares de resíduos:

- a) Pontos limpos, devidamente equipados para a colecta e armazenagem das diferentes fracções da recolha selectiva de resíduos urbanos, com excepção dos resíduos domésticos, e determinados resíduos industriais;
- b) Estações de transferência nas ilhas, cuja dimensão e complexidade da gestão de resíduos, assim o exige;
- c) Complexos ambientais adequadamente equipados com as distintas estações de tratamento que a ilha requer.

5. A localização das infra-estruturas de gestão de resíduos e as ETAR para a depuração de águas residuais regirá-se pelos seguintes critérios: boa acessibilidade rodoviária, suficiente distância aos nucleos de população e solos adequados em termos geológicos para evitar a contaminação dos aquíferos.

2.1.4 Estratégia 4. - Reforçar o sistema de transportes e comunicações como factor de coesão e de desenvolvimento económico

2.1.4.1 Directiva 18. As comunicações como factor de coesão

1. A fluidez nas comunicações internacionais, inter-ilhas e no interior das ilhas é um elemento básico para o

desenvolvimento económico, a coesão territorial do país e da unificação dos mercados do Arquipélago. Constitui portanto, uma estratégia primordial da Directiva Nacional do Ordenamento do Território facilitar o acesso internacional de passageiros e mercadorias, permitindo o trânsito de mercadorias das ilhas onde predomina a actividade agrária para as ilhas em que as actividades terciárias são predominantes; e propiciar a transferência de visitantes das ilhas de maior capacidade de alojamento turístico para as ilhas com atractivos naturais mas sem estância com elevado número de alojamento.

2. Para este fim, o Governo formulará um Plano Sectorial de Ordenamento das Comunicações com o objectivo de conseguir um sistema de comunicação flexível e eficaz, que contemple conjuntamente a melhoria das comunicações internacionais e inter-ilhas, complementando os sistemas de transporte aéreo, marítimo e terrestre. Este Plano Sectorial:

- a) Dimensionará as frotas e os meios auxiliares de acordo com as necessidades de transporte aéreo e marítimo inter-ilha;
- b) Localizará e dimensionará as reservas de solo destinado a aeroportos, portos comerciais, de pesca e desportivos e estações de transportes colectivos terrestres ou para as suas ampliações se for caso disso, de modo a formar uma rede integrada e hierarquizada, adequada e suficiente para promover a mobilidade e o trâáfico de pessoas e bens, respeitando os seguintes critérios gerais de localização: assegurar a conectividade entre os principais núcleos urbanos e turísticos; suficiente distância aos nucleos para garantir a efectividade das servidões, as condições naturais do território e a disponibilidade de espaço para as actividades económicas complementarias e a sua expansão;
- c) Estabelecerá uma ordem de prioridades para a execução ou melhoria de infra-estruturas de transporte em função da magnitude da actividade que serve em cada área e as possibilidades para realizar as instalações, tanto do ponto de vista técnico como económico.

3. Na gestão dos portos e aeroportos, a entidade responsável implementará as melhorias necessárias ao despacho e embarque de passageiros, cargas e veículos com critérios de qualidade no serviço, de modo que os utilizadores beneficiem de um serviço sem atrasos ou obstáculos administrativos desnecessários.

2.1.4.2 Directiva 19. Organização do transporte colectivo terrestre

1. Sem prejuízo da concessão da sua prestação de serviços a empresas privadas, a organização do transporte colectivo terrestre dentro de cada ilha constitui um serviço público de uma necessidade urgente. Além de permitir o trânsito de mercadorias e turistas para o interior das ilhas, a possibilidade de um passeio confortável e seguro entre a zona rural e urbana reduz a necessidade de mi-

gração e pressão sobre as periferias urbanas. Assim, o Estado garantirá o direito de acesso e conexão mediante transportes públicos colectivos entre os principais centros urbanos, aeroportos, portos e zonas turísticas das ilhas.

2. Na escolha de modelos e sistema de transporte colectivo terrestre, se irá primar por soluções que proporcionam um maior nível de segurança e eficiência energética e uma menor poluição.

2.1.5 Estratégia 5. - Fomento do sector primário

2.1.5.1 Directiva 20. Actividade agrícola e sustentabilidade económica

1. O Governo de Cabo Verde, através do Plano Sectorial de Ordenamento da Agricultura projectará a política económica em matéria alimentar destinada a aumentar a capacidade de produção agropecuária, a qualidade da mesma, e a variedade de culturas disponíveis para o consumo interno e a exportação com base nas seguintes linhas de actuação:

- a) Incrementar a capacidade das infra-estruturas de regadio, a implantação de drenagens e da superfície florestal;
- b) Modernizar as explorações agrícolas procurando a máxima economia no consumo de água;
- c) Promover o desenvolvimento de novas produções destinadas à exportação de elevado valor ou apreciado por visitantes estrangeiros;
- d) Formação dos agricultores para se adaptarem às necessidades do mercado, tanto no que diz respeito aos métodos de cultivo como ao uso de técnicas de manejo de todas as fases de produção e comercialização;
- e) Promover técnicas de produção ecológica no que diz respeito aos ciclos naturais e baixo consumo de matérias primas químicos;
- f) Fomentar instalações de conservação e de comercialização de produtos que permitam uma máxima rentabilidade das produções e o aumento da produção de produtos de curto ciclo de conservação, bem como as indústrias agropecuárias para o aproveitamento dos excedentes, aumento do valor acrescentado e de emprego local.

2.1.5.2 Directiva 21. Protecção do solo e a actividades agropecuária

1. O solo agrícola, um recurso escasso, é o suporte essencial das actividades de produção primária e da base física que determina numerosos processos naturais, bem como a base para o auto abastecimento e redução da dependência alimentar. A política de protecção de solo de capacidade agrológica responderá aos seguintes princípios:

- a) A reserva de solo agrícola preferencialmente a qualquer uso alternativo. O Governo de Cabo Verde elaborará a delimitação oficial de áreas e reservas agrícolas;

b) A manutenção da produção agrícola, com especial ênfase para a conservação das margens e elementos estruturais das parcelas, bem como a preservação da rede de estradas rurais;

c) O controlo das actividades potenciadoras de erosão, tais como práticas agrícolas e pastoris inadequadas, construção de infra-estruturas, e similares.

2. Com base no potencial ou vocação do uso do solo identificado pelos Esquemas Regionais do Ordenamento do Território, o planeamento municipal fará a classificação específica, respeitando o potencial definido. Do mesmo modo, os Planos Directores Municipais delimitarão os núcleos rurais e suas áreas de expansão possível, evitando que cresçam ocupando os solos com valor agrícola.

3. Nas áreas com maior risco de erosão, a autoridade competente para autorizar as acções referidas no número anterior deve determinar os critérios e requisitos exigíveis a qualquer actividade que envolva a remoção do solo ou alteração da vegetação, a fim de garantir que tal actividade não gere ou favoreça perda de solo útil.

2.1.5.3 Directiva 22. Melhorar as condições de vida no meio rural

O Governo de Cabo Verde elaborará um Programa Nacional de Desenvolvimento Rural que reduza as diferenças na qualidade de vida dos seus habitantes em relação aos residentes no meio urbano. Este programa deve ter em conta, pelo menos, os seguintes aspectos:

O aumento nas dotações e serviços nas comunidades rurais, procurando reuni-las em centros acessíveis comuns, quando o número da população não seja suficiente.

Proporcionar uma boa comunicação, através de um sistema eficaz de transportes públicos, para que a população possa aceder aos serviços públicos nos centros urbanos e aos postos de trabalho que não estão no próprio meio rural.

Completar a actividade agropecuária com o turismo em vários aspectos: A visita às comunidades rurais, oferecendo produtos alimentícios e gastronómicos locais em vendas, mercados e restaurantes que oferecem pratos tipicamente locais; promovendo a informação sobre eventos culturais e festivos genuínos, proporcionando alojamento temporário na base do turismo rural ou de habitação, serviços de guia para caminhadas, passeios de botes, etc.

2.1.5.4 Directiva 23. Ordenamento da pesca e da aquicultura

1. A pesca e a aquicultura são dois sectores de grande importância no desenvolvimento económico futuro de Cabo Verde, tanto na sua capacidade de empregar um grande número da população, como para produzir alimentos para abastecer o país. Neste contexto, a estratégia de actuação do governo deve ser direcionada para os seguintes campos:

- a) Potenciar a pesca artesanal e facilitar a comercialização dos seus produtos para o abastecimento interno;

- b) Controlar a extracção de recursos, delimitando os campos de operação da frota industrial e artesanal, e estabelecendo limites adequados para cada uma delas;
- c) Estudar a exportação de novas espécies comerciais e da aquicultura como meio para reduzir a pressão sobre as espécies mais ameaçadas e aumentar a rentabilidade da actividade.
2. A política da pesca será planificada mediante um Plano Sectorial da Pesca e da Aquicultura, com o objectivo de promover a criação de um tecido empresarial entre os pescadores, melhorar a qualidade e quantidade das capturas, e potenciar a sua comercialização, que inclui:
- a) A incidência da pesca industrial nas áreas de maior valor e sensibilidade ecológica, os períodos de tempo em que será possível realizar a actividade, estabelecendo períodos de encerramento e de defeso para permitir o desenvolvimento das populações, as quotas de captura por espécie e época, as artes utilizadas e os seus procedimentos;
- b) Reservas para os pescadores artesanais das águas e bancas mais apropriadas para as suas artes e habilidades, proibindo o acesso a frotas industriais estrangeiras. Para este trabalho, se tomará em especial atenção, as águas situadas acima da cota batimétrica dos duzentos metros e as especialmente sensíveis do ponto de vista ecológico;
- c) A localização de áreas adequadas para a aquicultura, tanto no mar como em terra, estabelecendo as disposições necessárias para a sua implantação sucessiva e os requisitos da actividade;
- d) A rede de instalações de conservação em frio e transporte nos portos pesqueiros, para facilitar a comercialização das capturas, alargando o seu período de conservação;
- e) Melhorar a formação para os pescadores para lhes permitir aceder aos recursos inexplorados que podem substituir aqueles que se encontram sobreexplorados ou sejam pouco rentáveis.
3. O Governo de Cabo Verde tomará as medidas adequadas para o reforço dos sistemas de vigilância da pesca, tanto industrial como artesanal, com o objectivo de conseguir o cumprimento das normas e o abastecimento das populações.
- 2.1.5.5 Directiva 24. Ordenamento da actividade extractiva**
1. A exploração e o aproveitamento dos recursos minerais deve ser realizada de forma compatível com a preservação dos recursos geológicos e da paisagem. Para este fim, evitar-se-á que a proliferação descontrolada da actividade extractiva provoque danos desnecessários às estruturas geológicas mais importantes, como são os cones vulcânicos recentes, as jazidas de pozolana, dunas de areia e similares. Também será dada especial atenção à dinâmica eólica sedimentar para não cortar o fornecimento de areia às praias.
2. Os Esquemas Regionais de Ordenamento do Território de cada ilha deverão incorporar um inventário das áreas potenciais de extracção, e planificar, de acordo com as necessidades materiais que o desenvolvimento económico conduz, o ritmo e o volume das extracções. Este quadro constituirá a referência para as autorizações das actividades extractivas.
3. Também deverão ser inventariadas as áreas afectadas por actividades extractivas, aterros de resíduos sólidos inertes e/ou terraplenagens descontroladas, estabelecendo as medidas necessárias para a restauração paisagística.
4. O licenciamento das actividades extractivas só poderá ser concedido nos recintos previamente identificados pelo planeamento, apresentação prévia de um projecto de exploração que, além da sua correspondente avaliação de impacto ambiental, deve incluir acções de restauração paisagística após a sua conclusão. As autorizações acautelam a necessidade de proibição de acumular materiais em encostas ou ribeiras que obstaculizam a livre passagem das águas ou representam riscos de arrasto de materiais. Em qualquer caso, não são permitidos as extracções comerciais de inertes e outros minerais nas praias, nos fundos das ribeiras, e em áreas protegidas. As extracções que não podem ser regularizadas devem ser fechadas, procedendo-se à restauração paisagística do seu ambiente.
5. Se procurará usar como material de enchimento para a restauração de áreas afectadas bem pelas extracções, bem por os escombros descontrolados, os resíduos sólidos inertes gerados por qualquer tipo de obra pública.
- 2.1.6 Estratégia 6. - Transformar os aglomerados urbanos em cidades modernas**
- 2.1.6.1 Directiva 25. Objectivos e critérios**
1. O rápido crescimento da população de Cabo Verde e a sua deslocação das áreas do interior das ilhas, e entre ilhas, provocado pelas alterações na dinâmica socioeconómica, levou ao crescimento explosivo das periferias das cidades e da autoconstrução, resultando em bairros de muito baixa qualidade urbana. Por outro lado, a distribuição de terras através de loteamentos, não responde em muitos casos a uma planificação detalhada prévia, por isso, às vezes não levam em conta a topografia, o acesso, ou à forma melhor para fornecer serviços básicos. Finalmente, os bairros mais consolidados das cidades estão passando por um processo de deterioração progressiva, onde os recursos são absorvidos pela necessidade de prestação de serviços básicos para os subúrbios à medida que a sua população aumenta.
2. Confrontado com esta problemática, propomos um conjunto de acções destinadas a melhorar as condições de urbanização nas cidades através do controle adequado das fases iniciais da urbanização que facilite e embaraçe a instalação de serviços e infra-estruturas públicas, seja qual for o momento em que se realize a instalação.

Em consequência do exposto, a Directiva Nacional do Ordenamento do Território coloca como estratégia territorial converter os aglomerados urbanos de Cabo Verde em cidades modernas, actuando a partir de três vertentes inter-ligados:

- a) Planeamento e controlo da autoconstrução.
- b) Incremento da promoção da urbanização.
- c) Melhoria das zonas urbanas existentes.

2.1.6.2 Directiva 26. Planeamento e controle da autoconstrução

1. Antes da atribuição de qualquer lote de terreno para autoconstrução a Câmara Municipal confirmará a existência de um plano detalhado da urbanização da zona, especificando as estradas, o layout das redes de fornecimento e, especialmente, o saneamento, bem como os terrenos reservados para doações e espaços públicos. Não se poderá adjudicar os lotes de terreno que não tenham sido objecto de um plano detalhado. A adjudicação implicará a identificação de uma parcela específica, com uma acta signada de relativa à via que lhe presta serviço.

2. O Governo regulamentará por Decreto as condições para a urbanização das terras adjudicadas por loteamento, estabelecendo as obrigações dos beneficiários e sua forma de participação nos custos de urbanização. Não será permitida a construção fora das parcelas loteadas, especialmente em áreas de risco ou que possam comprometer a futura infra-estruturação. Os edifícios que violem essas disposições serão demolidos sem direito a indemnização.

3. A Administração pública realizará campanhas de formação sobre boas práticas destinadas aos autoconstrutores, a fim de melhorar a segurança e a habitabilidade das residências autoconstruídas. Também irá fornecer gratuitamente “projectos-tipo” para execução pelos contemplados com lotes.

4. A Administração do Estado realizará programas de formação intensiva para os gabinetes técnicos municipais, fornecendo-lhes apoio material e cartográfico para um melhor planeamento e controlo dos loteamentos.

2.1.6.3 Directiva 27. Incremento da promoção pública em matéria de urbanização

1. A Administração pública reforçará os seus recursos em matéria de planeamento, urbanização e implementação de novos empreendimentos habitacionais públicos, estipulando condições específicas de venda segundo a demanda que venham a cobrir.

2. A normativa urbanística deverá especificar com precisão os parâmetros que sirvam de base para futuros empreendimentos residenciais, turísticos e parques industriais. Também deverá ser detalhada a distribuição obrigatória de acordo com o conceito de dotações, equipamentos e espaços livres públicos a fim de conferir às zonas urbanas a qualidade que os cidadãos merecem. Da mesma forma deve especificar-se o percentual de transferência de edificabilidade. O Governo fixará por decreto, as dimensões mínimas que devem ser respeitadas quanto aos parâmetros e distribuições anteriormente previstos.

2.1.6.4 Directiva 28. Requalificação das zonas urbanas

1. A requalificação das cidades de Cabo Verde tem por objecto melhorar e qualificar a imagem das áreas urbanas, dotando-a de equipamentos de saúde, desportos, ensino e cultura, assim como marcos urbanos de referência. A localização dos equipamentos deverá ter em conta os seus efeitos nas actividades económicas, na revalorização dos solos e seu papel na estruturação do território. Será atendida a boa acessibilidade, ligação aos transportes colectivos e evitar vizinhanças insalubres e áreas de riscos naturais.

2. Também serão adoptados programas estratégicos de requalificação das principais cidades do país com o objectivo de transformá-las em referências de qualidade urbana. Estas acções serão consideradas prioritárias para Mindelo, Espargos, Sal Rei e Praia.

Os Planos Directores Municipais preverão programas de reforma interna e requalificação de bairros de construção espontânea, a fim de resolver, com a colaboração da Administração do Estado, Câmaras municipais e proprietários das habitações, os défices de infra-estruturas básicas que surjam.

2.1.6.5 Directiva 29. Prevenção de riscos

1. Os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território incluirão na sua documentação mapas dos riscos naturais ou antrópico, e de acordo com os mesmos, os Planos Directores Municipais proibirão ou limitarão qualquer implantação residencial ou qualquer outro uso que possa constituir um risco para pessoas ou bens.

2. Quando os riscos possam afectar o funcionamento hidráulico, modificar as suas formas ou alterar o escoamento e, de qualquer forma, favorecer ou incrementar os riscos de inundaçao, o planeamento adoptará medidas destinadas à eliminação ou relocalização dos edifícios ou instalações existentes. Quando for prevista a demolição de um número significativo de habitações o plano reservará solos urbanizáveis para acções que permitam organizar a transferência.

3. Nas ilhas com actividade vulcânica, especialmente Brava e Fogo, se deverá elaborar planos de riscos vulcânicos, com base do qual os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território estabelecerão zonas de protecção cum medidas cautelares para o desenvolvimento urbano e/ou de infra-estruturas básicas.

4. Da mesma forma, se deverá limitar o desenvolvimento urbano em áreas que apresentam fortes contrastes topográficos ou condições geológicas passíveis de causar deslizamentos ou desmoronamentos.

5. Finalmente, se for caso disso, articular as disposições específicas para gestão das áreas com maior potencial de ocorrência de incêndios florestais.

2.1.7 Estratégia 7. - Reforçar a coordenação sectorial e ambiental no âmbito do planeamento territorial e urbanístico

2.1.7.1 Directiva 30. Integração ambiental no planeamento

1. A implementação de um Modelo Nacional de Ordenamento Territorial, com critérios de sustentabilidade

exige que a localização de usos e intervenções estruturais tenham como base uma avaliação prévia e ordenamento da oferta de recursos naturais, de modo a tomar a melhor decisão possível em harmonia com a sustentabilidade ambiental. Consequentemente, o planeamento, em seus diferentes níveis, adoptará o modelo de utilização do território que garanta uma maior sustentabilidade ambiental e viabilidade económica. As deliberações de ordenamento de usos e actividades serão em relação às características e valores ambientais em presença, bem como a capacidade de afectação do meio para as finalidades previstas.

2. A documentação dos instrumentos de gestão territorial, sobre a caracterização e análise da realidade territorial, deverá fazer um diagnóstico ambiental da problemática territorial, identificando os processos de degradação ambiental e/ou paisagístico existentes; o diagnóstico da capacidade de afectação do território, identificando a qualidade para a conservação dos seus valores naturais, do seu valor cultural e sua capacidade de uso numa base sustentável. Este diagnóstico deve ser baseado na identificação de unidades de paisagem, que exerçam um quadro de referência para o modelo de ordenamento.

3. Com base no correspondente diagnóstico, se deverá definir acções de restauração ambiental e/ou cultural dos espaços que estão em risco de degradação ambiental tais como formações geológicas e geomorfológicas singulares, comunidades vegetais e de faunas, água, solo, solos com problemas de erosão, assim como restauração paisagística quando necessário. Sem prejuízo de outras fontes de financiamento, a elaboração e execução de projectos relacionados a estas actuações podem ser financiados com base na percentagem de cedência gratuita de edificabilidade que se estipule para cada zona turística.

4. Antes da aprovação definitiva, a autoridade ambiental competente deverá proceder à avaliação ambiental estratégica de cada instrumento de gestão territorial. Esta avaliação terá como objectivo garantir a sustentabilidade ambiental do modelo proposto. Para este efeito, deve-se caracterizar os efeitos ambientais negativos decorrentes da gestão e estabelecer medidas correctivas para minimizá-los ou evitá-los. Se necessário, impor-se-á estudar e propor outras alternativas de gestão que produzam impactos menos significativos ao ambiente.

2.1.7.2 Directiva 31. Integração da política sectorial e ambiental no planeamento territorial insular

Sendo a ilha um elemento geográfico natural, constitui uma referência ideal de ordenamento de coordenação dos vários planos e programas com impacto supramunicipal. Por conseguinte, é desejável reforçar a figura dos Esquemas Regionais do Ordenamento do Território como um instrumento de dimensão óptima para constituir o quadro de referência comum ambiental e territorial para as diversas políticas sectoriais, bem como para o planeamento urbanístico.

2. Para efeitos de compatibilidade da planificação territorial e sectorial com a oferta de recursos naturais do território, e tendo em conta como um ponto de partida as áreas ambientais identificadas no Modelo Territorial

Insular definido na presente Directiva Nacional do Ordenamento do Território, os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território vão exigir o zonamento ambiental, respeitando os seguintes critérios:

As Zonas A) naturais ou de especial relevância paisagística serão consideradas âmbitos de protecção e/ou conservação ambiental, e, quando necessário, passarão a ser abrangidas por alguma figura da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Nas Zonas B) rurais com interesse ambiental ou paisagístico, se deverá propiciar a sustentabilidade do meio rural, como garante de uma paisagem de singularidade ambiental no contexto cabo-verdiano.

Nas Zonas C) de ambiente urbano, ou que sejam caracterizados pela presença de grandes infra-estruturas e equipamentos, deverão ser articuladas medidas para reduzir os impactos ambientais derivados do processo urbanístico previsto, propiciando igualmente a integração paisagística de grandes infra-estruturas e equipamentos existentes.

3. Da mesma forma, os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território estabelecerão, pelo menos, determinações de ordenamento nos seguintes domínios:

- a) O regime de usos compatíveis em função do ordenamento do zonamento dos recursos naturais (áreas A, B e C), e sua intensidade admissível;
- b) A distribuição dos usos globais ao nível insular (áreas de vocação residencial, turística, industrial, agrícola, etc.);
- c) As grandes operações estratégicas para a ilha;
- d) A estrutura dos aglomerados urbanos, com o nível de serviços a alcançar por cada um deles;
- e) A distribuição e localização das infra-estruturas básicas;
- f) Os critérios de crescimento residencial e turístico;
- g) Os critérios para a preservação do solo agrícola e a delimitação dos núcleos rurais pelos Planos Directores Municipais;
- h) Os núcleos ou centros de carácter histórico cujo ordenamento detalhado deve realizar-se mediante um Plano Especial de Protecção do Centro Histórico.

2.1.7.3 Directiva 32. Reforço do princípio de hierarquia

1. A fim de articular o sistema de planeamento em Cabo Verde de um modo harmónico e integrado, estabelece-se uma proeminência dos Esquemas Regionais do Ordenamento do Território no planeamento urbanístico, de modo a que, no futuro:

- a) Não será aprovado um Plano Director Municipal sem que previamente tenha sido considerado a sua compatibilidade com o Esquema Regional do Ordenamento do Território, previamente aprovado, a que terá de respeitar;

- b) Do mesmo modo, no caso dos Planos Especiais de Ordenamento das áreas turísticas, não deve processar-se a aprovação de forma independente sem que previamente tenha sido estabelecido os parâmetros da oferta através do correspondente Esquema Regional do Ordenamento do Território insular;
- c) Por último, não se procederá à formulação de um Plano de Desenvolvimento Urbano ou Plano Detalhado sem que tenha sido aprovado o correspondente Plano Director Municipal, ou um loteamento sem um Plano Detalhado prévio que descreva o seu traçado e defina o seu ordenamento.

2. Todos os planos que tenham sido aprovados e homologados antes dos de grau superior, deverão ser revistos para se adaptar a estes, sem prejuízo da aplicação das novas determinações em tudo o que os contradiga. O Governo determinará um programa viável para proceder à sua adaptação, priorizando os Esquemas Regionais do Ordenamento do Território que apresentem maiores incompatibilidades e cuja aplicação puder gerar maiores disfunções em relação às estratégias e Modelo Territorial Nacional formulado por esta Directiva Nacional do Ordenamento do Território.

2.1.7.4 Directiva 33. Cooperação interadministrativa e participação pública

1. O ordenamento do território, sectorial e urbanística é uma responsabilidade de interesse público que implica a todas as administrações públicas de Cabo Verde. Consequentemente, devem colaborar entre si facilitando às demais administrações que estejam implicadas num processo de formulação de um instrumento de planeamento territorial, sectorial ou urbanístico, toda a informação de que disponham a cerca de estudos elaborados, projectos previstos, relatórios e pareceres anteriormente produzidos, cartografia e qualquer outro documento que possa facilitar-lhes o trabalho a desenvolver ou poupar-lhes custos.

2. De igual modo, a Administração pública que formule um instrumento de gestão territorial ou urbanística assume a obrigação de remeter os documentos do plano nas suas fases iniciais a todas as Administrações públicas cujas competências se possam ver afectadas para que emitam seu parecer e se evitem conflitos de competências. Estas consultas devem fluir em ambas as direcções: dos distintos departamentos do Governo às Câmaras Municipais (no procedimento de aprovação dos Esquemas Regionais de Ordenamento do Território, Planos Sectoriais de Ordenamento e Planos Especiais de Ordenamento do Território e das Câmaras aos diferentes departamentos do Governo estatal (nos casos dos Planos Directores Municipais, Planos de Desenvolvimento Urbano e Planos Detalhados).

3. Será criado um órgão permanente de coordenação formado pela Direcção Geral responsável em matéria do ordenamento do território e representantes dos distintos organismos do Governo com competências sectoriais com incidência territorial, para cujas reuniões assistirão os representantes das Câmaras Municipais quando o tema

a tratar lhes afecte, cujo parecer prévio favorável será precedido para a aprovação ou em caso disso homologação dos instrumentos de gestão territorial.

4. Relativamente à participação do público interessado, se estabelecerá por Lei como direito de todos os cidadãos e pessoas jurídicas a possibilidade de apresentar sugestões e alegações, as condições de acesso à informação, e um prazo mínimo para todos os procedimentos de aprovação ou revisão dos instrumentos de gestão territorial.

5. Será pública a acção para impugnar pela via administrativa e jurisdicional os actos de aprovação dos instrumentos de gestão territorial que sejam formulados pelo Governo ou pelas Câmaras Municipais, sem que tenham sido cumpridos outros requisitos de legitimidade que estar na posse do pleno exercício dos direitos civis.

3. MODELO TERRITORIAL NACIONAL

A DNOT é um instrumento de gestão territorial previsional flexível. E como tal está sujeito até o fim do prazo previsto de sua implementação sob permanente avaliação e, caso se revelar necessário, será revista. Assim, a assumpção no momento das opções no presente modelo territorial não impede, caso houver dinâmicas justificáveis no tempo que as mesmas sejam revistas/actualizadas.

O arquipélago de Cabo Verde é constituído por ilhas de grande diversidade em termos de tamanho e condições naturais. Esta diversidade tem determinado as características da ocupação e aproveitamento de cada uma delas pelo homem ao longo da história. Isso faz com que hoje encontremos ilhas com diferentes níveis de projecção do futuro, tanto pelas condições físicas, sociais e de infra-estruturas, como por sua vocação no contexto de um modelo nacional. No entanto, os desequilíbrios territoriais que podem criar esta situação actual podem e devem ser compensados através de medidas de aproveitamento do potencial territorial de cada ilha e de adequada distribuição de usos, equipamentos e infra-estruturas, no sentido de assegurar os necessários equilíbrios regionais. O desenvolvimento territorial de Cabo Verde deve ancorar-se num modelo policêntrico, solidário, em rede e complementar, em que todas as valências de todas as ilhas são potencializadas com benefícios para o conjunto da nação.

O modelo territorial nacional é composto dos seguintes elementos:

AS OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS DE INTERESSE SUPRAINSULAR

O SISTEMA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A ESTRUTURA DOS NÚCLEOS URBANOS

A DISTRIBUIÇÃO DO MODELO TURÍSTICO

AS ÁREAS LOGÍSTICAS

A DEFINIÇÃO DO MODELO AMBIENTAL

AS ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS INSULARES

3.1 Operações estratégicas de interesse suprainsular

O Governo de Cabo Verde se propôs realizar três grandes operações estratégicas que, aproveitando da

situação de Cabo Verde no Oceano Atlântico, a meio caminho entre a Europa, a América e a África, atraia o estabelecimento de empresas relacionadas e transforma o país num centro internacional de prestação de serviços; trata-se dos chamados clusters do mar, do céu, financeiro e da informação. O modelo territorial antecipa as áreas logísticas relacionadas com essas operações, dando-lhes um carácter prioritário pela sua importância primordial para o desenvolvimento económico nacional. As acções relacionadas a esses clusters são as seguintes:

3.1.1 Cluster do mar

- a) Porto de transbordo de contentores na baía do Porto Grande;
- b) Criação de uma área logística ligada ao novo porto de Mindelo na zona do Lazareto,
- c) Adequação do Aeroporto do Mindelo às necessidades logísticas do Cluster do Mar.

3.1.2 Cluster aéreo

- a) Desenvolvimento de uma área de logística anexa ao Aeroporto de Sal;
- b) Implementação da infra-estrutura aeroportuária para atender o papel de trocas em grande escala.

3.1.3 Cluster financeiro e da informação

- a) Potenciação dos canais de telecomunicações com o objectivo de colocar Cabo Verde como um ponto de alta capacidade para qualquer tipo de comunicações e transacções remotas.
- b) Criação de um Parque Tecnológico para alojar os serviços associados às empresas ligadas a este cluster.

1º. O desenho e a programação do Cluster do Mar serão realizados mediante um Plano Especial de Ordenamento que inclui conjuntamente as ampliações e melhorias necessárias no Porto Grande do Mindelo, e na área de logística que deverá albergar as actividades administrativas, financeiras, comerciais, armazenagem e distribuição necessárias para o seu funcionamento. Esta área logística deverá integrar as distintas funções que lhe seja requerida desempenhar para a área, ao nível internacional, regional e insular, estabelecendo o seu dimensionamento específico, relações e localizações específicas, se necessário.

2º. O Governo de Cabo Verde formulará mediante um Plano Especial de Ordenamento o Cluster aéreo. Este Plano abrangerá o actual aeroporto do Sal e sua eventual expansão, tendo em conta o Porto de Palmeiras e a área logística ligada a ambas as infra-estruturas que deverá albergar as actividades administrativas, financeiras, comerciais, de armazenamento e distribuição necessárias para o funcionamento deste cluster e para o abastecimento das ilhas do Sal e da Boa Vista.

3º. O planeamento de nível insular e, no seu desenvolvimento, o municipal, deverá prever as reservas de solo para localizar as infra-estruturas e áreas logísticas anteriormente assinaladas. Tais espaços devem ser projectados considerando a função estratégica que atende a inserção de Cabo Verde no contexto internacional.

3.2 Sistema de transportes e comunicações

As infra-estruturas de comunicações aéreas e marítimas das ilhas de Cabo Verde se estruturam de acordo com as funções que desempenham no contexto internacional e nacional.

O sistema nacional de comunicações deve funcionar como uma rede policêntrica, que promova sinergias, complementaridade e intercâmbios entre as diferentes partes do território nacional, servindo de apoio à competitividade, a connectividade e a internacionalização, contribuindo assim para a vertebração do desenvolvimento e coesão territorial e social.

3.2.1 Infra-estruturas e sistemas de comunicações aéreas

No que refere às infra-estruturas de comunicação aérea, a DNOT diferencia três categorias: Aeroportos Internacionais, Aeroportos insulares e Infra-estruturas de evacuação aérea. O sistema nacional de transportes aéreos deve funcionar como uma rede policêntrica, de acordo com as funções atribuídas a cada aeroporto.

3.2.1.1 Aeroportos internacionais.

Compreendem os da Praia, Sal, São Vicente e Boa Vista.

O Aeroporto Internacional da Praia, porquanto Santiago é a ilha onde fica a Capital do Estado, desempenha o papel importante na comunicação do arquipélago para o exterior e entre as ilhas. Sua capacidade e imagem devem estar de acordo com a função de aeroporto de uma capital.

O Aeroporto Internacional do Sal está destinado a desempenhar um duplo papel na estrutura de comunicações de Cabo Verde, tanto como um receptor de turistas que visitam a ilha, como por sua anexa área logística do Cluster aéreo.

O Aeroporto Internacional de São Pedro, em São Vicente, deve adequar também as suas estruturas em relação às necessidades decorrentes do Cluster do Mar em matérias de conexões aéreas.

O Aeroporto Internacional da Boa Vista receberá voos charters internacionais ligados com a oferta turística da ilha, mas também espera-se que venha a receber voos internacionais regulares.

3.2.1.2 Aeroportos insulares.

São os de Santo Antão, São Nicolau, Maio, Fogo e caso venha a ter, o da Brava.

Completam a rede de infra-estruturas aeroportuárias, facilitando o acesso a estas ilhas e favorecendo a coesão territorial do Arquipélago. Para completar esta estrutura é necessário construir o aeroporto de Santo Antão e, a menos que seja tecnicamente impossível, o da ilha da Brava. Também é tarefa necessária melhorar as condições de serviço dos aeroportos insulares, cujas instalações são em alguns casos, precárias.

3.2.1.3 Infra-estruturas de evacuação aérea

Para facilitar as evacuações de emergência serão executadas infra-estruturas de evacuação, dotadas de heliporto com sinalização adequada em Ponta do Sol – concelho de Ribeira Grande em Santo Antão, no concelho de Santa Catarina de Santiago, em São Nicolau, (heliporto a localizar), no Fogo (aeroporto de emergência e protecção civil) nos Mosteiros, e na Brava (heliporto a localizar).

3.2.2 Infra-estruturas portuárias e sistema de comunicações marítimas.

Pela sua própria condição arquipelágica, os portos de Cabo Verde ocupam uma posição estratégica ao possibilitar o transporte de pessoas e mercadorias a preços acessíveis entre as ilhas para e desde o exterior. Constituem-se, deste modo, em instrumentos de coesão territorial e unificação dos mercados e em elementos-chave, sobretudo o Porto de Mindelo, para desempenhar o papel de centro logístico que Cabo Verde pretende ocupar pela sua posição central no Atlântico, entre Europa, América e África. Outro projecto prioritário, neste caso ao nível nacional, é a conexão mediante duas linhas de fast-ferry que liguem, respectivamente, as ilhas de Barlavento e de Sotavento. Um outro projecto é o da criação de uma rede de portos pesqueiros, adequadamente dotados para facilitar a conservação dos produtos da pesca e compatíveis com as actividades desportivas. Coerentemente, se estabelece uma estrutura funcional de portos constituída pelos seguintes elementos:

- a) Porto internacional estratégico do Porto Grande;
- b) Portos internacionais da Praia, da Palmeira e de Sal-Rei;
- c) Portos insulares de Santo Antão, São Nicolau, Boa Vista, Maio, Fogo e Brava e o porto de Pedra Badejo, associado à área logística;
- d) Rede de portos pesqueiros artesanais e desportivos.

3.2.2.1 Porto Internacional do Porto Grande no Mindelo

Porto Grande, na baía do Mindelo, será um porto de águas profundas destinado ao tráfego internacional de importação - exportação de mercadorias, ligado à operação estratégica do Cluster do Mar e de sua área logística. Estará preparado para a prestação de todo o tipo de serviços de amaragem e de estiva (armazenamento e movimentação de contentores, aprovisionamento de combustível, suprimentos, reparações navais, etc.) O porto comercial se complementa com molhes destinados ao tráfego de cruzeiros, doca de pesca e uma Marina com amarrações e serviços para embarcações desportivas e de recreio.

O Plano Especial do Porto Grande deverá prever as obras pertinentes nas linhas de amarração, terraplenos para o armazenamento e movimentação de contentores, área de oficinas de reparação naval, edifícios de escritórios administrativos e consignatárias, serviços de vigilância e polícia e demais serviços auxiliares. O Plano deverá propor uma solução à acessibilidade e conexão das áreas portuárias com o resto das comunicações terrestres que passam pela Cidade do Mindelo.

3.2.2.2 Portos internacionais da Praia, da Palmeira e de Sal Rei

Os portos das Ilhas de Santiago e Sal devem estar preparados para servir o tráfego internacional, além do seu papel como central de tráfego interinsular, complementando-se com molhes destinados à frota pesqueira, ao tráfego de cruzeiros e para as embarcações desportivas e de recreio.

3.2.2.3 Portos insulares

Os portos de nível insular do Porto Novo (Santo Antão), Tarrafal (São Nicolau), Porto Inglês (Maio), Vale dos Cavaleiros (Fogo) e Furna (Brava) destinam-se ao tráfego interinsular através de fast-ferrys, para os quais as suas infra-estruturas de amarração e zonas de serviço devem ser objecto das adaptações necessárias. Para o caso do Maio propõe-se uma mudança do actual abrigo.

3.2.2.4 Portos pesqueiros artesanais e desportivos

A totalidade dos portos anteriormente referidos, excepto o Porto Grande porto de interconexão do Mindelo podem e devem ser preparados, e ampliados se necessário, para acolher actividades pesqueiras e desportivas.

A estrutura se completará com a construção de refugios, quebra-mares e estruturas de apoio a pesca nos núcleos com uma forte presença da actividade pesqueira tradicional. As instalações devem contar com infra-estruturas de conservação das capturas e admitir usos de carácter recreativo.

3.2.3 Infra-estruturas viárias de nível nacional e insular

No modelo territorial desenhado pela DNOT, há estradas e troços de estrada que têm um interesse estratégico singular. Trata-se das que unem os portos e aeroportos entre si, com os centros logísticos e com os principais aglomerados urbanos e zonas turísticas. Devido à sua importante função, estas estradas o vias primárias devem estar bem pavimentadas e com largura suficiente para proporcionar velocidade e comodidade. Deste ponto de vista são consideradas parte da rede básica nacional de estradas as que ligam os seguintes pontos:

Santo Antão: Aeroporto – Cidades do Porto Novo – Ponta do Sol.

São Vicente: Aeroporto de São Pedro – Cidade de Mindelo; Aeroporto – Baía das Gatas (via Calhau).

São Nicolau: Aeroporto da Preguiça – Cidades da Ribeira Brava e do Tarrafal. Dadas as condições orográficas e a localização dos três pontos de ligação de lados opostos da ilha, surge a opção de conectar Tarrafal com o Aeroporto e Ribeira Brava através de um túnel que ligará Calejão a Cabeçalinho.

Sal: Porto de Palmeira – Aeroporto - Santa Maria.

Boa Vista: Sal Rei – Aeroporto - Santa Mónica.

Maio: Aeroporto – Cidade do Porto Inglês – Porto - as ZDTI.

Santiago: Cidade da Praia - Aeroporto -- Tarrafal.

Fogo: Aeroporto – Cidade de São Filipe – Igreja (Mosteiros).

Brava: Porto de Furna – Cidade de Nova Sintra – futuro Aeroporto.

Terão um carácter de estradas insulares o vias secundárias as que conectam os centros de serviço insulares com as sedes dos municípios:

Em Santiago: Praia – Ribeira Grande de Santiago; Praia - Pedra Badejo – Achada Igreja; Pedra Badejo – São Miguel - Tarrafal; São Miguel - Assomada.

No Fogo: São Filipe – Cova Figueira – Chã das Caldeiras; Cova Figueira – Igreja (Mosteiros).

S. Vicente: Mindelo – Salamansa - Baía das Gatas; Baía das Gatas - Praia Grande; Calhau; Calhau - Ribeira de Calhau – Mindelo.

Em Santo Antão: Porto Novo - Pombas – Povoação (Ribeira Grande).

3.3 Estrutura de núcleos urbanos

Os núcleos urbanos, além de reunir a maior parte da população do país, concentram um conjunto de funções (administrativas, comerciais, logísticas, dotacionais, ...)

indispensáveis ao funcionamento do modelo territorial. De acordo com sua localização e importância, e dos serviços mínimos que devem proporcionar, distinguem-se os seguintes grupos:

- a) Capital do Estado: Praia;
- b) Núcleos de serviços suprainsulares: Praia, Mindelo, Espargos e S. Filipe;
- c) Núcleos de serviços insulares: Porto Novo, Ribeira Grande de Santo Antão, Mindelo, Ribeira Brava, Espargos, Santa Maria, Sal Rei, Porto Inglês, Praia, Assomada, São Filipe e Nova Sintra;
- d) Núcleos de serviços concelhios: As restantes sedes de municípios.

3.3.1 Núcleo I. Capital do Estado

Como capital do Estado, a Praia é a sede das máximas instituições que exercem o poder legislativo (Parlamento), executivo (Chefia do Governo, Ministérios) e judicial (Tribunal Supremo, Tribunal Constitucional, Procuradoria Geral da República). Também deve ser sede de dotações de referência nacional como:

Saúde: Hospital Central (de referência nacional).

Desportivo: Estadios e instalações desportivas nacionais.

Ensino: Sede da Universidade Pública.

Cultural: Teatro e Auditório nacionais.

3.3.2 Núcleos II. Centros de serviços suprainsulares

Cada um deles concentrará dotações que, pela sua magnitude e importância, não se justificam em todas as restantes ilhas, e se prestam melhor e com maior eficiência a partir de âmbitos suprainsulares. Estes centros são:

Mindelo que actuará como centro de serviços para as ilhas de Santo Antão, São Vicente e S. Nicolau;

Praia, que, pelo seu papel como capital estatal, liga o centro de serviços para as ilhas de Santiago e Maio;

Espargos, que actuará como centro de serviço para Sal, Boa Vista e S. Nicolau, sem prejuízo do desenvolvimento de uma base própria na Boa Vista.

S. Filipe, que actuará como centro de serviço para Fogo e Brava.

As dotações que devem localizar-se nesses núcleos são as seguintes:

Saúde: Hospitais Regionais.

Ensino: Centros e faculdades descentralizadas da Universidade Pública.

Cumulativamente, esses aglomerados urbanos devem contar com todos os serviços dos centros de serviços insulares.

Mindelo, pela sua dimensão nacional, pela sua carga habitacional e importância estratégica no quadro do desenvolvimento tanto regional (Barlavento) como Nacional, sede do porto estratégico internacional, pela sua vocatione de Urbe cultural, também deve ser sede de dotações de referência nacional como:

Saúde: Hospital Central (de referência nacional).

Desportivo: Estadios e instalações desportivas nacionais.

Cultural: Teatro e Auditório nacionais.

3.3.3 Núcleos III. Centros de serviços insulares

Esses núcleos devem atender às necessidades de âmbito insular, fornecendo dotações que embora em alguns casos não seria justificada pela população que habita em cada ilha, mas que são imprescindíveis pela sua situação de isolamento. Constituem esse grupo Assomada, Porto Novo, Ribeira Grande de Santo Antão, Ribeira Brava, Santa Maria, Sal Rei, Porto Inglês, São Filipe e Nova Sintra.

As dotações que devem albergar são as seguintes:

Saúde: Hospital Insular ou Centro de Saúde com Serviços de Urgência e infra-estrutura de evacuação aérea.

Ensino: Centro de Ensino Técnico e Secundário adequado e dimensionado para a população da parte da ilha servida.

Desportivo: Estádio de futebol e atletismo; Polidesportivo.

Administrativa: Representação de serviços desconcentrados do Estado para atendimento de proximidade, que permitem realizar a totalidade dos procedimentos administrativos do estado nas áreas de maior vocação da ilha.

Cultural: Teatro e Auditório insular.

Transportes públicos: Estação insular de transportes públicos.

Além disso, esses aglomerados urbanos deverão contar com todos os serviços dos centros de serviços intermunicipais.

3.3.4 Núcleos IV. Centros de serviços intermunicipais

Nas ilhas de maior dimensão, onde os aglomerados urbanos se encontram mais distantes, há a necessidade de prestar outros serviços básicos, especialmente os de utilização mais frequente. Os centros de serviços intermunicipais são os seguintes:

Na ilha de Santiago: Pedra Badejo, Tarrafal.

Na ilha do Fogo, Mosteiros.

Esses Centros devem contar com os seguintes serviços:

Saúde: Hospital Supramunicipal e infra-estrutura para evacuação aérea.

Ensino: Centro de Ensino Técnico e Secundário adequado e dimensionado para a população da parte da ilha servida.

Transporte público: Estação de transportes públicos.

Além disso, estes núcleos urbanos devem contar com todos os serviços dos centros de serviços municipais.

3.3.5 Núcleos V. Centros de serviços municipais

As sedes dos municípios concentrarão as instituições e serviços administrativos de nível municipal. O nível de dotações deverá ser o adequado para a satisfação da sua própria população.

Esses centros devem contar com os seguintes serviços:

Saúde: Centro de Saúde e Consultório médico.

Ensino: Escola Secundária e profissional adequado e dimensionado para a população que serve.

Desportivo: Campo de futebol e polidesportivo.

Cultural: Centro sociocultural multiuso.

3.4 Distribuição do modelo turístico

Em consonância com um modelo de turismo responsável que distribua adequadamente entre a população os seus benefícios e envolve os visitantes com a população local, conhecendo seus usos e costumes, gastronomia, cultura, etc., a DNOT aposta num modeloturístico de estabelecimentos de média dimensão, evitando os resorts fechados, onde estão incluídos todos os serviços e a cobrança é feita na origem.

De igual modo, procura-se evitar a formação de urbanizações turísticas centrípetas, que ocupem um contínuo de praia, separando-se do resto da ilha.

Assim, e tendo em conta as diferentes características das ilhas de Cabo Verde, os vários atractivos e capacidade para suportar as visitas, atribuem-se diferentes papéis turísticos a cada ilha ou, dentro de cada ilha, a diferentes áreas. Neste sentido foram previstas quatro categorias ou modelos de urbanizações e estabelecimentos turísticos:

Turismo de sol e praia,

Turismo de litoral,

Turismo urbano e

Turismo rural.

3.4.1 Turismo de sol e praia

As áreas de turismo de sol e praia admitem urbanizações turísticas ou turístico-residenciais mais ou menos extensas, integradas com equipamentos comerciais e recreativos. Os estabelecimentos são de alta qualidade, com uma capacidade não superior a 750 camas de alojamento, tipo hotéis integrados na trama turística urbana, procurando evitar os resorts isolados com tudo incluído. Qualquer projecto que supere os 750, até um máximo de 1000 camas, deverá estar vinculado a um equipamento complementar tipo campo de golfe, spa, porto desportivo, etc. Estas áreas são delimitadas nas ilhas com grandes praias: Sal, Boa Vista e Maio, e algumas zonas de São Vicente.

3.4.2 Turismo de litoral

O turismo de litoral, no entanto, refere-se àquele que se pratica em áreas próximas do mar, mas não apresentam recursos contínuos de praias, mas sim praias isoladas,

enseadas ou costas não adequadas para o banho. A urbanização se integra, sempre que seja possível, na trama residencial preexistente. Os estabelecimentos deverão ser de tamanho médio, (inferiores 500 camas) e em todo o caso, proporcionais à capacidade de uso do ambiente e, sem perder de vista o contacto com a população local. Estes estabelecimentos são orientados para uma demanda que busca desfrutar dos atractivos da costa como um complemento para a caminhada e o conhecimento das riquezas naturais e culturais das ilhas, para prática de desportos náuticos e que utiliza os serviços comerciais e restauração próximos à população local. Será o tipo de estabelecimentos característicos das ilhas de São Nicolau, Santo Antão, Santiago e, em parte, de São Vicente.

3.4.3 Turismo urbano

O turismo urbano realiza-se nos principais aglomerados das ilhas. Se desenrola em pequenos estabelecimentos (normalmente inferiores a 250 camas) e terá como público-alvo os visitantes que pretendem conhecer acima de tudo, o ambiente cultural da cidade, visitas de negócios ou institucionais. O turismo urbano é característico dos núcleos principais, especialmente São Filipe, Nova Sintra, Mindelo, Praia, Ribeira Grande- “Cidade Velha” e Assomada, em Santiago, Porto Novo e Ribeira Grande de Santo Antão, e Ribeira Brava de São Nicolau.

3.4.4 O turismo rural

O turismo rural, finalmente, estabelece-se em comunidades rurais ou em centros históricos, directamente ligados aos recursos do território em que se situa e constitui uma forma de melhorar o rendimento das famílias. Aproveita edifícios com valor arquitectónico ou antropológico. Os estabelecimentos poderão ser de dois tipos: os hotéis rurais (≤ 50 camas) e casas rurais (≤ 12 camas) e podem ser agrupados em conjuntos rurais quando ocupam conjuntos edificados com capacidade superior. Na regulamentação deste tipo de turismo fica autorizado o estabelecimento integrado na casa familiar o turismo de habitação. Em qualquer caso, deverá especificar-se o equipamento mínimo do estabelecimento, dimensão dos quartos e outras determinantes que garantem a qualidade da oferta. Será o tipo de estabelecimentos característicos das ilhas de São Nicolau, Fogo e Brava e, em parte, de Santo Antão e Santiago.

A categoria principal de turismo definido para cada ilha ou núcleo urbano no modelo territorial nacional não impede o aproveitamento de outras valências ou atractivos turísticos da respectiva ilha.

3.5 Áreas logísticas

O modelo territorial nacional de Cabo Verde não estaria completo se não previsse localizações e reservas de solo suficiente para albergar todas aquelas instalações industriais, comerciais e de armazenagem que possam ser necessárias como complemento às demais actividades económicas. Além das Zonas Industriais do Lazareto (São Vicente) e Achada Grande Trás (Praia), em cada um dos núcleos de serviços supra-insulares e insulares devem ser previstas áreas logísticas com capacidade suficiente para servir os seus âmbitos de serviço. Além disso, as áreas logísticas ligadas aos centros supra-insulares terão certas características especiais devido às peculiaridades que, - em cada caso e devido ao seu papel estratégico -, deriva de ser sede de actividade no âmbito do “Cluster do Mar” no caso do Mindelo, do “Cluster Aéreo”, no caso de Espargos, e na capitalidade, no caso da Praia. Nos dois primeiros casos, as áreas logísticas devem ser dimensionadas e concebidas considerando a função estratégica que devem ser cumpridas na localização de Cabo Verde no contexto internacional, que já foi descrito no ponto sobre Operações Estratégicas de interesse supra insular. No caso da Praia, a função de capital obriga a considerar outro conjunto de actividades, como feiras e conferências internacionais, que devem ser acolhidas nestas áreas logísticas.

3.6 Definição do modelo ambiental «cursos naturais e a paisagem de Cabo Verde aparecem como uma oportunidade de desenvolvimento futuro. Assim, é necessário a sua valorização como recurso económico, por sua destacada influência sobre o desenvolvimento de sectores económicos chave como o turístico ou o energético.

Neste contexto, a finalidade do modelo ambiental é estabelecer o quadro para as políticas de intervenção da administração pública na gestão do património natural e da paisagem de Cabo Verde, que constitui um elemento fundamental, juntamente com os aspectos socioeconómicos para a consolidação de um desenvolvimento sustentável das ilhas.

O modelo ambiental constitui a imagem mais genérica através do qual se expressam os objectivos de maior al-

cance da política ambiental cabo-verdiana. O mesmo deve proporcionar uma proposta orientadora do ordenamento ambiental básico do país, partindo da identificação dos problemas e oportunidades previamente identificados.

3.6.1 Modelo de ordenamento terrestre

Os modelos ambientais insulares deverão ser definidos pelos EROT enquanto instrumento de ordenamento básico ao nível insular. No seu conteúdo deve-se estabelecer as referências territoriais básicas (zonas) a respeitar pelas políticas de ordenamento ambiental, territorial e sectorial com incidência sobre o território, conforme a seguinte classificação:

Zonas A): áreas naturais ou com relevância paisagística

São as de maior valor natural, podendo também incorporar as áreas mais relevantes do ponto de vista paisagístico. O Estado propiciará nelas o reconhecimento de novas Áreas Protegidas, ou a ampliação das já existentes. Este tipo de zonas se delimitará tomando como referência inicial as Áreas de Alto Interesse Ambiental ou Paisagístico contempladas, para cada ilha, no modelo territorial da presente DNOT.

Zonas B): áreas rurais com interesse ambiental ou paisagístico

São as caracterizadas por uma paisagem de interesse, principalmente agrícolas e/ou pecuárias, em que se podem integrar elementos do património natural. Aquelas que albergam os maiores valores serão declaradas como novas Áreas Protegidas, ou se ampliarão as já existentes. Tomar-se-á como referência inicial para sua delimitação as Áreas de Moderado Interesse Ambiental ou Paisagístico contempladas para cada ilha, no modelo territorial da presente DNOT.

Zonas C): áreas do ambiente urbano, de grandes infra-estruturas ou equipamentos

São as integradas pelas principais áreas residenciais e turísticas do país, bem como pelos sectores ocupados pelas infra-estruturas e equipamentos estruturantes. Se delimitarão tomando como referência inicial as Áreas de Preferente Localização de Intervenções que se expressam no modelo territorial da presente DNOT.

3.6.2 Modelo de ordenamento da zona litoral e marinha.

Atendendo à mesma necessidade de regular os usos e exploração, o modelo ambiental nacional irá complementar-se com o zonamento da orla litoral e de âmbito marinho cabo-verdiano, que deverá ser definida pelo Plano Especial de Ordenamento da Orla Costeira e do Mar. Este zonamento litoral e marinho será baseado na designação das seguintes zonas:

Zonas D) de aptidão natural

São aquelas formadas pelas áreas litorais e marinhas com maior valor natural, que apresentam um bom estado de conservação e a melhor aptidão para a sua conservação. Em particular, incorporam os âmbitos das áreas protegidas declaradas e as caracterizadas pela sua riqueza em biodiversidade, a singularidade das espécies, a complexidade estrutural dos ecossistemas e/ou a presença de espécies endémicas ameaçadas. O Estado deverá promover o seu reconhecimento como áreas protegidas, garantindo a protecção e conservação dos seus valores naturais.

Zonas E) mistas

São áreas com valores naturais mais localizados, que dispõem de uma maior capacidade de uso que as anteriores. Deverá assegurar a protecção e conservação dos seus elementos ambientais de interesse, podendo ser compatíveis os usos e explorações de baixo impacto ambiental.

Zonas F) de aptidão produtiva

São áreas óptimas para a extracção e produção intensiva de recursos litorais e marinhos assim como para a implantação das infra-estruturas e equipamentos necessários. Se deverão articular as medidas necessárias para assegurar a integração ou adequação ambiental de tais actividades.

3.7 Estratégias territoriais insulares

O modelo territorial nacional proposto pela DNOT busca conseguir a máxima coesão e equilíbrio territorial entre as distintas ilhas do arquipélago. Desta forma, se identifica para cada uma das ilhas uma Estratégia Territorial Insular, onde se apresenta as linhas básicas e a orientação do desenvolvimento de cada território mais adequado às suas condições e potencialidades, com base em quatro factores: actividades económicas, infra-estruturas, ambiente e urbanismo.

3.7.1 Estratégia Territorial para a Ilha de Santo Antão.

Economia

A economia de Santo Antão deverá ser orientada para o aproveitamento das potencialidades agrícola, pesqueira e turística. A ilha assume-se como um destino turístico de excelência. Os atractivos naturais da Ilha permitem prever uma oferta turística orientada para o turismo litoral na zona sul, assim como turismo rural e ecológico na parte norte e central da ilha.

Terá prioridade a protecção do solo agrícola de qualquer ocupação para usos residenciais ou de infra-estruturas e a melhoria das explorações.

Procurar apoios para a indústria agro-alimentar (conservas e açúcar).

Infra-estruturas

Para propiciar o desenvolvimento de Santo Antão, constitui um factor decisivo a construção do Aeroporto e a melhoria das comunicações marítimas, que permitirá uma melhor transferência de produtos para outras ilhas e o acesso dos turistas.

A rede rodoviária pavimentada, ainda muito limitada, deve estender-se para conectar entre si as diferentes zonas da Ilha e permitir o transporte cómodo de pessoas e mercadorias.

Deverá ser planificada a construção de reservatórios e barragens para aproveitar a água das chuvas, cuja maior parte é perdida para o mar.

Implementar uma gestão coordenada dos resíduos, com as infra-estruturas necessárias ao nível insular.

Ambiente

Preservar as lavas vulcânicas, cones de piroclásticos, depósitos de pozolanas e demais manifestações de vulcanismo recente pelo seu valor paisagístico e científico.

Estudar uma proposta de expansão e/ou declaração de novas Áreas Protegidas Insulares tomando como base as Áreas de elevado valor ambiental ou paisagístico que estabelece para a ilha o modelo territorial desta DNOT.

Pela sua interacção com um âmbito de interesse ambiental, e dadas as condições topográficas da área, dever-se-á desclassificar a ZRPT situada a norte de Monte Trigo. No mesmo sentido, dever-se-á ajustar a delimitação da ZRPT de Tarrafal, preservando-se o sector de maior contraste topográfico e o cone vulcânico afectado.

Desenvolver actividades de reflorestação, que podem ser destinadas à substituição progressiva de espécies florestais exóticas por outras endémicas da Macaronésia. Em particular, se procurará a substituição dos eucaliptares, que não contam com aproveitamento económico.

Articular práticas de conservação do solo, que devem ter uma especial aplicação territorial nos âmbitos agrícolas e pecuários.

Urbanismo

Ordenar a área residencial do Porto Novo como área de maior potencialidade de crescimento no curto prazo, prevendo as necessidades de habitação e dotações.

A cidade de Ribeira Grande (Povoação), apresentando também a responsabilidade de “motor” do desenvolvimento da ilha, deverá continuar a qualificar-se do ponto de vista urbanística.

Realizar um estudo prévio das características da arquitectura endógena insular. Regular com detalhe as novas construções no meio rural para evitar a deterioração paisagística.

Ordenar cuidadosamente as actividades extractivas, com um plano de exploração selectiva e sucessiva em função da demanda, de modo que não se estrague a paisagem desnecessariamente.

Reservar solo para as indústrias de transformação de produtos agro-pecuários e outro.

3.7.2 Estratégia territorial para a ilha de São Vicente

Economia

A economia de São Vicente está intimamente ligada ao Porto Grande do Mindelo e, no futuro, à criação do Cluster do Mar, que toma como centro a baía do Porto Grande.

São Vicente tem também potencialidades turísticas, com um turismo de sol e praia centrado em algumas praias como Baía das Gatas, Salamansa, Calhau, etc.

Outro grande atractivo da ilha é a Cidade do Mindelo, a sua baía e a sua marina, que une ao seu encanto paisagístico uma importante riqueza arquitectónica e tradição cultural. Por conseguinte, é necessário consolidar a vista histórica de Mindelo como referência e dinamizador da actividade turística da ilha.

Infra-estruturas

Obras portuárias derivadas da criação do Cluster do mar.

Redesenhar a acessibilidade à cidade de Mindelo, e a conexão rodoviária Aeroporto - Porto - Zona turística de Baía das Gatas.

Avançar para a auto-suficiência energética executando os parques eólicos previstos.

Urgente solução para os problemas da gestão de resíduos e lixeiras a céu aberto.

Ambiente

Estudar uma proposta de expansão e/ou declaração de novas Áreas Protegidas insulares tomando como base as Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico que define para a ilha o modelo territorial desta DNOT.

Considerar como ZRPT os âmbitos das ZDTI declaradas que coincidem com as Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico, que define para a ilha o modelo territorial desta DNOT.

Eliminação dos pontos de extração irregular de areias e outros inertes, o que incorporará as medidas de restauração paisagísticas que forem necessárias.

Urbanismo

Reorientar a expansão urbana do Mindelo para a parte ocidental da baía, com um novo urbanismo.

Transferência das indústrias de combustíveis para a periferia da cidade e continuação da recuperação da fachada marítima e do passeio frente à praia.

Conter e requalificar a periferia urbana.

Protecção arquitectónica e adequação para o uso turístico do Centro Histórico do Mindelo.

3.7.3 Estratégia territorial para a ilha de São Nicolau.

A Ilha de São Nicolau orienta a sua economia para a agricultura e pesca.

Aproveitar os seus atractivos para um turismo rural de montanha, náutico e urbano, com actividades complementares de excursões em distintas partes da ilha.

Ambiente

Estudar a expansão e/ou declaração de novas Áreas Protegidas insulares tomando como base as Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico, que estabelece para a ilha o modelo territorial desta DNOT.

Desclassificar as ZRPT que coincidam com as Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico que estabelece para a ilha o modelo território desta DNOT.

Articular as práticas de conservação do solo, com especial aplicação territorial nos domínios agrícola e pecuário, bem como medidas para a arborização com espécies endémicas da Macaronésia.

Infra-estruturas

Melhorar a rede rodoviária básica

Adequação do Porto do Tarrafal ao tráfego de ferry-boats.

Dadas as condições orográficas e localização dos três pontos de conexão em lados opostos da ilha, há a opção de conectar Tarrafal com o Aeroporto e Ribeira Brava através de um túnel que atravesse a cordilheira, ligando Calejão a Cabeçalinho.

Urbanismo

Tendo em conta as imitações do espaço da Ribeira Brava, o desenvolvimento residencial na ilha se distribuirá entre este último aglomerado e Tarrafal.

Os valores arquitectónicos da Ribeira Brava deverão ser objecto de protecção mediante um Plano Especial.

3.7.4 Estratégia Territorial para a ilha de Santa Luzia

A condição especial da ilha de Santa, declarada Reserva Integral Ambiental vedada, em consequência, à visita turística, não necessita de mais infra-estruturas do que as necessárias para permitir a atracagem de pequenas embarcações e equipamentos indispensáveis para atender às necessidades de investigação e vigilância.

Deverá ser estudada a possibilidade de atenuar as condições de admissibilidade para os pescadores artesanais.

3.7.5 Estratégia territorial para a ilha do Sal

Economia

Sal é uma ilha vocacionada, fundamentalmente, para o desenvolvimento turístico no modo de turismo balnear.

No entanto, determinados problemas associados à falta de infra-estruturas e serviços públicos, permite recomendar uma redefinição do modelo turístico e urbanístico que tem sido desenvolvido até ao momento, para adequá-lo à capacidade de carga da ilha, por um lado, e às exigências da procura, por outro.

Infra-estruturas

Adequação do Porto da Palmeira à sua condição e papel de conexão internacional e insular.

Melhoria da estrada de interesse nacional entre Porto Palmeira - Espargos - Aeroporto - Santa Maria. Para preservar a qualidade ambiental dos passeios nas estradas da ilha se propõe manter sempre um corredor ao longo das vias livre, sem construções.

Ambiente

Além das praias do Sul, o maior atractivo da ilha são as Salinas de Pedra de Lume, declarada Paisagem Protegida. Portanto, nas zonas onde coincidem as áreas protegidas declaradas com as ZDTI, os usos definidos em áreas protegidas devem respeitar o regime estabelecido para essas áreas, não sendo permitidos usos que sejam incompatíveis com o regime de protecção e salvaguarda.

Naquelas zonas onde se detectam corredores com funções relevantes de transporte de sedimentos, serão consideradas áreas livres de edificação, que possibilitam a recarga das praias afectadas com areia.

Incorporar uma proposta de expansão e/ou declaração de novas Áreas Protegidas insulares, tomando como base territorial mínima as Áreas de elevado valor ambiental ou paisagístico, que estabelece para a ilha o modelo territorial da presente DNOT. Deve também garantir-se que todo o trabalho que pretende estabelecer-se nestas áreas exigirá previamente a sua autorização, uma avaliação da sua condição ambiental e as medidas necessárias para a sua adequada integração ambiental e/ou paisagismo.

Eliminação dos pontos de extração irregular de inertes, despejo de inertes e/ou movimentos de terraplanagem, o que incluirá medidas de restauração da paisagem, se for necessário. Particularmente, será objecto do projecto o território que ocupa o terço meridional da ilha, entre Murdeira e Santa Maria.

Tomar medidas de controlo das actividades turísticas ligadas ao tráfico indiscriminado de veículos a motor (quad, todo-o-terreno, motocross) cuja circulação será,

em qualquer caso, proibida em Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico, definido para a ilha no modelo territorial da presente DNOT, salvo em caso de acondicionamento de circuitos apropriados por eles.

Incorporar medidas de protecção ambiental das áreas salgadas e salinas existentes, em particular aqueles que estão integrados em Áreas Protegidas.

Urbanismo

O crescimento residencial e as necessidades dotacionais deverão ser planeados e ordenados nos diferentes núcleos de assentamentos da ilha.

Requalificar a periferia da cidade de Espargos, no sentido de resolver o problema das habitações informais

Adequar as infra-estruturas gerais e habitação ao acréscimo do turismo, e ao crescimento acelerado de Santa Maria

O modelo de ordenamento insular deve definir a futura extensão dos assentamentos residenciais e turísticos.

Do ponto de vista logístico, Sal exige importantes instalações para atender ao crescimento turístico e residencial que se prevê num futuro próximo. Além disso, deve atender às necessidades logísticas ligadas ao Cluster aéreo. O centro logístico será localizado em terrenos situados entre o Porto da Palmeira e o Aeroporto, numa posição estratégica próxima a Espargos e com boa ligação com resto da ilha.

Reconsiderar as operações como o pretendido desenvolvimento à volta das Salinas de Pedra Lume, ou da nova centralidade urbana nas imediações da Baía da Murdeira. A edificação de novas centralidades urbanas apresenta muitas dificuldades, tanto para a implantação de infra-estruturas e dotações, como para a integração dos novos residentes.

3.7.6 Estratégia territorial para a ilha da Boa Vista

Economia

Boa Vista orienta a sua economia para uma actividade turística de sol e praia. No entanto, para aproveitar os seus valores naturais deve ser controlada a qualidade da sua oferta e, especialmente, em termos de densidade, para adequar à capacidade de carga da ilha e de cada zona e evitar uma imagem massificada da ilha que retraria clientes de elevado poder de compra.

A implementação das diversas áreas deve ser sequenciada no tempo de acordo com a capacidade de disponibilizar infra-estruturas adequadas.

O desenvolvimento turístico da Boa Vista deve ser revisto em profundidade, tendo em conta as premissas actuais, orientando-se para uma oferta de alto rendimento, baseado no respeito estrito do meio ambiente, de uma arquitectura bioclimática e da auto-suficiência energética.

Infra-estruturas

O terminal do Aeroporto deve melhorar as suas instalações. Devem ser avaliados os potenciais impactos das infra-estruturas aeroportuárias sobre os movimentos de sedimentários de origem eólica.

Adequação do Porto de Sal Rei à sua condição e papel de conexão internacional.

Acondicionar o porto de Sal Rei para receber o tráfego de ferry-boats, e aproveitar a posição da ilha para uma marina de embarcações desportivas e de recreio.

Melhorar o acesso rodoviário de interesse nacional entre a Cidade de Sal-Rei, Aeroporto e a ZDTI de Santa Mónica.

A execução de infra-estruturas de energias renováveis deverá ter prioridade, que serão destinadas a cobrir a totalidade da demanda e possibilitar a dessalinização da água potável.

Meio Ambiente

Nas zonas onde coincidem as áreas protegidas declaradas com as ZDTI, os usos definidos em áreas protegidas devem respeitar o regime estabelecido para essas áreas, não sendo permitidos usos que sejam incompatíveis com o regime de protecção e salvaguarda.

Incorporar uma proposta de expansão e/ou declaração de novas Áreas Protegidas insulares, tomando como mínima base territorial as Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico, que estabelece para a ilha o modelo territorial da presente DNOT.

Deverá ser garantido que qualquer trabalho a ser implantado nas áreas de interesse ambiental exigirá previamente à aprovação, uma avaliação das suas condições ambientais, bem como as medidas necessárias para a sua integração ambiental e/ou paisagística.

Preservar as zonas húmidas do sul da ilha, estabelecendo para elas um ambiente de protecção que evite a ocupação urbanística e/ou de infra-estruturas.

Eliminação dos pontos de extração irregular de areias, o que incluiria medidas de restauração paisagística, que forem necessárias.

Impedir a ocupação dos corredores de areia que abastecem as praias do sul para evitar que os abastecimentos dos sedimentos sejam cortados.

Controlo das actividades turísticas ligadas ao tráfego indiscriminado de veículos a motor (quad, todo-o-terreno, motocross...) cuja circulação será, em qualquer caso, proibida nas Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico elevado, definidas para a ilha no modelo territorial da presente DNOT, salvo se acondicionem circuitos apropriados para eles.

Urbanismo

O Centro da Cidade de Sal-Rei deve ser ordenado mediante um Plano Especial de Ordenamento com critérios de protecção arquitectónica.

O ordenamento da zona turística de Chaves deverá ter em conta a proximidade do Aeroporto e respeitar as servidões aeronáuticas.

3.7.7 Estratégia territorial para a ilha do Maio

Economia

A vocação económica da ilha está ligada directamente ao turismo de sol e praia. O desenvolvimento do sector vai concentrar-se no litoral sul da ilha.

Os estabelecimentos de alojamento devem ser objecto de um planeamento adequado, elegendo modelos e tipologias de baixa densidade e alta qualidade, adequados à capacidade de acolhimento da ilha.

Infra-estruturas

O Aeroporto deve ser planificado de acordo com as necessidades futuras de expansão do turismo e da população residente, estimada em anexo.

Estudar o deslocamento do porto de Maio para o norte da Cidade do Porto Inglês, adaptado para a atracagem de ferrys, deixando o cais actual como parte de uma doca desportiva.

As infra-estruturas para a produção de energia eléctrica através de recursos renováveis deverão ser planificadas com a ideia de atingir a auto-suficiência energética da ilha e possibilitar a dessalinização da água potável.

Ambiente

Incorporar uma proposta de expansão e/ou declaração de novas Áreas Protegidas Insulares, tomando como base territorial mínima as Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico, que estabelece para esta ilha o modelo territorial da presente DNOT.

Nas zonas que coincidem com as áreas protegidas declaradas com as ZDTI, os usos definidos em áreas protegidas devem respeitar o regime estabelecido para essas áreas, não sendo permitidos usos que sejam incompatíveis com o regime de protecção e salvaguarda.

Devido à sua interacção com âmbitos de interesse ambiental, se deverá desclassificar a ZRPT que correspondam às Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico que estabelece para a ilha o modelo territorial desta DNOT.

Eliminação de pontos de extração irregular de areias, incorporando medidas de restauração paisagística, que forem necessárias.

Desenvolver actividades de reflorestação, visando a substituição progressiva de espécies arbóreas exóticas por outras de carácter endémico da Macaronésia.

Ordenar cuidadosamente as extrações mineiras para uso na fábrica de cimento, a fim de não provocar danos ambientais.

Preservar as áreas salgadas, estabelecendo para elas um ambiente de protecção que evite a ocupação urbanística e/ou de infra-estruturas.

Integrar medidas de controlo das actividades turísticas ligadas ao trânsito indiscriminado de veículos a motor (quad, todo-o-terreno, motocross...) cuja circulação será, em qualquer caso, proibida em Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico, definidas para a ilha no modelo territorial da presente DNOT, salvo se acondicionem circuitos apropriados para elas.

Urbanismo

As previsões de solo edificável para a população residente deverão localizar-se ao Sul e Oeste do actual abrigo, protegendo as servidões aeronáuticas e posteriores ampliações do Aeroporto.

O planeamento das ZDTI será projectado com rigorosos requisitos de sustentabilidade ambiental e alta qualidade na oferta de alojamento.

3.7.8 Estratégia territorial para a ilha de Santiago

Economia

Praia, como capital do Estado tem um papel administrativo central no Arquipélago. Além dos órgãos políticos e administrativos, é esperado que a Praia desempenhe um papel central no cluster financeiro e da informação.

Em segundo lugar, a ilha tem potencialidades turísticas ainda inexploradas. O modelo turístico será baseado na valorização do turismo do litoral, com complexos de alojamentos de média dimensão e instalações complementares proporcionais à capacidade de recepção do ambiente em que elas estão localizadas. Este turismo pode ser complementado com a oferta de turismo urbano e de visitas culturais, ligados aos centros históricos do Plateau e Cidade de Santiago de Cabo Verde (Cidade Velha).

Por último, a actividade agropecuária da ilha, destinada ao consumo interno, representa hoje quase 50% do total da nação, e tem possibilidades de expansão. É, portanto, prioritário dedicar uma especial atenção a este sector, que ocupa um lugar de destaque no abastecimento das ilhas. Como apoio para a agricultura dever-se-á aumentar a disponibilidade de recursos hídricos, melhorando a capacidade de reter água das enxurradas mediante construção de barragens, incrementar redes de regadio e generalizar difusão dos sistemas de irrigação que economizam água.

Fora da área urbana de Praia, e nas proximidades do Porto estruturante de Santa Cruz deve localizar-se a área logística.

Infra-estruturas

Do ponto de vista logístico, o Aeroporto da Praia posiciona-se como uma das principais conexões das ilhas com o exterior e ponto de relação entre as ilhas. O aeroporto deverá, para o futuro, melhorar as suas prestações ampliando os seus terminais.

Além disso, Santiago, pela sua dimensão, população e situação, assume funções de centro logístico de redistribuição em relação ao Maio, de modo que as suas infra-estruturas portuárias devem ajustar-se às necessidades de tráfego interinsular. Se conceberá uma Marina na baía da Praia, com ancoradouros para as embarcações desportivas e de recreio.

Será priorizada a localização e reserva de terrenos para acomodar instalações de geração de energia renovável e de dessalinização da água potável.

A Central Única de Energia de Santiago será localizada em Praia;

Reforçar a mobilidade mediante dois aspectos: melhorar a rede viária de interesse nacional entre o extremo norte e o sul da ilha e assegurar a prestação do serviço de transporte colectivo para o Aeroporto e os municípios do interior.

Aterro Sanitário de São Domingo.

Ambiente

Incorporar uma proposta de expansão e/ou declaração de novas Áreas Protegidas insulares, tomando como mínima base territorial as Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico, que estabelece para a ilha o modelo territorial da presente DNOT.

Devido à sua interacção com uma área de interesse ambiental (Monte Graciosa), deverão ser encontradas alternativas de localização para a ZDTI de Tarrafal.

Considerar actividades de reflorestação, que podem destinar-se à substituição gradual de espécies arbóreas

exóticas por outras de carácter endémico da Macaronésia. Em particular, pela sua acção acidificante, se deverá procurar a substituição dos eucaliptos, que não têm valor económico.

Prever medidas de conservação do solo, especialmente no campo agrícola e pecuário.

Eliminação de pontos de extração irregular de areias, o que requer inclusão de medidas de restauração paisagística, que forem necessárias.

Urbanismo

É necessário, por razões de prestígio nacional, dedicar um especial cuidado para melhorar e qualificar a imagem da Cidade da Praia, dotando-a de equipamentos de saúde, desportos, ensino e cultura de nível nacional, assim como marcos urbanos de referência.

A fachada marítima da Cidade da Praia será objecto de uma acção especial de requalificação urbana, aproveitando a atractividade da ilha.

Será dada prioridade às acções de infra-estruturação progressiva dos bairros periféricos.

O PDM da Praia reservará terrenos para habitação de interesse social suficiente para satisfazer as necessidades futuras da população.

Os aglomerados rurais serão objecto de medidas de reforço para evitar a migração do interior.

3.7.9 Estratégia territorial para a ilha do Fogo

Economia

A ilha tem grandes atracções para o turismo rural (ecológico) e urbano, agregando valores culturais. Este turismo deve basear-se numa oferta de alojamento ligadas aos centros urbanos de São Filipe, Mosteiros, Chã Das Caldeiras, ou a núcleos rurais do interior. Além disso, a ilha e a região devem converter-se num destino autónomo de excursões directas para o qual se devem estabelecer ligações aéreas específicas. As actividades agro-pecuárias e pesqueiras devem continuar a ser um outro grande pilar da economia da ilha, pelo que deve ser potenciada a agricultura destinada ao mercado interno (vinho e café).

Infra-estruturas

A ilha do Fogo, através de S. Filipe, assume funções de centro de logístico de redistribuição em relação à ilha Brava.

Melhoria do porto para possibilitar a atracação dos ferrys e porto de pesca.

Melhoria da estrada que liga o interior ao porto / aeroporto.

Prever um aeródromo de emergência e protecção civil nos Mosteiros.

Meio Ambiente

Incorporar uma proposta de expansão e/ou declaração de novas Áreas Protegidas insulares, tomando como base territorial mínima as Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico, que estabelece para a ilha o modelo territorial da presente DNOT.

Proceder à desclassificação dos sectores das ZRPT que coincidam com Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico estabelecido para a ilha pelo modelo territorial desta DNOT. Deve-se também garantir que qualquer

trabalho que se pretenda implantar nestas áreas exija, previamente à sua autorização, uma avaliação das condições ambientais assim como as medidas necessárias para a sua integração ambiental e/ou paisagística.

Articular práticas de conservação de solos, com especial aplicação territorial nos domínios agrícola e pecuário, bem como medidas para a arborização com espécies endémicas da Macaronésia.

Urbanismo

Plano Especial de Ordenamento do Centro Histórico da Cidade de São Filipe.

3.7.10 Estratégia territorial para a ilha da Brava

Economia

Trata-se de uma ilha com um relevo muito irregular e elevado, permitindo-lhe manter uma agricultura de sequeiro relativamente produtiva, mas muito limitada pela pequena dimensão do mercado interno e a dificuldade de comunicação com o resto das ilhas.

Brava tem atractivos para sustentar um ecoturismo com base nos valores naturais e culturais (Nova Sintra) e no desfruto do clima extraordinariamente ameno da ilha.

Pelas suas condições naturais, a pequena dimensão e escassa população, pode tornar-se num exemplo de gestão sustentável dos recursos, com base no desenvolvimento de uma agricultura destinada ao abastecimento das ilhas e na pesca, complementado por equipamentos de turismo rural cultural.

Infra-estrutura

Adaptar o Porto ao tráfego interinsular de ferrys,

Estudar uma localização tecnicamente viável para o Aeroporto.

Ambiente

Incorporar uma proposta de declaração de Áreas Protegidas insulares, determinando o número e as categorias de protecção correspondentes. Esta proposta será estabelecida tomando como base territorial mínima as Áreas de Alto Valor Ambiental ou Paisagístico que estabelece para a ilha o modelo territorial da presente DNOT.

Articular práticas de conservação de solos, com especial aplicação territorial nos domínios agrícola e pecuário, bem como medidas para a arborização com espécies endémicas da Macaronésia.

Eliminação de pontos de extração irregular de areias, o que incluirá medidas de restauração da paisagem, que forem necessárias.

Urbanismo

A Cidade de Nova Sintra será ordenada mediante um Plano Especial com critérios para a protecção do centro histórico.

Plano de riscos e evacuação em caso de actividade vulcânica.

4. PROGRAMA DE ACÇÃO

4.1 Introdução

Os instrumentos de ordenamento territorial cujo alcance constitui um quadro estratégico de referência para o desenvolvimento territorial, como é o caso da presente Directiva Nacional do Ordenamento do Território não incorporam uma estimativa concreta dos custos de im-

plementação, nem uma programação temporal precisa e detalhado das acções previstas. Isto se deve, fundamentalmente a várias razões, das quais se destacam as seguintes:

- a) Em primeiro lugar, como acontece em geral com os instrumentos de natureza estratégica, a DNOT não é um plano - projecto nem um programa - plano, mas um plano de imagem - modelo que constitui uma estrutura dinâmica que será realizado por outros instrumentos de gestão territorial.
- b) Em segundo lugar, mesmo que fosse possível realizar os cálculos detalhados de algumas acções, não seria conveniente fazê-lo. Especificar em um documento de longo prazo o custo a ser atribuído a um porto ou uma acção de protecção de uma área, fixa e limita o que pode ser feito em relação a eles em cinco, dez ou mais anos, e toma o quadro estratégico da sua característica essencial, que é justamente a flexibilidade para se adaptar às mudanças imprevisíveis na sociedade em questão e do seu ambiente. São os diferentes tipos de planos e os projectos a serem realizados a posteriori da DNOT e de acordo com ela, que se deverá detalhar, temporalizar e calcular o custo das grandes linhas estratégicas nela contidas. Assim, todo o conjunto de sistema de tomada de decisões em relação ao ordenamento do território combina a definição de um cenário estratégico e grandes domínios de acção.

O artigo 29.1 do Decreto-Lei n.º 43/2010, de 27 de Setembro, que aprova o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU) “, estabelece que a Directiva Nacional do Ordenamento do Território deve incorporar um Programa de Acção, cujo conteúdo é especificado no artigo 29.4 do referido Decreto-Lei. Segundo as indicações estabelecidas por estas normas se especificam a continuação das acções que exigem a realização do Modelo Territorial da Directiva Nacional de Ordenamento do Território, os compromissos e propostas do Governo para a implementação da política de desenvolvimento territorial, os meios de financiamento e o escalonamento temporal das acções previstas e o sistema de monitorização e avaliação.

4.2 Identificação das actuações e relação funcional e temporal com a realização do Modelo Territorial da Direcção Nacional do Ordenamento do Território

Esta secção identifica as acções necessárias, distinguindo primeiramente a natureza dos critérios e objectivos de ordenamento, cuja materialização se remete a outros instrumentos de gestão territorial, critérios de ordenamento ou acções cuja integração se refere a projectos técnicos de execução das infra-estruturas e acções que consistem em medidas legislativas ou regulamentares. Posteriormente, se estabelece sua relação temporal com a realização do Modelo Nacional Territorial.

Para especificar a relação funcional das acções com a realização do Modelo Nacional Territorial adoptado pela Directiva Nacional do Ordenamento do Território, foi associada esta relação com a prioridade na execução das correspondentes acções, entendendo por prioridade 2 que a respectiva acção deve começar após, pelo menos, uma actividade com prioridade 1. Na programação temporal, se entende por curto prazo um período de 2-3 anos, por médio prazo um período de 5 anos e por longo prazo um período superior a 5 anos.

ACÇÃO	CUSTOS em Escudos CV	PROGRAMAÇÃO TEMPORAL(1)			AGENTE	PRIORI- DADE
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO		
CONCLUSÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL						
Elaboração do Plano Especial de Ordenamento do Território do Cluster do Mar	10.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Especial de Ordenamento do Território do Cluster Aéreo	10.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Especial da Orla Costeira e do Mar (PEOCM)	20.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Sectorial de Gestão Integral dos Resíduos	10.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento das Comunicações (PSOC)	10.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento das Actividades Extractivas (PSOAE)	20.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento da Agricultura (PSOA)	20.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento da Aquicultura (PSOAc)	20.000.000,00		xxxx		Governo	1
Elaboração de planos de ordenamento e gestão de bacias hidrográficas	10.000.000,00		xxxx		Governo	1
Elaboração de mapas eólicos e fotovoltaicos	10.000.000,00		xxxx		Governo	1
Conclusão do processo de elaboração dos EROTs e adaptacão a DNOT	50.000.000,00	xxxx			Governo	1
Conclusão do processo de elaboração dos PDMs e adaptacão a DNOT	100.000.000,00	xxxx			Governo	1
ACÇÕES ESTRATÉGICAS ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO						
Porto de transbordo de contentores na baia de Porto Grande	28.000.000.000,00			xxxx	Governo	3
Criação de Área Logística ligada ao novo porto de Mindelo	500.000.000,00			xxxx	Governo	3
Adequação do Aeroporto de São Pedro às necessidades do Cluster do Mar	300.000.000,00			xxxx	Governo	2
Criação de área logística ligada ao Aeroporto de Sal e ao Porto de Palmeiras	500.000.000,00		xxxx		Governo	2
Criação de área logística ligada ao porto de Pedra Badejo (Santa Cruz)	500.000.000,00		xxxx		Governo	2
Dotação de reservas de solo para indústrias agroalimentares	50.000.000,00		xxxx		Governo	2
Acondicionamento e dotações de portos pesqueiros	500.000.000,00		xxxx		Governo	2
Dotação de instalações de apoio à comercialização da pesca	200.000.000,00		xxxx		Governo	2
ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS E ADOPÇÃO DE MEDIDAS DE GESTÃO DO PATRIMONIO NATURAL						
Actualização Lista Vermelha de Cabo Verde	1.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração de planos de conservação de espécies ameaçadas	20.000.000,00	xxxx			Governo	2
Acções de conhecimento e investigação de espécies exóticas	10.000.000,00	xxxx			Governo	3
Realização de medidas de erradicação de espécies exóticas	20.000.000,00		xxxx		Governo	3
Acções pela recuperação de espaços degradados com espécies autóctones	30.000.000,00			xxxx	Governo	2
Acções para a integração paisagística de infra-estruturas com espécies autóctonas	25.000.000,00			xxxx	Governo	3
Identificação e declaração de Áreas Marinhas Protegidas	1.000.000,00	xxxx			Governo	2
Promover perante a OMI a declaração de Zona Marítima Sensíveis	1.000.000,00			xxxx	Governo	2

ACÇÃO	CUSTOS em Escudos CV	PROGRAMAÇÃO TEMPORAL(1)			AGENTE	PRIORI- DADE
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO		
RECUPERAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL						
Encerramento e restauração paisagística de lixeiras incontroladas e seu envolvente	100.000.000,00	xxxx			Governo	2
Eliminação e restauração paisagística de árdeas de extracção irregular de areias	100.000.000,00	xxxx			Privado	2
Infra-estruturas de gestão dos resíduos	500.000.000,00	xxxx			Governo	1
Actuações de reflorestação para a substituição de espécies florestais exóticas	100.000.000,00		xxxx		Governo	2
Recuperação e acondicionamento paisagístico da fachada marítima de Praia	300.000.000,00		xxxx		Governo	2
Recuperação e acondicionamento paisagístico da fachada marítima de Mindelo	300.000.000,00		xxxx		Governo	2
Deslocação das indústrias de combustíveis em Mindelo	800.000.000,00	xxxx			Privado	2
Estudo de compatibilidade da pesca artesanal com a conservação ambiental em Santa Luzia	1.000.000,00		xxxx		Governo	2
ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS E ADOPÇÃO DE MEDIDAS DE GESTÃO DO PATRIMONIO CULTURAL						
Desenvolvimento de programas de investigação e difusão do património cultural	10.000.000,00		xxxx		Governo	2
Elaboração do Catálogo do Património Arquitectónico Nacional	30.000.000,00		xxxx		Governo	2
Criação de rede de escolas e oficinas de formação em património histórico	10.000.000,00		xxxx		Governo	2
Elaboração do Plano Especial de Ordenamento do Centro Histórico da Cidade de Santiago de Cabo Verde (Cidade Velha)	10.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Especial de Ordenamento do Centro Histórico de Mindelo	12.000.000,00	xxxx			Governo	2
Elaboração do Plano Especial de Ordenamento do Centro Histórico de São Filipe	19.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Especial de Ordenamento do Centro Histórico da Ribeira Brava	10.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Especial de Ordenamento do Centro Histórico da Nova Sintra	10.000.000,00	xxxx			Governo	1
Elaboração do Plano Especial de Protecção das Salinas de Pedra de Lume	5.000.000,00	xxxx			Governo	1
ADEQUAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO AOS OBJECTIVOS DA DNOT						
Regulamentação da introdução de espécies exóticas	300.000,00	xxxx			Governo	2
Vincular os estabelecimentos de alojamento à existência de redes de infra-estruturas	300.000,00	xxxx			Governo	1
Determinação da percentagem de cedência gratuita de edificabilidade	300.000,00	xxxx			Governo	1
Critérios de qualidade arquitectónica e eficiência ambiental de estabelecimentos de alojamento	300.000,00	xxxx			Governo	2
Integração de soluções arquitectónicas bioclimáticas em projectos de edificação	300.000,00		xxxx		Governo	2
Vinculação de actividades extractivas a projectos de exploração e restauração	300.000,00		xxxx		Governo	1
Regulação das condições de urbanização em terrenos destinados à autoconstrução	300.000,00		xxxx		Governo	2
Reglamentação de dimensões e parâmetros de cargas de urbanização e cedência	300.000,00		xxxx		Governo	2
Regulação de actividades turísticas ligadas ao trânsito de veículos a motor	300.000,00		xxxx		Governo	2

ACÇÃO	CUSTOS em Escudos CV	PROGRAMAÇÃO TEMPORAL(1)			AGENTE	PRIORI- DADE
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO		
Integração em programas educativos da importância do mar para a economia e a coesão	500.000,00		xxxx		Governo	2
Integração nos programas educativos da importância do turismo para a economia nacional	500.000,00		xxxx		Governo	2
Definição de medidas de coordenação administrativa e sua aplicação	800.000,00	xxxx			Governo	1
Criação de órgão estável de coordenação e seguimento da DNOT	1.000.000,00	xxxx			Governo	1
Rever a lei do domínio público marítimo	500.000,00		xxxx		Governo	1
Regulamentar as servidões e restrições ainda não abrangidas e rever as que se baseam ainda em leis antigas (caso da servidão militar)	1.000.000,00			xxxx	Governo	1
Revisão da lei das ZDTIs, adaptando-a ao sistema jurídico de DNOT.	500.000,00		xxxx		Governo	2
MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES						
Estudo e adopção de medidas de gestão de despacho e embarque de passageiros	1.000.000,00	xxxx			ASA	1
Plano de organização e gestão de transporte colectivo terrestre	500.000,00	xxxx			Governo	1
Construção do Aeroporto de Santo Antão	1.000.000.000,00		xxxx		Governo	2
Construção de infra-estruturas de evacuação aérea	300.000.000,00		xxxx		Governo	2
Construção de túnel de ligação de Tarrafal de S.Nicolau – Aeroporto - Ribeira Brava	500.000.000,00		xxxx		Governo	2
Construção da estrada Aeroporto - ZDTI Sul da Vila de Maio	80.000.000,00		xxxx		Governo	2
Ligação rodoviária Aeroporto – Porto - Baía das Gatas	80.000.000,00		xxxx		Governo	2
Acondicionamento e melhoria da rede de estradas	200.000.000,00	xxxx			Governo	2
Acondicionamento e melhoria de portos para para atracamento de ferries (Boa Vista, Fogo, Brava e São Nicolau)	200.000.000,00	xxxx			Governo	2
Melhoria das infra-estruturas portuárias no Porto da Praia	200.000.000,00		xxxx		Governo	1
do Porto de Palmeiras ao tráfego internacional e interinsular	200.000.000,00		xxxx		Governo	2
Estudo das repercussões do transporte eólico de areia sobre o aeroporto de Boa Vista	1.000.000,00		xxxx		Governo	2
Estudos de viabilidade técnica e económica do aeroporto da Brava	1.000.000,00	xxxx			Governo	2
Estudo de viabilidade do novo porto ao sul da Vila de Maio	1.000.000,00	xxxx			Governo	2
Adequação do actual cais da Porto Inglês para usos desportivos e recreativos.	200.000.000,00			xxxx	Governo	3
Construção de uma marina vinculada à actividade deportivas e de náutica recreativa na Praia	200.000.000,00		xxxx		Governo	3
Infra-estruturas de atracagem de pequenas embarcações em Santa Luzia	50.000.000,00		xxxx		Governo	3
MELHORIA DO AUTOABASTECIMENTO E DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA						
Fomento da instalação de dispositivos de energias renováveis em núcleos e edificações rurais	20.000.000,00		xxxx		Governo	2
Fomento de dispositivos de baixo consumo com energias renováveis na iluminação pública	10.000.000,00			xxxx	Governo	3

ACÇÃO	CUSTOS em Escudos CV	PROGRAMAÇÃO TEMPORAL(1)			AGENTE	PRIORI- DADE
		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO		
Fomento da instalação de geradores eólicos e placas solares em áreas e pavilhões industriais	10.000.000,00		xxxx		Governo	2
Execução dos parques eólicos previstos	200.000.000,00	xxxx			Governo	1
CONSTRUÇÃO E DOTAÇÃO DE CENTROS DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS						
Construção do Hospital Suprainsular do Mindelo	500.000.000,00		xxxx		Governo	2
Construção do Hospital Suprainsular de Espargos	500.000.000,00		xxxx		Governo	2
Construção de centros descentralizados da Universidade Pública	300.000.000,00		xxxx		Governo	2
GESTÃO DOS RECURSOS HIDROLÓGICOS						
Construção de barragens e represas	200.000.000,00		xxxx		Governo	2
Aumento das redes de regadió	300.000.000,00		xxxx		Governo	2
MELHORIA DA FORMAÇÃO E DA CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS, GESTORES E OPERADORES						
Formação de arquitectos em objectivos nacionais de eficiência energética	30.000.000	xxxx			OACV	1
Realização de campanhas de formação em boas práticas na autoconstrução	50.000.000,00	Xxxxx			Câmaras	1
Programas de formação de técnicos municipais para controle da autoconstrução	5.000.000,00	Xxxxx			Câmaras	1
REFORÇO E MELHORIA DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS						
Elaboração de projectos-tipo para autoconstrução	3.000.000,00	xxxx			Governo	1
Programas de recualificação urbana (Praia, Mindelo, Espargos e Sal Rei)	50.000.000,00	xxxx			Câmaras	1

4.3 Compromissos do Governo, em matéria de medidas legislativas, de investimentos públicos ou de aplicação de outros instrumentos de natureza fiscal ou financeira

Foram classificadas as medidas e acções contidas no Programa de Acção, distinguindo as que devem ser incorporadas ou desenvolvidas por instrumentos de gestão territorial, as que devem ser implementadas através de projectos técnicos de infra-estruturas e as que requerem a sua tradução em disposições legais ou regulamentares ou em medidas políticas ou administrativas.

Alerta-se para a existência de acções ou actividades que possam exigir simultaneamente medidas regulamentares ou administrativas e a sua aplicação em projectos técnicos.

4.3.1 Medidas legislativas e regulamentares

Esta secção inclui as acções ou actuações que requerem medidas legislativas ou regulamentares ou mediante a elaboração de uma disposição geral específica, legal ou regulamentar, tanto por uma modificação dos textos vigentes, como de outras que possam limitar-se à adopção de decisões políticas no âmbito do quadro legal ou regulamentar vigente.

Também são incluídas algumas actuações que já foram realizadas ou estão sendo implementadas nesse momento, no âmbito de programas ou Planos nacionais (como por exemplo, as relativas à definição do modoo turístico em Cabo Verde). Nesses casos, o organismo permanente de coordenação cuja criação se propõe para ocupar-se do seguimento do processo de implementação da DNOT deverá avaliar se as medidas que se vêm implementando são suficientes para satisfazer os objectivos estratégicos da DNOT ou se requerem modificações ou medidas complementares.

Determinação da percentagem de transferência gratuita de edificabilidade

Documentação e protecção de elementos de interesse arquitectónico e etnográfico

Criação da Rede de Escolas de formação em património histórico edificado

Desenvolvimento de programas de investigação e divulgação do património cultural

Definição da marca turística de Cabo Verde

Orientação da oferta turística com a atribuição de produtos diferenciados por ilhas

Determinação dos critérios de densidade em função da capacidade de carga insular

Estabelecimento de ritmos e prioridades de crescimento da oferta turística insular

Definição de padrões mínimos de qualidade de estabelecimentos de alojamento

Determinação dos padrões de qualidade das urbanizações turísticas

Ordenamento de equipamentos turísticos com critérios de eficiência de consumo de recursos

Definição de critérios de implementação da oferta de turismo rural

Vincular os estabelecimentos de alojamento à existência de redes de infra-estrutura

Integração de soluções arquitectónicas bioclimáticas em projectos de edificação

Formação de arquitectos em objectivos nacionais de eficiência energética

Instalação de dispositivos de energias renováveis em núcleos e edificações rurais

Instalação de dispositivos de baixo consumo ou energias renováveis em iluminação pública

Adopção de medidas de gestão de despachos e embarque de passageiros

Medidas e acções de organização de transporte colectivo terrestre

Vinculação de actividades extractivistas a projectos de exploração e restauração

Utilização de resíduos sólidos inertes como material de enchimento em obras

Instalação de geradores eólicos e painéis solares em áreas e edifícios industriais

Realização de campanhas de formação em boas práticas na autoconstrução

Desenvolvimento de projectos-tipo para autoconstrução

Programa de formação de técnicos municipais para controlo da autoconstrução

Regulamentação das dimensões e dos parâmetros de carga de urbanização e cedência de ocupação

Realização da avaliação ambiental estratégica dos instrumentos de ordenamento

Reforço do papel dos EROT no sistema de gestão territorial

Definição de medidas de coordenação administrativa e sua aplicação

Criação e funcionamento regular do órgão permanente de coordenação

4.3.2 Investimento Público

1. Incluem-se nesta secção as acções que requerem investimentos públicos, independentemente dos que requerem uma maior integração dos instrumentos de gestão territorial. Por exemplo, a elaboração de Planos de reforma interna e requalificação urbana deve ser considerada nos correspondentes instrumentos de gestão territorial, mas também a sua efectiva implementação exige programas específicos que, pela sua natureza e dimensões, devem ser seguidos por acções de investimento promovidos pelo Governo.

Elaboração do Plano Especial de Ordenamento do Território do Cluster aéreo

Elaboração do Plano de Medidas Urgentes de Protecção do Património Cultural (PEOT)

Elaboração do Catálogo Arquitectónico Nacional (PEOT)

Elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento de Infra-Estruturas Energéticas (PSOIE)

Elaboração do Plano Sectorial de Gestão Integral de Resíduos (PSGIR)

Elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento das Comunicações (PSOC)

Elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento da Agricultura (PSOA)

Elaboração de Planos de ordenamento e gestão de bacias hidrográficas

Elaboração do Plano Sectorial do Ordenamento da Aquicultura (PSOAC)

Encerramento, selagem e restauração paisagística dos aterros incontrolados e seu envolvente (PSOT)

Elaboração de Planos de reforma interna e requalificação dos bairros espontâneos (PDM, PDU)

Programas de requalificação urbana (Praia, Mindoo, Espargos e Sal Rei) (PDM, PDU)

Operações de construção de centros de serviços e edificações associadas aos clusters do mar, do céu e da informação e dos serviços financeiros.

Acções relacionadas com a melhoria no sistema de transportes e comunicações.

Acções relacionadas com a gestão dos recursos naturais (água, solo, etc.)

Acções relacionadas com o fornecimento e prestação de serviços públicos essenciais de nível insular ou nacional.

Algumas das acções em matéria de infra-estruturas não incorporam as medidas de prevenção e correcção de impacto ambiental e paisagístico, de modo que os critérios para o ordenamento da DNOT relativo à utilização de espécies autóctones na recuperação de espaços degradados e na integração paisagística de infra-estruturas, aos estudos paisagísticos de minimização de impactos e actividades de restauração paisagística em projectos de infra-estruturas e as medidas de integração paisagística das actividades em áreas de grande visibilidade, podem comportar a realização de investimentos públicos complementares necessários para que os projectos de execução de infra-estruturas incorporem essas disposições e se assegure a sua efectiva execução.

Em termos gerais, a formulação de critérios de ordenamento ou acções de planeamento não deve implicar compromissos de realização de investimentos públicos específicos, uma vez que se trata de mandatos ao Planificador respectivo para que contemple tais critérios ou incorpore tais acções em seu respectivo instrumento de ordenamento.

Neste sentido, considera-se que esses mandatos consistem em mera especificação das tarefas que incumbem aos respectivos instrumentos de gestão territorial (EROT, PDM, PDU, etc.), conforme o regulado na Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico e no RNOTPU.

Não obstante, pode ocorrer que em alguns casos, tais condições excedam ou impliquem tarefas que normalmente não se realizam, ou não foi levado em consideração para quantificar os orçamentos de elaboração dos correspondentes instrumentos de gestão territorial. Neste caso, o Governo iria complementar os custos de elaboração destes compromissos ou tarefas mediante os correspondentes investimentos públicos.

4.3.3 Aplicação de outros instrumentos de natureza fiscal ou financeira

1. Compensação económica aos proprietários de imóveis de interesse histórico. Estas compensações na forma de instrumentos de natureza fiscal, deve limitar-se aos casos em que as restrições de uso decorrentes da obrigação de conservação dos bens imóveis suponham um encargo financeiro desmesurado, com excepção para aqueles onde as possibilidades de reabilitação para os novos usos gerem uma rentabilidade economicamente viável e assumir os encargos decorrentes da obrigação de conservação.

2. Recomenda-se avaliar a conveniência da introdução de medidas de poupança e de eficiência energética ou a utilização de processos favorecedores da sustentabilidade ambiental seja acompanhada de medidas fiscais ou financeiros para incentivarem a sua incorporação nos respectivos projectos.

3. Recomenda-se a introdução de instrumentos de natureza fiscal ou financeira (subvenções ou créditos com baixo custo financeiro) que permitem a realização de operações de investimento a nacionais, que dispondo de terrenos ou imóveis susceptíveis de serem destinados a estabelecimentos turísticos de alojamento, careçam de capacidade económica suficiente para fazer face à execução de projectos de reabilitação ou acondicionamento, especialmente para estabelecimentos de turismo rural ou de habitações em que parte das suas dependências possam destinar-se a este uso para o efeito de complemento de rendimento.

4. Recomenda-se a introdução de programas de subsídios para a aquisição ou construção de habitação para pessoas de baixo rendimento.

4.3.4 Propostas do Governo para a cooperação com os municípios e entidades privadas

A cooperação com as Câmaras municipais e entidades privadas se implementará através dos correspondentes mecanismos de consulta para a execução de Programas de Acção, a que se refere a Base XXXVIII da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, dando prioridade à introdução de medidas de poupança e eficiência energética ou à utilização de processos que favoreçam a sustentabilidade ambiental e fomentando a execução das acções propostas em prazos mais curtos que as circunstâncias permitem.

4.3.5 Identificação dos meios de financiamento, estimativa de custo e escalonamento temporal de execução das acções propostas

Pelas razões expostas na Introdução (secção 1), não se efectua a identificação dos meios de financiamento das acções contidas no Programa de Acção, nem as estimativas dos seus custos de execução, que serão necessárias

durante o processo de implementação da DNOT e de elaboração dos correspondentes Planos, programas ou projectos, a partir do programa detalhado de acções ou acções a implementar a curto prazo que deve ser confiada ao órgão permanente de coordenação a que se refere na secção seguinte.

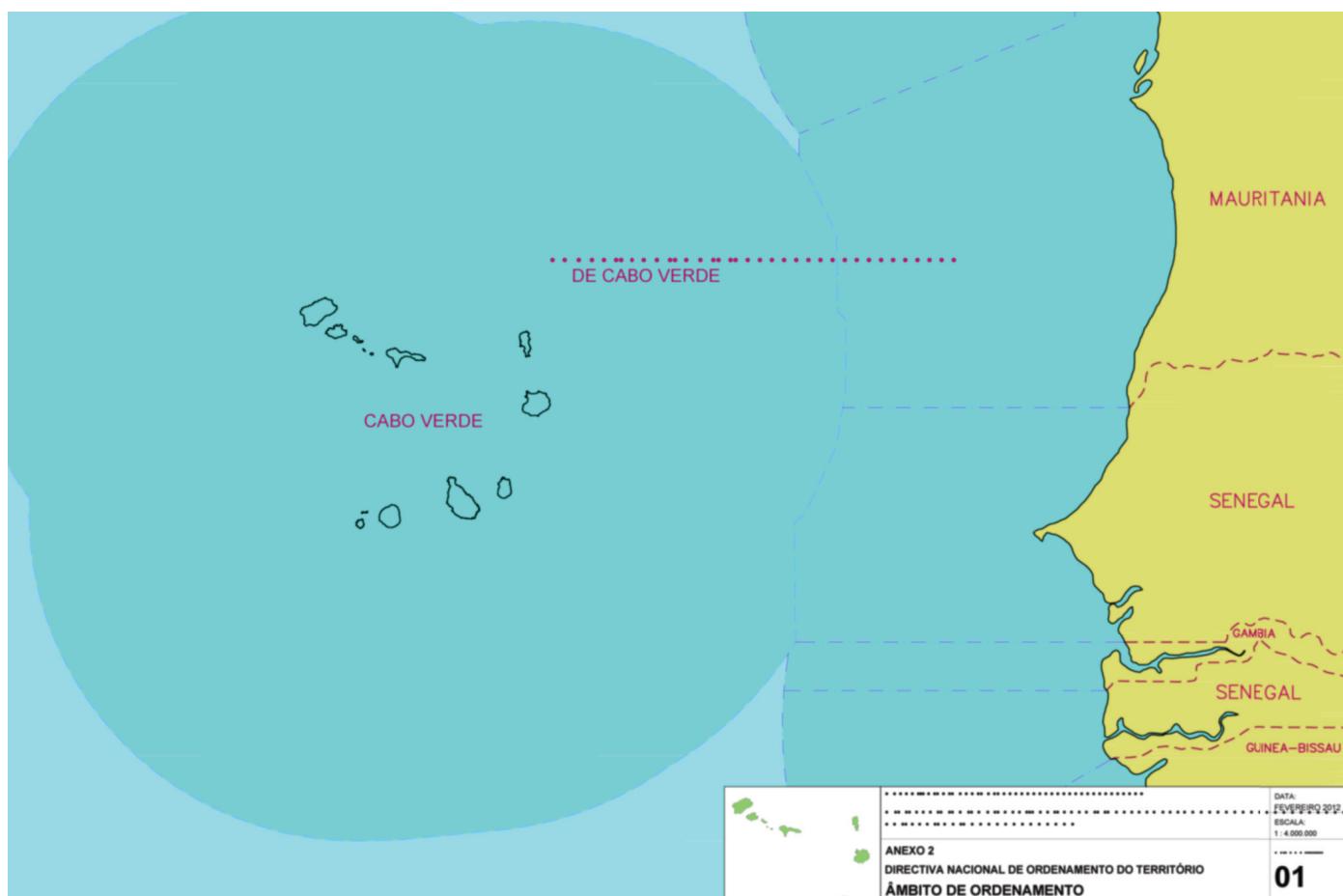
Estima-se que o processo de implementação do DNOT seja economicamente factível, considerando os recursos orçamentais do Governo e das Câmaras, que previsivelmente terão de aumentar, graças ao incremento das receitas públicas decorrentes da melhoria gradual do sistema fiscal, das contribuições da ajuda externa e dos investimentos de iniciativa privada na área da sua jurisdição.

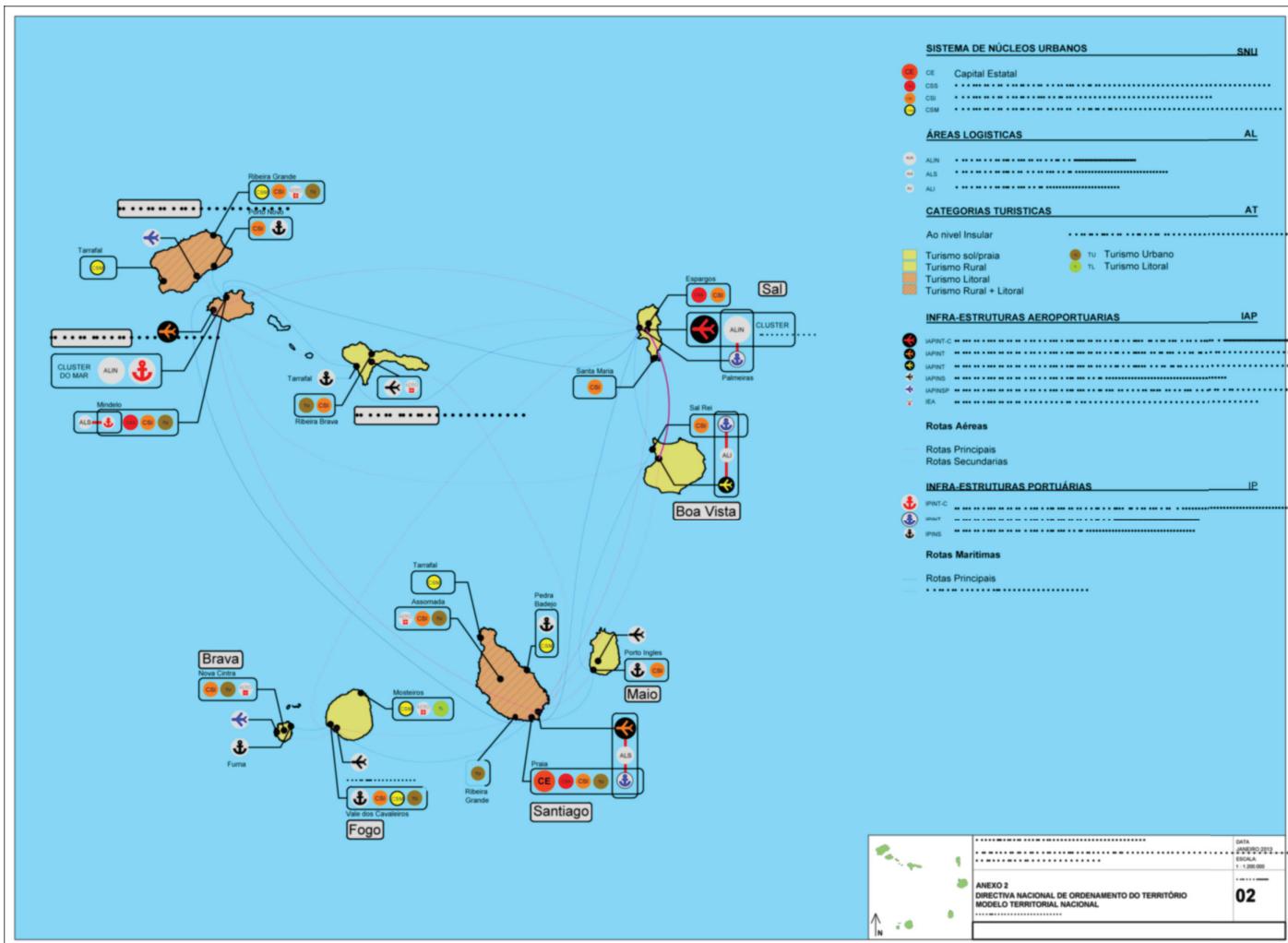
O escalonamento temporal das acções propostas está contido no quadro inserido na secção 2 do presente Programa de Acção.

4.3.6 Sistema de monitorização e avaliação e o órgão competente

A monitorização e a avaliação do processo de implementação serão confiadas a um órgão permanente criado para tal efeito, com uma composição que corresponde à aplicação dos critérios que têm sido estabelecidos na Comissão de Acompanhamento, complementada pela incorporação de sectores representativos da sociedade civil.

As suas principais funções são a coordenação administrativa, o seguimento e a avaliação do processo de implementação da DNOT e a elaboração de propostas ao Governo com as correcções e modificações que considere necessárias para a aplicação da DNOT. A sua primeira tarefa será a programação detalhada das acções ou actuações a executar a curto prazo.





O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*.



I SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Eletrônico: www.incv.cv



IMPRENSA NACIONAL DE CABO VERDE
Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.